



AMAZÔNIA
2030

FATOS DA AMAZÔNIA

2026

FATOS DA **AMAZÔNIA** **2026**

**Daniel Santos, Arthur França, Manuele Lima,
Agatha Vilhena e Beto Veríssimo**

AMAZÔNIA
2030





SUMÁRIO

AS AMAZÔNIAS	10
A Pan-Amazônia	10
• A floresta na Pan-Amazônia	13
• As Áreas Protegidas da Pan-Amazônia	15
• Cobertura e uso do solo na Pan-Amazônia	17
Amazônia Brasileira	18
Bioma Amazônia	21
As Cinco Amazôniaas	22
• Infográfico: As Cinco Amazôniaas	23
MEIO AMBIENTE E USO DO SOLO NA AMAZÔNIA	24
As Regiões Fitoecológicas da Amazônia Legal	24
A Água na Amazônia	26
• As bacias hidrográficas da Amazônia	26
• Infográfico: Áreas úmidas no bioma Amazônia	30
• Superfícies de água na Amazônia Legal	32
• Infográfico: Os principais rios da Amazônia	34
• Infográfico: Os rios voadores e a importância das florestas para a segurança hídrica do Brasil	35
A Geomorfologia da Amazônia Legal	36
• Os solos da Amazônia Legal	37
Desmatamento da Amazônia Legal	39
• Infográfico: Amazônia Legal, entre a floresta e o desmatamento	42
• Desmatamento nos biomas Cerrado e Pantanal	43
• Infográfico: Dez municípios da Amazônia com maior desmatamento entre 2020 e 2025	45
Focos de calor	46
Área Queimada	48
Garimpo na Amazônia	49
Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)	50

Cobertura do solo na Amazônia Legal: MapBiomass	54
• Infográfico: Evolução da cobertura do solo da Amazônia Legal, 1985-2025	56
Situação territorial e Áreas Protegidas	57
• Infográfico: A complexa ocupação da Amazônia Legal	58
Assentamentos rurais	60
Produção madeireira	61
• Áreas de exploração madeireira	61
• Volume e valor da produção madeireira	63
Bioeconomia	64
• Cacau em amêndoas	64
• Açaí plantado e nativo	65
• Castanha-do-brasil	67
• Infográfico: Bioeconomia da Amazônia	69
Agricultura da Amazônia	70
Área agrícola total	70
Principais culturas agrícolas da Amazônia Legal	71
A Pecuária na Amazônia Legal	73
• Infográfico: Agropecuária na Amazônia Legal	75
Mineração industrial na Amazônia	76
• Infográfico: Exportações da Amazônia	77
SOCIOECONOMIA DA AMAZÔNIA	79
Perfil da população da Amazônia	79
População por raça	81
• Infográfico: A Amazônia ainda é jovem	82
Os indígenas da Amazônia: etnias e línguas	83
Segurança pública	87
• Infográfico: Fatores de risco de violência na Amazônia	89
O Progresso Social da Amazônia	90
• O IPS Brasil	90
• Infográfico: IPS Brasil 2026 e a Amazônia Legal	92
• Municípios amazônicos com melhores e piores desempenhos no IPS Brasil 2026	93
• Municípios com desmatamento recente e progresso social	95
• Componentes do IPS Brasil 2026 para a Amazônia Legal	96

A economia da Amazônia	98
• Produto Interno Bruto (PIB)	98
• O PIB <i>per capita</i> da Amazônia Legal	101
• A pobreza na Amazônia	102
• Infográfico: As principais infraestruturas da Amazônia	105
• Energia hidrelétrica	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
ANEXOS	110
Anexo 1 – Definições das regiões fitoecológicas da Amazônia Legal	110
Anexo 2 – Definições da geomorfologia da Amazônia Legal	112
Anexo 3 – Definições dos principais solos da Amazônia Legal	114
LISTA DE ESTUDOS AMZ2030	116
AGRADECIMENTOS	123



LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Limite máximo da Pan-Amazônia, segundo a Raisg.	12
Figura 2. Porcentagem de perda de floresta por país da Pan-Amazônia, 2022.	13
Figura 3. Cobertura vegetal e desmatamento no bioma Amazônia da Pan-Amazônia.	14
Figura 4. Áreas Protegidas da Pan-Amazônia, 2023.	16
Figura 5. Cobertura e uso do solo classe nível 1 na Pan-Amazônia, 2023.	17
Figura 6. Os estados e a população residente da Amazônia Legal, 2025.	19
Figura 7. Os municípios da Amazônia Legal.	20
Figura 8. O bioma Amazônia no Brasil.	21
Figura 9. As Cinco Amazônia.	22
Figura 10. As regiões fitoecológicas da Amazônia Legal, 2026.	25
Figura 11. Limites das principais bacias hidrográficas da Pan-Amazônia.	26
Figura 12. Sub-bacias hidrográficas do rio Amazonas na Pan-Amazônia.	27
Figura 13. Sub-bacias hidrográficas na Amazônia Legal.	28
Figura 14. Os principais rios na Amazônia Legal.	29
Figura 15. Áreas úmidas do bioma Amazônia, 2020.	30
Figura 16. Evolução da superfície de água (milhões de ha) na Amazônia Legal, 2010-2025.	32
Figura 17. A geomorfologia da Amazônia Legal, 2026.	36
Figura 18. Os solos na classificação nível 1 na Amazônia Legal, 2026.	38
Figura 19. Desmatamento (km ²) na Amazônia Legal, 2010-2025.	40
Figura 20. Desmatamento (km ²) por estado da Amazônia Legal, 2022-2025.	41
Figura 21. Desmatamento (km ²) no bioma Cerrado da Amazônia Legal, 2010-2025.	43
Figura 22. Vegetação e desmatamento acumulado até 2025 nos biomas Cerrado e Pantanal na Amazônia Legal.	44
Figura 23. Número de focos de calor (em milhares) na Amazônia Legal, 2014-2025.	46
Figura 24. Focos de calor na Amazônia Legal, 2024 e 2025.	47
Figura 25. Área total queimada (milhões de ha) na Amazônia Legal, 2000-2025.	48
Figura 26. Evolução da área de garimpo (ha) na Amazônia Legal, 2000-2025.	49
Figura 27. Evolução das emissões brutas de CO ₂ e (bilhões de t) na Amazônia Legal, 2000-2024.	50
Figura 28. Emissões brutas de CO ₂ e nos municípios da Amazônia Legal, 2024.	51
Figura 29. Emissões brutas de CO ₂ e na Amazônia Legal por tipo (% do total emitido), 2000-2024.	52
Figura 30. Evolução das emissões líquidas de CO ₂ e (milhões de t) na Amazônia Legal, 2000-2024.	53
Figura 31. Cobertura e uso do solo classe nível 1 na Amazônia Legal, 2025.	55

Figura 32. Áreas Protegidas da Amazônia Legal, 2024.	59
Figura 33. Assentamentos rurais na Amazônia Legal, 2024.	60
Figura 34. Concentração de áreas de exploração madeireira na Amazônia Legal, 2024.	62
Figura 35. Volume (milhões de m ³) e valor da produção (R\$ bilhões) da extração de madeira em tora na Amazônia Legal, 2000-2024.	63
Figura 36. Valor da produção de cacau em amêndoas (R\$ bilhões) no Pará e na Bahia, 2015-2024.	64
Figura 37. Valor da produção de açaí plantado (R\$ bilhões) na Amazônia Legal, 2015-2024.	65
Figura 38. Valor da produção de açaí nativo (R\$ milhões) na Amazônia Legal e Pará, 2015-2024.	66
Figura 39. Valor da produção de castanha-do-brasil (R\$ milhões) na Amazônia Legal, 2015-2024.	67
Figura 40. Valor da produção de castanha-do-brasil (R\$ milhões) nos estados da Amazônia Legal, 2020-2024.	68
Figura 41. Área (milhões de ha) destinada à agricultura (lavouras temporárias e permanentes) na Amazônia Legal, 2000-2024.	70
Figura 42. Área colhida (milhões de ha) e valor da produção (R\$ bilhões) em todas as lavouras na Amazônia Legal, 2000-2024.	71
Figura 43. Número de cabeças de gado nos municípios da Amazônia Legal, 2024.	74
Figura 44. Evolução da área de mineração industrial (ha) na Amazônia Legal, 2000-2025.	76
Figura 45. Evolução da população (milhões de habitantes) da Amazônia Legal, 1970-2025.	79
Figura 46. Municípios mais populosos da Amazônia Legal, 2025.	80
Figura 47. População por cor ou raça (%) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2022.	81
Figura 48. População total de indígenas por estado da Amazônia Legal, 2022.	83
Figura 49. Número de etnias indígenas por estado da Amazônia Legal, 2022.	84
Figura 50. Taxas brutas de mortalidade por homicídios (número de assassinatos por 100 mil habitantes) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2000-2024.	87
Figura 51. Taxas brutas de mortalidade por homicídios nos municípios da Amazônia Legal, 2024.	88
Figura 52. Estrutura de dimensões, componentes e perguntas orientadoras do IPS Brasil 2026 nos municípios.	90
Figura 53. IPS Brasil 2026 dos municípios brasileiros.	91
Figura 54. IPS Brasil 2026. Componente Água e Saneamento na Amazônia Legal.	96
Figura 55. IPS Brasil 2026. Componente Acesso ao Conhecimento Básico na Amazônia Legal.	97
Figura 56. PIB Real (R\$ bilhões) na Amazônia Legal, 2010-2023.	99
Figura 57. PIB Real (R\$) nos municípios da Amazônia Legal, 2023.	100
Figura 58. PIB Real <i>per capita</i> (R\$/habitante/ano) da Amazônia Legal e restante do Brasil, 2002-2023.	101

Figura 59. Taxa de pobreza nacional (% da população) por estado da Amazônia Legal e restante do Brasil, 2025.	103
Figura 60. Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (PPC US\$ 4,20), Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2025.	104
Figura 61. Usinas hidrelétricas em operação na Amazônia Legal, 2025.	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Área (km²) do limite máximo Raisg e relação entre a área total dos países da América do Sul e da Pan-Amazônia, 2023.	11
Tabela 2. População pan-amazônica e proporção em relação à população total de cada país, 2023.	11
Tabela 3. Áreas Protegidas da Pan-Amazônia, 2023.	15
Tabela 4. Área (ha) da cobertura do solo classe nível 1 na Pan-Amazônia de acordo com MapBiomias Coleção 6, 2023.	17
Tabela 5. Área, população e número de municípios da Amazônia Legal, 2025.	18
Tabela 6. Distribuição (área e %) das regiões fitoecológicas da Amazônia Legal, 2026.	25
Tabela 7. Superfície de água (ha) por estado da Amazônia Legal, 2020-2025.	33
Tabela 8. Distribuição (área e %) da geomorfologia da Amazônia Legal por classificação, 2026.	37
Tabela 9. Distribuição (área e %) dos tipos de solos na Amazônia Legal por classificação nível 1 (Ordem), 2026.	39
Tabela 10. Desmatamento acumulado por estado da Amazônia Legal e relação com a cobertura florestal original, 2025.	40
Tabela 11. Focos de calor por estado da Amazônia Legal, 2023-2025.	46
Tabela 12. Emissões brutas de CO ₂ e (milhões de t) por estado da Amazônia Legal, 2000-2024.	51
Tabela 13. Emissões líquidas de CO ₂ e (milhões de t) por estado da Amazônia Legal, 2000-2024.	53
Tabela 14. Área (ha) e porcentagem da cobertura do solo classe nível 1 na Amazônia Legal de acordo com MapBiomias Coleção 11, 2025.	54
Tabela 15. Situação territorial da Amazônia Legal.	57
Tabela 16. Áreas Protegidas (km²) por estado da Amazônia Legal, 2024.	59
Tabela 17. Área de exploração madeireira (ha) por estado da Amazônia Legal, 2020-2024.	61

Tabela 18. Produção de cacau em amêndoas (em t) na Amazônia Legal, 2020-2024.	64
Tabela 19. Produção de açaí plantado (em t) por estado da Amazônia Legal, 2020-2024.	65
Tabela 20. Produção de açaí nativo (em t) na Amazônia Legal, 2020-2024.	66
Tabela 21. Produção de castanha-do-brasil (em t) por estado da Amazônia Legal, 2020-2024.	67
Tabela 22. Quantidade produzida (milhões de t), valor da produção (R\$ bilhões) e porcentagem da produção do Brasil das culturas temporárias na Amazônia Legal, 2024.	72
Tabela 23. Quantidade produzida (t), valor da produção (R\$ bilhões) e porcentagem da produção do Brasil das culturas permanentes na Amazônia Legal, 2024.	72
Tabela 24. Evolução do rebanho bovino (milhões de cabeças) por estado da Amazônia Legal, 2000-2024.	73
Tabela 25. População residente estimada por estado da Amazônia Legal, 2000-2025.	80
Tabela 26. População por cor ou raça (%) por estado da Amazônia Legal, 2022.	81
Tabela 27. Número de pessoas indígenas nas 20 principais etnias da Amazônia, 2022.	85
Tabela 28. Número de pessoas indígenas com mais de 2 anos de idade por tronco de família linguística indígena principal, dentro e fora de Terras Indígenas, 2022.	86
Tabela 29. Os 20 municípios da Amazônia Legal com maiores notas no IPS Brasil 2026.	93
Tabela 30. Os 20 municípios da Amazônia Legal com menores notas no IPS Brasil 2026.	94
Tabela 31. Os 20 municípios da Amazônia Legal com maior desmatamento entre 2020 e 2025 (km²) e o IPS Brasil 2026.	95
Tabela 32. Os dez municípios da Amazônia Legal com mais áreas verdes urbanas, 2022.	98
Tabela 33. PIB Real (R\$ bilhões) por estado da Amazônia Legal, 2002-2023.	99
Tabela 34. PIB Real <i>per capita</i> (R\$/habitante/ano) por estado da Amazônia Legal, 2010-2023.	102
Tabela 35. Evolução da taxa de pobreza nacional (% da população) por estado da Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2025.	103

LISTA DE SIGLAS

AMZ2030	Projeto Amazônia 2030
ANA	Agência Nacional de Águas
Anac	Agência Nacional de Aviação Civil
Aneel	Agência Nacional de Energia Elétrica
Antaq	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
BCB	Banco Central do Brasil
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas
CNZU	Comitê Nacional de Zonas Úmidas
CO₂e	Dióxido de Carbono Equivalente
CPI	<i>Climate Policy Initiative</i>
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EstimaPop	Pesquisa Estimativas de População
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
GEE	Gases de Efeito Estufa
GWP	Potencial de Aquecimento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPS	Índice de Progresso Social
ISA	Instituto Socioambiental
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
PAM	Pesquisa Agrícola Municipal
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PPC	Paridade de Poder de Compra
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal
Prodes	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia por Satélite
Raisg	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
SEEG	Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa
SIBCS	Sistema Brasileiro de Classificação de Solos
Sicar	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
Simex	Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira
Simineral	Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará
WRB	<i>World Reference Base</i>



AS AMAZÔNIAS

A Amazônia pode ser classificada como uma região internacional (Pan-Amazônia), uma região administrativa brasileira (Amazônia Legal), um bioma brasileiro (Amazônia, Cerrado e Pantanal) e, também, como uma bacia hidrográfica (bacia amazônica). Além dessas classificações que levam em conta critérios culturais, ecológicos, socioeconômicos e geográficos, há um método de classificação da Amazônia Legal que divide a região em cinco zonas com base na cobertura vegetal remanescente e desmatamento: florestal, florestal sob pressão, desmatada, não florestal (cerrados) e urbana – conhecidas como as “Cinco Amazôniaas”^[1].



A PAN-AMAZÔNIA

A Pan-Amazônia é uma região com mais de 8 milhões de km² distribuídos em nove países na América do Sul, cujo limite máximo é definido por características biogeográficas^[2] (Figura 1, Tabela 1). A maior parte do limite máximo da Pan-Amazônia está situada no Brasil (62%); em seguida estão Peru (11%), Bolívia (8%) e Colômbia (6%). A região também possui outros limites como o bioma Amazônia (7 milhões de km²) e a bacia hidrográfica amazônica (7 milhões de km²)^[3]. A população total da Pan-Amazônia está estimada em 47 milhões de habitantes (Tabela 2) (Raisg, 2024; IBGE, 2025a).

^[1] Mais informações na seção “As Cinco Amazôniaas”.

^[2] A Raisg (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada) é uma rede de instituições que atuam nos nove países que compõem a Pan-Amazônia. Mais informações em: <https://www.raisg.org/>.

^[3] As áreas dos limites da Raisg para os países da América do Sul são oriundas dos cálculos de áreas dos *shapefiles* disponibilizados pela Raisg em: (<https://www.raisg.org/pt-br/mapas/>) com o uso do software QGis.

Tabela 1. Área (km²) do limite máximo Raisg e relação entre a área total dos países da América do Sul e da Pan-Amazônia, 2023.

País	Limite máximo segundo a Raisg		
	Área (km ²)	% em relação à área total da Pan-Amazônia	% da área total do país
Bolívia	714.834	8,4	65,1
Brasil	5.238.589	61,8	61,5
Colômbia	506.181	6,0	44,3
Equador	132.292	1,6	51,3
Guiana	211.157	2,5	100,0
Guiana Francesa	84.226	1,0	100,0
Peru	966.190	11,4	75,2
Suriname	146.488	1,7	100,0
Venezuela	470.219	5,6	51,3
Pan-Amazônia	8.470.176	100,0	62,0

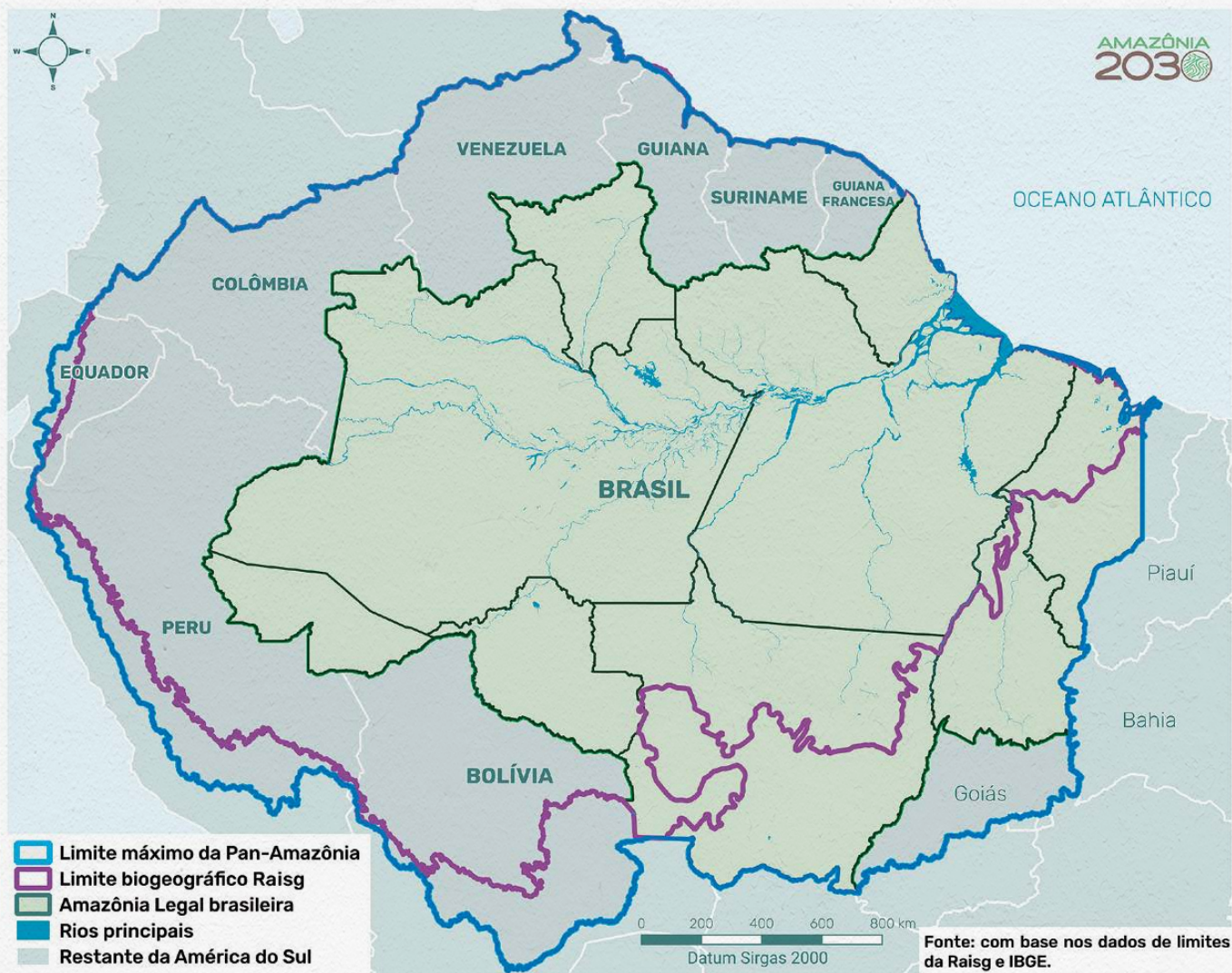
Fonte: com base nos dados da Raisg.

Tabela 2. População pan-amazônica e proporção em relação à população total de cada país, 2023.

País	Milhões de habitantes	% da população do país
Bolívia	8,3	71,1
Brasil	28,5	13,4
Colômbia	1,2	2,4
Equador	0,9	5,5
Guiana	0,8	100
Guiana Francesa	0,3	100
Peru	4,1	13,0
Suriname	0,6	100
Venezuela	2,4	7,2
Pan-Amazônia	47,1	13,7

Fonte: com base nos dados da Raisg (2023) e IBGE (população da Amazônia Legal do Brasil em 2025).

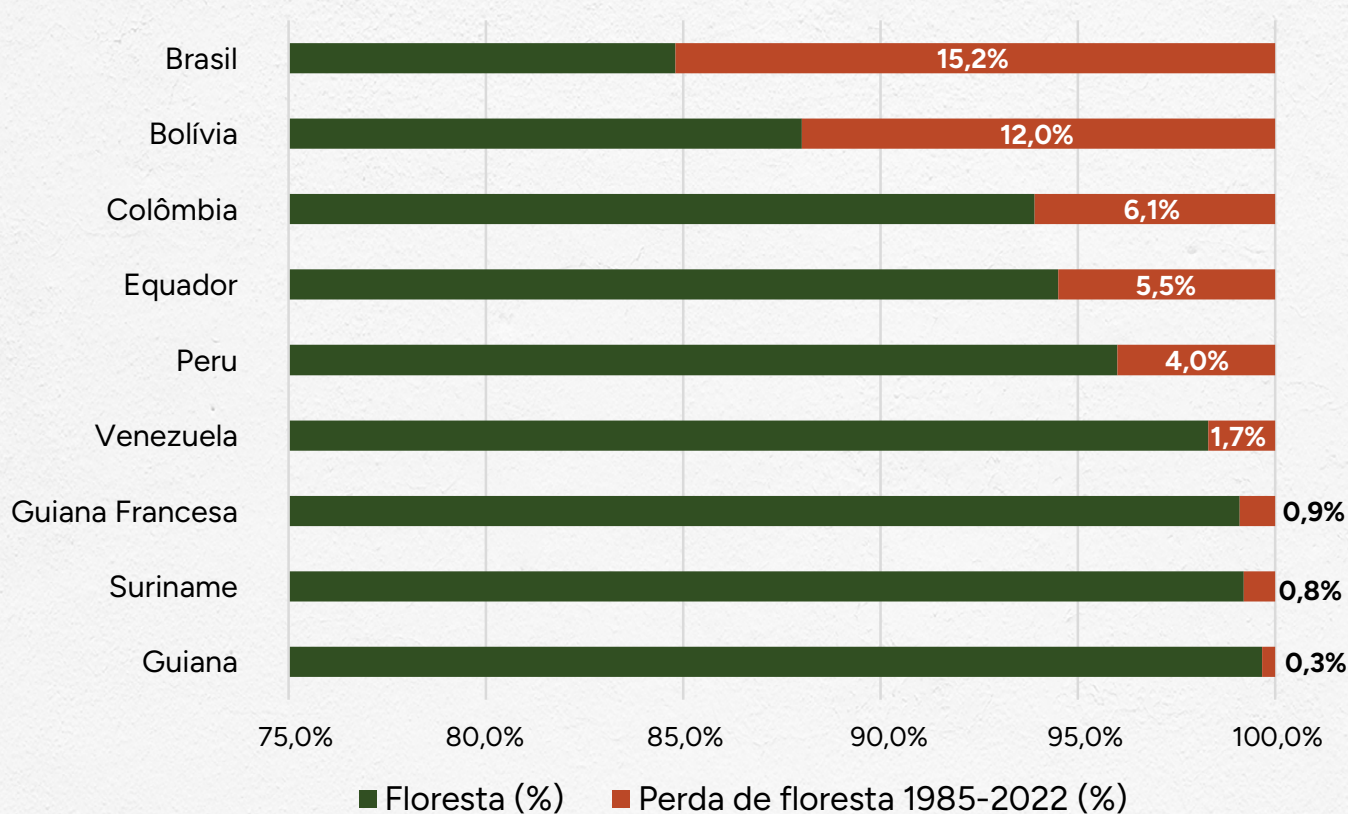
Figura 1. Limite máximo da Pan-Amazônia, segundo a Raisg.



• A floresta na Pan-Amazônia

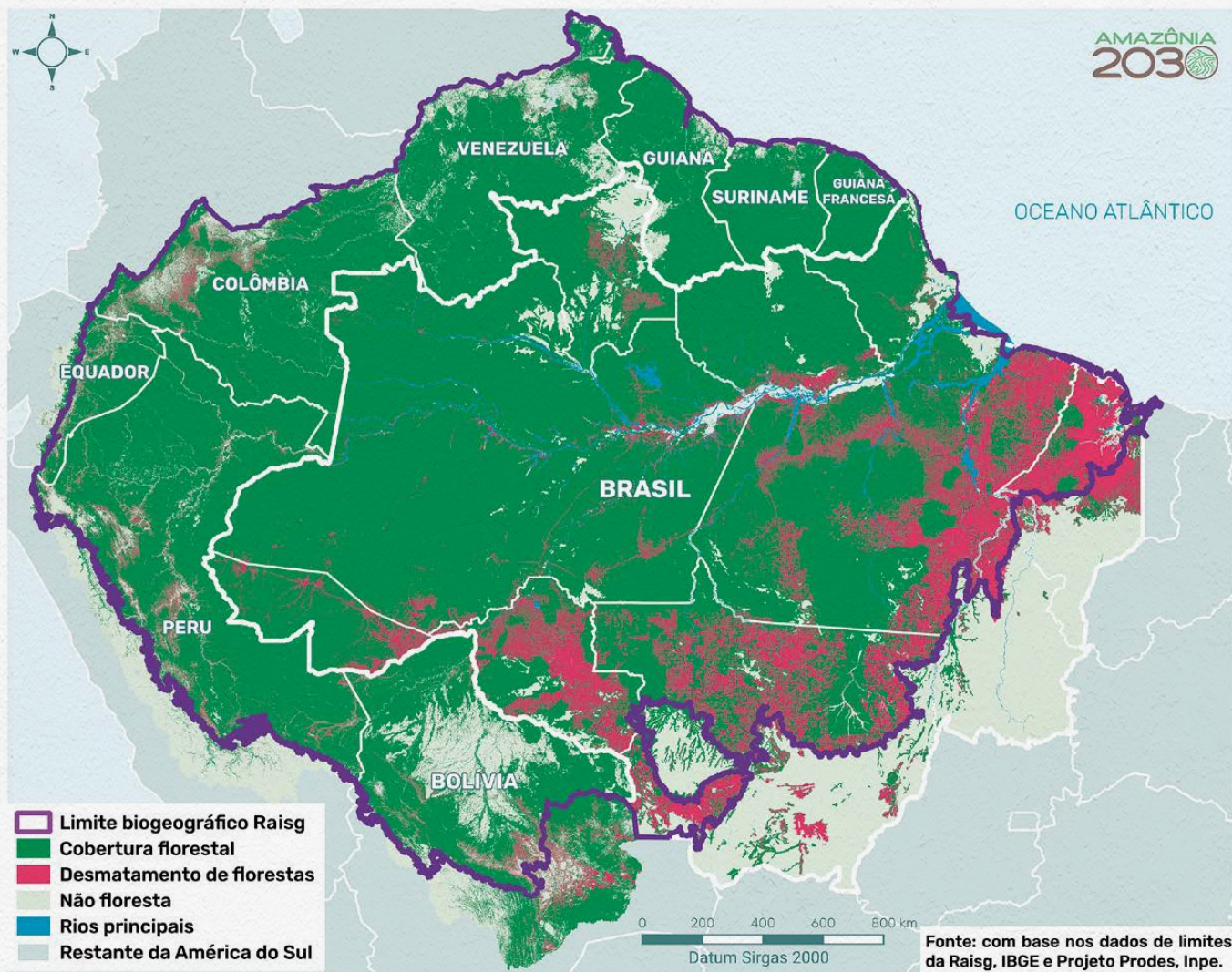
A perda de florestas na Pan-Amazônia atingiu 11% entre 1985 e 2022 (Raisg, 2024). Essa perda ocorreu em maior escala no Brasil e na Bolívia. Os demais países da Pan-Amazônia possuem mais de 90% de florestas em pé (Figuras 2 e 3).

Figura 2. Porcentagem de perda de floresta por país da Pan-Amazônia, 2022.



Fonte: com base nos dados da Raisg.

Figura 3. Cobertura vegetal e desmatamento no bioma Amazônia da Pan-Amazônia.



• As Áreas Protegidas da Pan-Amazônia

Em 2023, as Terras Indígenas abrigavam 29% do território da Pan-Amazônia, enquanto as Unidades de Conservação somavam 25%. No total, as Áreas Protegidas da Pan-Amazônia representavam 49% da região (Figura 4, Tabela 3)^[4] (Raisg, 2024).

Tabela 3. Áreas Protegidas da Pan-Amazônia, 2023.

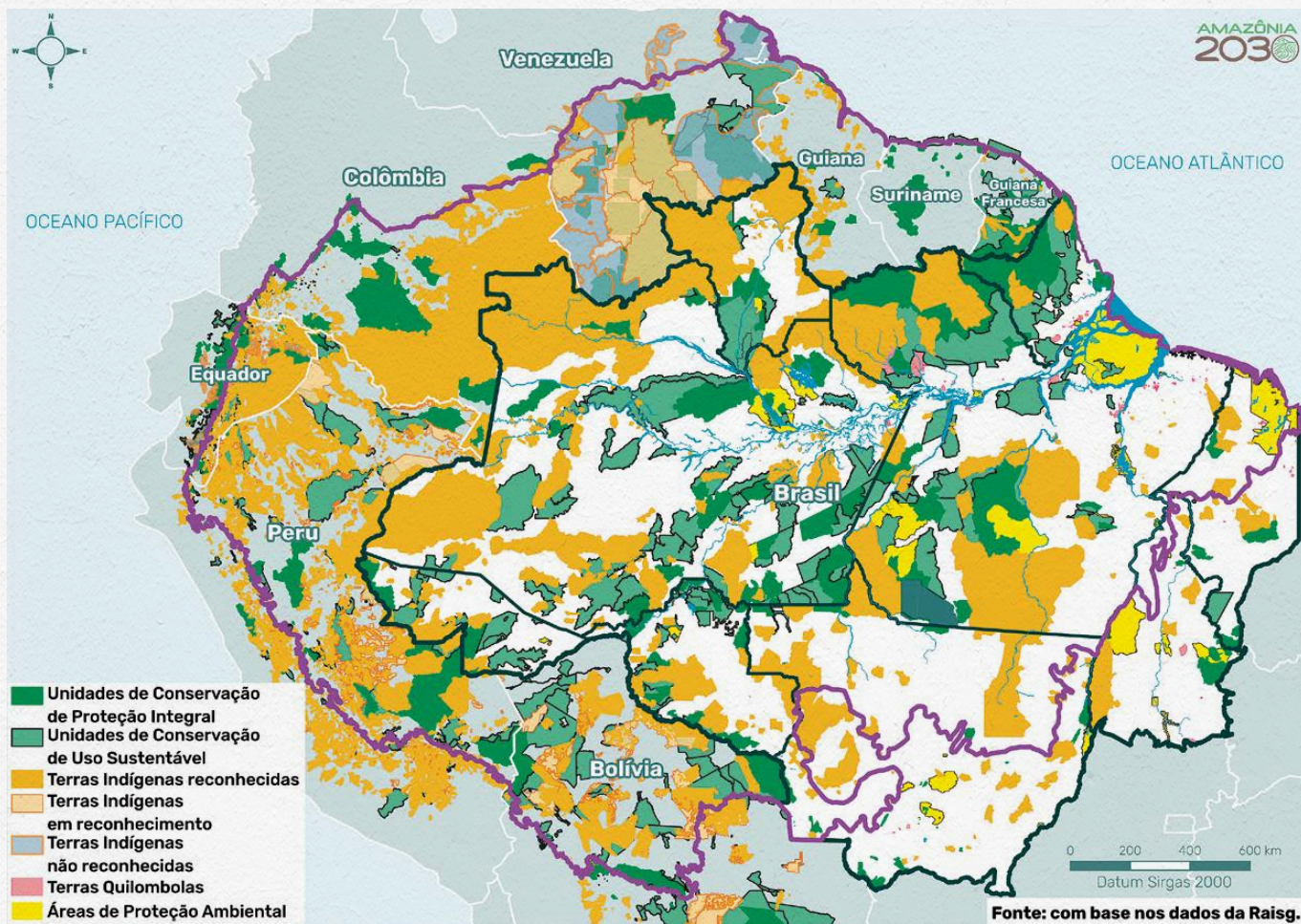
País	Áreas Protegidas	
	Área total (km ²)*	% da área total do país na Pan-Amazônia
Bolívia	365.119	51,1
Brasil	2.342.829	44,7
Colômbia	353.348	69,9
Equador	102.304	77,3
Guiana	41.170	19,5
Guiana Francesa	35.262	41,9
Peru	530.617	54,9
Suriname	26.049	17,8
Venezuela	354.287	75,3
Pan-Amazônia	4.150.985	49,0

* O cálculo da área total de Áreas Protegidas da Pan-Amazônia exclui sobreposições entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Fonte: com base nos dados da Raisg.

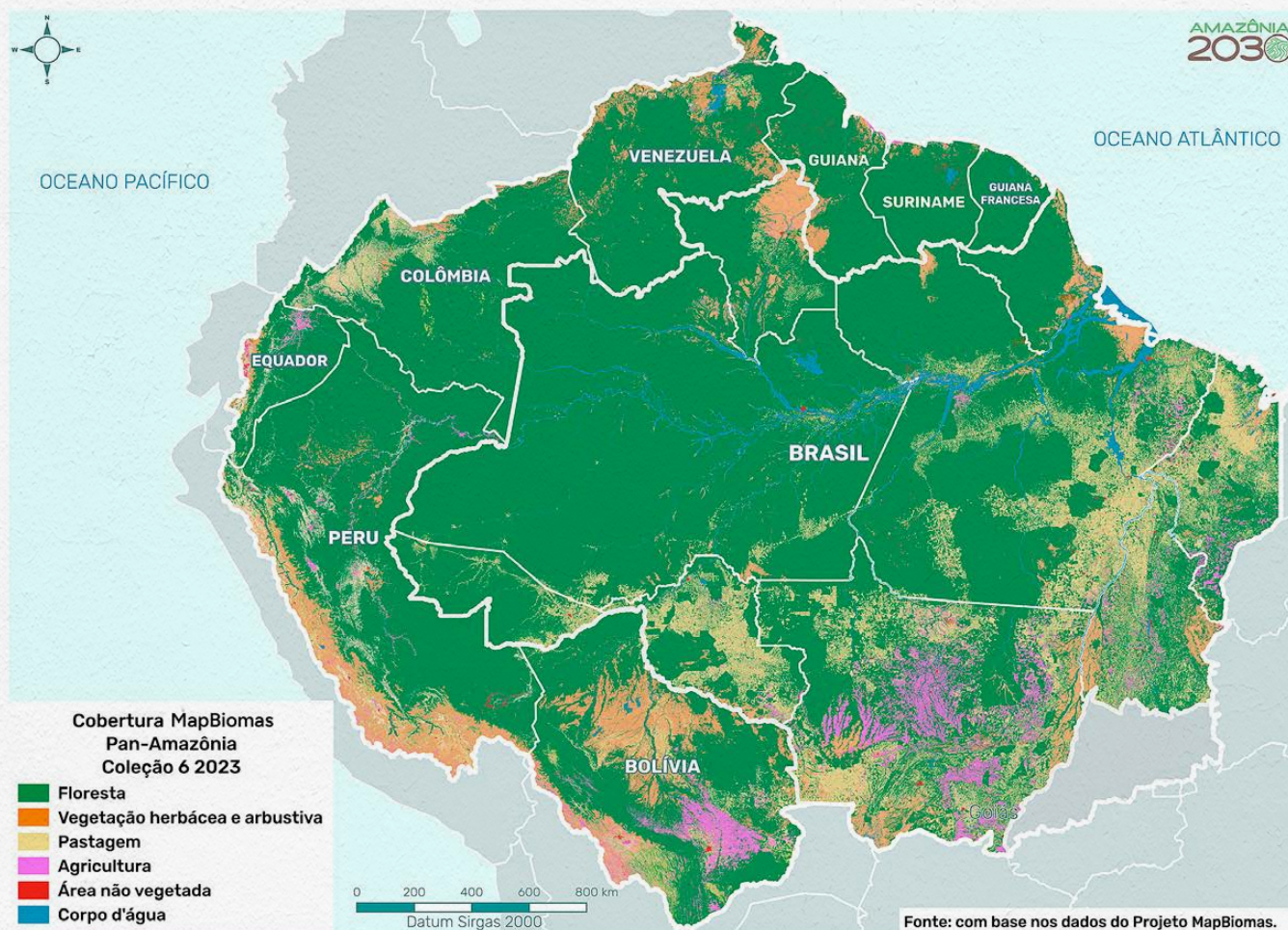
^[4] Área calculada pela Raisg (2024) por Sistema de Informação Geográfica (SIG) usando os limites referenciais ajustados entre os países. Cálculo em projeção Sinusoidal MC-60. O cálculo da área total de Áreas Protegidas exclui as sobreposições existentes entre Unidades de Conservação e Terras Indígenas em alguns países.

Figura 4. Áreas Protegidas da Pan-Amazônia, 2023.



• Cobertura e uso do solo na Pan-Amazônia

A maioria (73%) do território da Pan-Amazônia é composta por floresta, 16% compreendem a agropecuária, 8% abrangem vegetação herbácea e arbustiva e o restante (3%) é formado por superfície de água e área não vegetada (Figura 5). (MapBiomas, 2024).

Figura 5. Cobertura e uso do solo classe nível 1 na Pan-Amazônia, 2023.**Tabela 4.** Área (ha) da cobertura do solo classe nível 1 na Pan-Amazônia de acordo com MapBiomas Coleção 6, 2023.

Classes Nível 1 – MapBiomas	Área (ha)	Porcentagem (%)
1. Floresta	618.838.182	73
2. Vegetação herbácea e arbustiva	66.925.130	8
3. Agropecuária	135.319.441	16
4. Área não vegetada	5.025.732	1
5. Corpo d'água	16.330.838	2
6. Não observado	2.573	-
Pan-Amazônia	842.441.896	100

Fonte: com base nos dados do MapBiomas Amazônia.



AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia Legal possui 5 milhões de km² e compreende nove estados do Brasil^[5]: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e mais da metade da área do Maranhão (Figura 6). Há um total de 773 municípios na região (Figura 7). A Amazônia Legal representa 59% do território nacional e inclui todo o bioma Amazônia e partes dos biomas Cerrado e Pantanal (IBGE, 2025b).

A população da Amazônia Legal atingiu quase 29 milhões de habitantes em 2025, o que representa 13% da população do Brasil (IBGE, 2025a). Os estados mais populosos são Pará e Maranhão (Tabela 5).

Tabela 5. Área, população e número de municípios da Amazônia Legal, 2025.

Estado	Área (km ²)	Número de municípios	População (habitantes)	Densidade demográfica (hab./km ²)
Acre	164.065	22	884.372	5,4
Amapá	1.558.704	16	806.517	5,7
Amazonas	142.254	62	4.321.616	2,8
Maranhão ^[6]	276.383	181	5.838.690	21,1
Mato Grosso	903.208	142	3.887.782	4,3
Pará	1.245.832	144	8.711.196	7,0
Rondônia	237.753	52	1.751.950	7,4
Roraima	223.505	15	738.772	3,3
Tocantins	277.424	139	1.586.859	5,7
Amazônia Legal	5.029.128	773	28.527.754	5,7
Brasil	8.510.296	5.570	213.421.037	25,1

Fonte: com base nos dados do IBGE.

^[5] A área total da Amazônia Legal varia conforme a fonte. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região possuía 5.029.128 km² em 2025 (IBGE, 2025a; IBGE 2025b).

^[6] Inclui somente o território do Maranhão pertencente à Amazônia Legal.

Figura 6. Os estados e a população residente da Amazônia Legal, 2025.

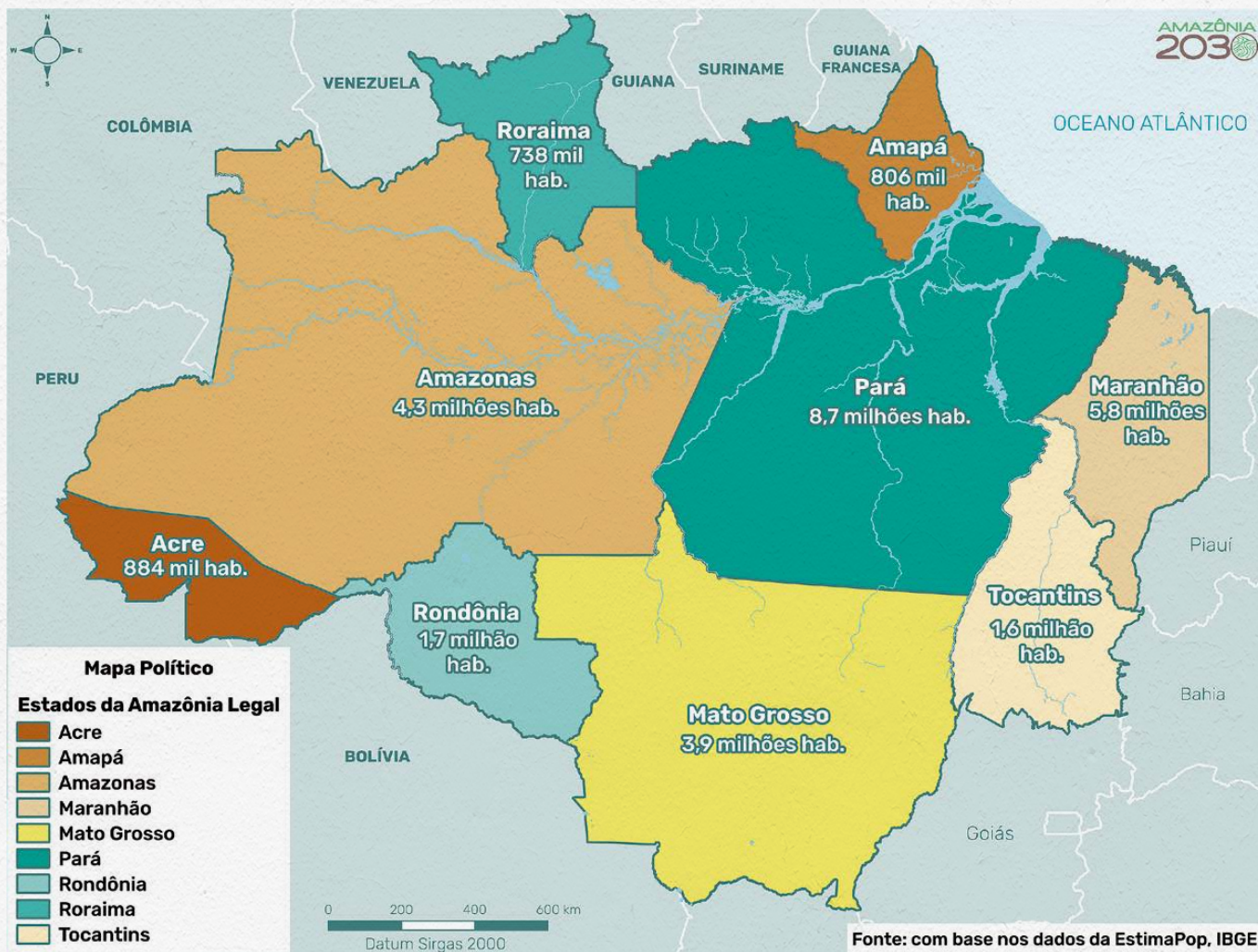
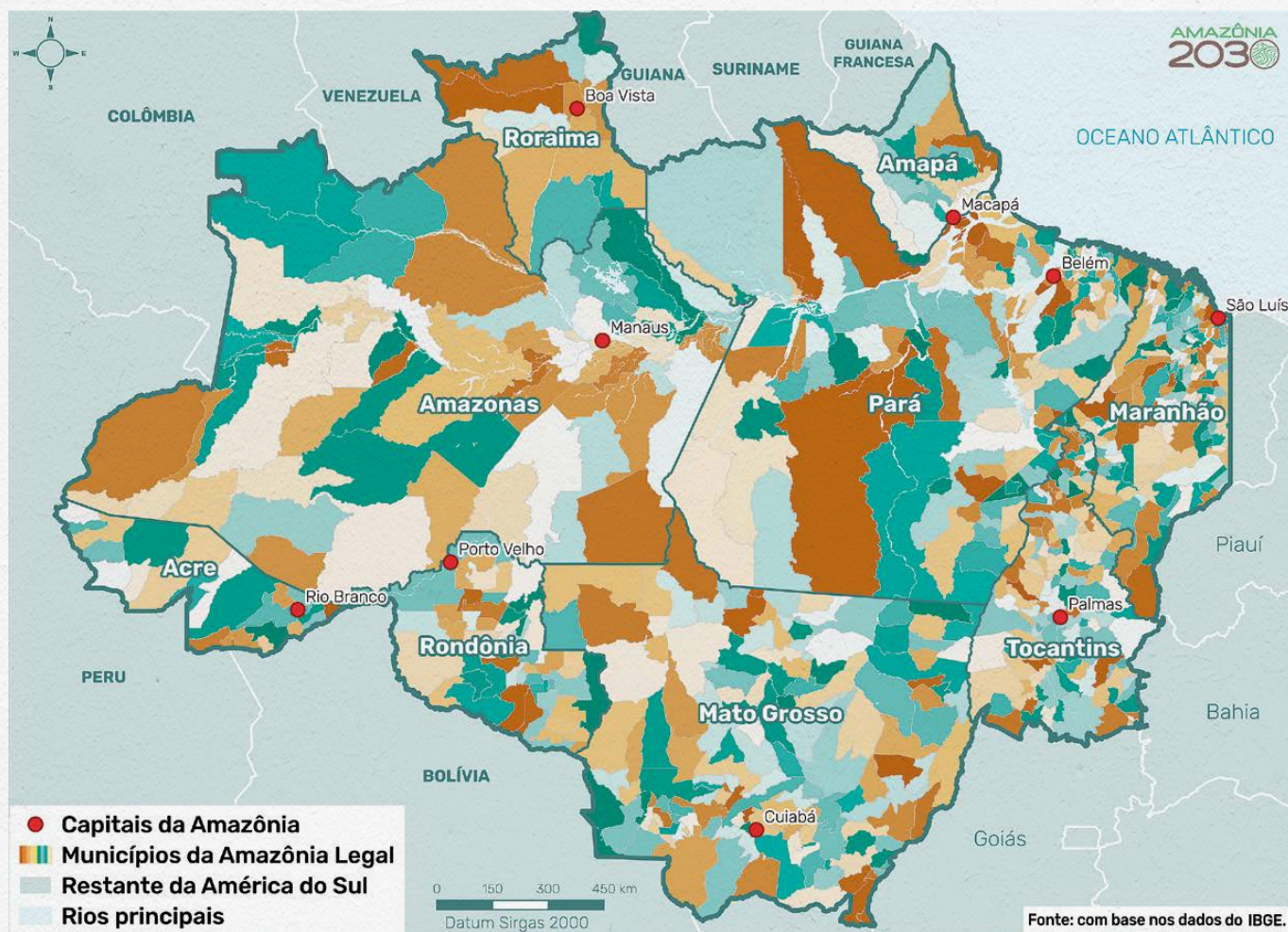


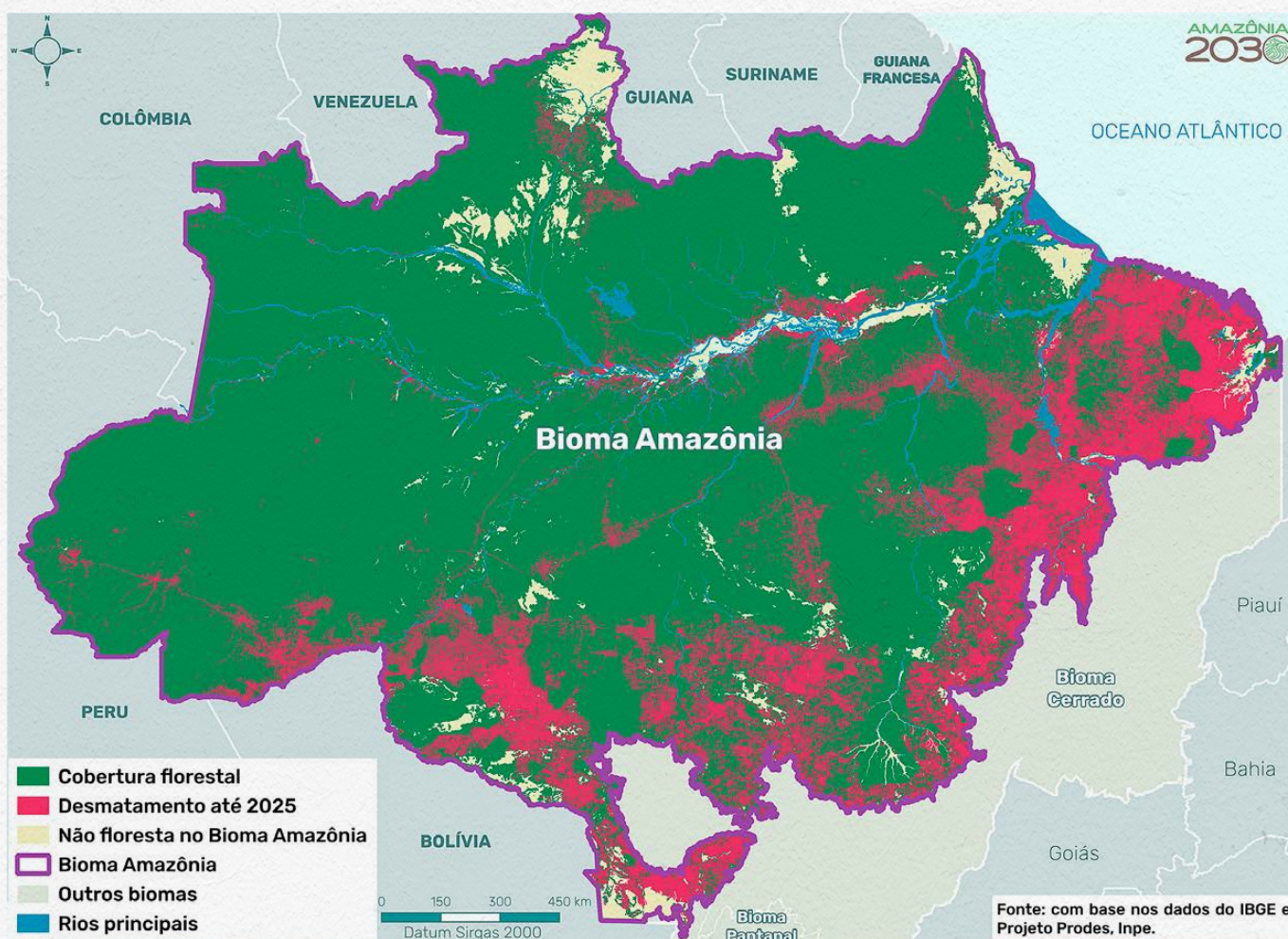
Figura 7. Os municípios da Amazônia Legal.



BIOMA AMAZÔNIA

O bioma Amazônia é definido como um “conjunto de ecorregiões, fauna, flora e dinâmicas e processos ecológicos similares” (WWF, 2000). Esse bioma possui 4 milhões de km² (48% do Brasil) e corresponde a grande parte da Região Norte, além de cerca de metade dos estados do Maranhão e de Mato Grosso (Figura 8).

Figura 8. O bioma Amazônia no Brasil.



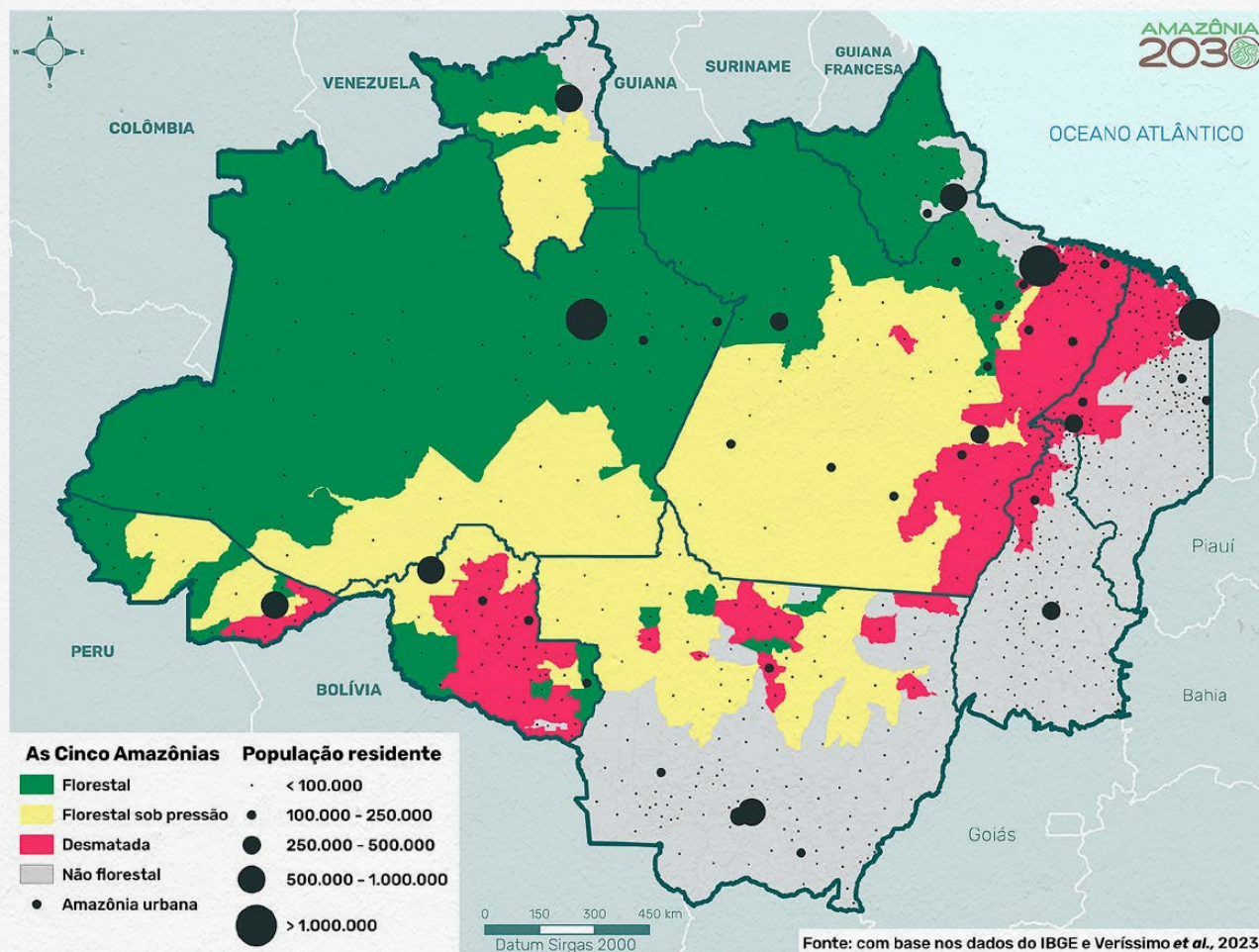


AS CINCO AMAZÔNIAS

O Projeto Amazônia 2030 (AMZ2030) classifica a Amazônia Legal em cinco zonas com base na cobertura vegetal remanescente: florestal, florestal sob pressão, desmatada, não florestal (Cerrado) e urbana (Veríssimo *et al.*, 2023).^[7]

A **Amazônia florestal**, em verde, ocupa 39% do território da Amazônia Legal e corresponde à região que concentra os municípios com áreas mais conservadas. A **Amazônia sob pressão**, em amarelo, abrange 29% da região e possui municípios com extensa cobertura florestal; contudo, estes municípios sofrem com o desmatamento recente, a extração ilegal de madeira e a grilagem de terras. Já os municípios da **Amazônia desmatada**, em vermelho, somam 11% da área da região. A **Amazônia não florestal**, em cinza, corresponde a 21% da Amazônia Legal, sendo coberta principalmente por vegetação de Cerrado, concentrada em Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. A maioria (76%) da população reside na **Amazônia urbana** (Figura 9).

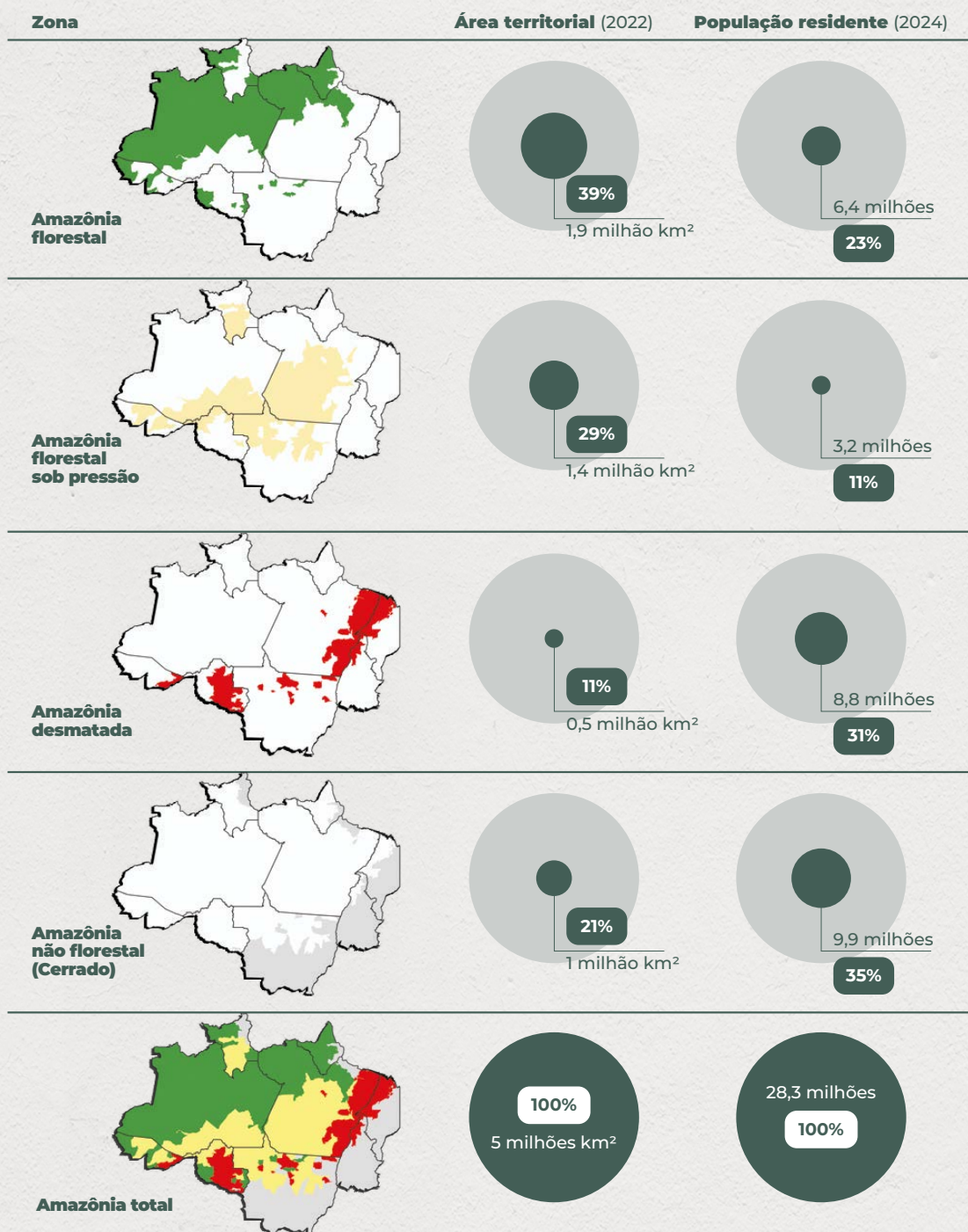
Figura 9. As Cinco Amazônias.



^[7] Mais informações sobre As Cinco Amazônias em: <https://amazonia2030.org.br/as-5-amazonias-bases-para-o-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia-legal/>.

AS CINCO AMAZÔNIAS

Uma divisão baseada em características socioeconômicas e ambientais para entender os desafios e oportunidades da região.



Fonte: AMZ2030 (<https://bit.ly/4cHxj4V>), IBGE (<https://bit.ly/4e5ojH3>).



MEIO AMBIENTE E USO DO SOLO NA AMAZÔNIA



AS REGIÕES FITOECOLÓGICAS DA AMAZÔNIA LEGAL

As regiões fitoecológicas^[8] representam grandes unidades de vegetação com características semelhantes de clima, solo, relevo e composição florística (IBGE, 2026a). Na Amazônia Legal, essas formações refletem a elevada diversidade de ecossistemas da região e são fundamentais para compreender sua biodiversidade, dinâmica ambiental e potencial para conservação e uso sustentável (Figura 10, Tabela 6)^[9].

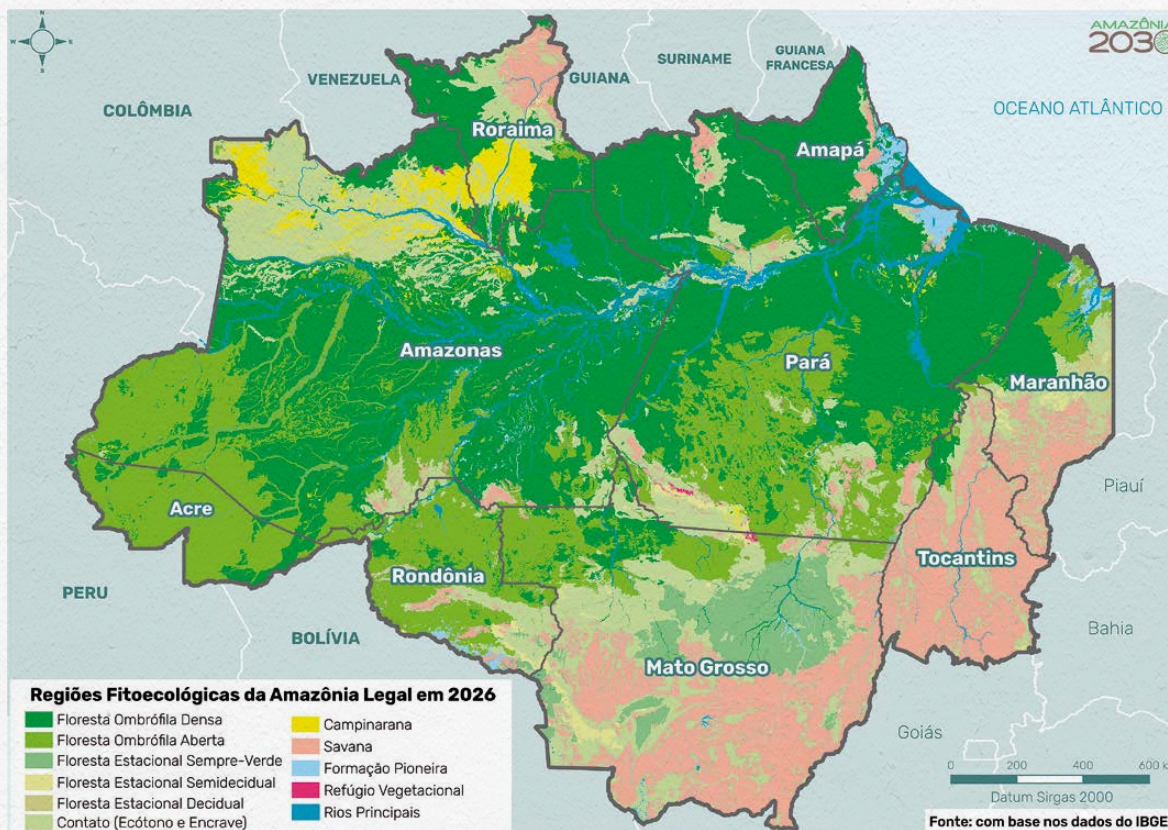
As principais regiões fitoecológicas da Amazônia Legal são: Floresta Ombrófila Densa (204 milhões de ha, 41% do território); Floresta Ombrófila Aberta (100 milhões de ha, 20% do território); as vegetações de contato^[10] (83 milhões de ha, 17% do território); Savanas (65 milhões de ha, 13% do território); Floresta Estacional Sempre-Verde^[11] (quase 17 milhões de ha, 3% do território); e Campinaranas (11 milhões de ha, 2% do território). O Anexo 1 detalha as regiões fitoecológicas da Amazônia Legal (IBGE, 2026a).

^[8] Mais informações em: <https://bit.ly/4pb5Hv2> e <https://bit.ly/4gXRCPG>.

^[9] No entanto, essas regiões não representam o *status* atual da biodiversidade e das vegetações da Amazônia em sua totalidade devido ao desmatamento e degradação florestal. Mais informações na seção "Desmatamento da Amazônia Legal".

^[10] Também conhecidas como florestas/vegetações de transição, ecótono ou encrave.

^[11] Trata-se de uma região com vegetação que, apesar de sofrer variações climáticas com estações secas e chuvosas, mantém suas copas verdes o ano todo (Figura 10).

Figura 10. As regiões fitoecológicas da Amazônia Legal, 2026.**Tabela 6.** Distribuição (área e %) das regiões fitoecológicas da Amazônia Legal, 2026.

Região fitoecológica	Área (ha)	Porcentagem (%)
Floresta Ombrófila Densa	204.191.556	40,7
Floresta Ombrófila Aberta	100.394.300	20,0
Contato (ecótono e enclave)	83.390.128	16,6
Savana e Savana-Estépica	64.813.701	12,9
Floresta Estacional Sempre-Verde	16.546.800	3,3
Campinarana	11.040.400	2,2
Formação Pioneira	4.695.052	0,9
Floresta Estacional Semidecidual	4.183.085	0,8
Floresta Estacional Decidual	1.481.630	0,3
Refúgio Vegetacional	396.400	0,1
Rios principais	10.359.043	2,1

Fonte: com base nos dados da Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil, IBGE.

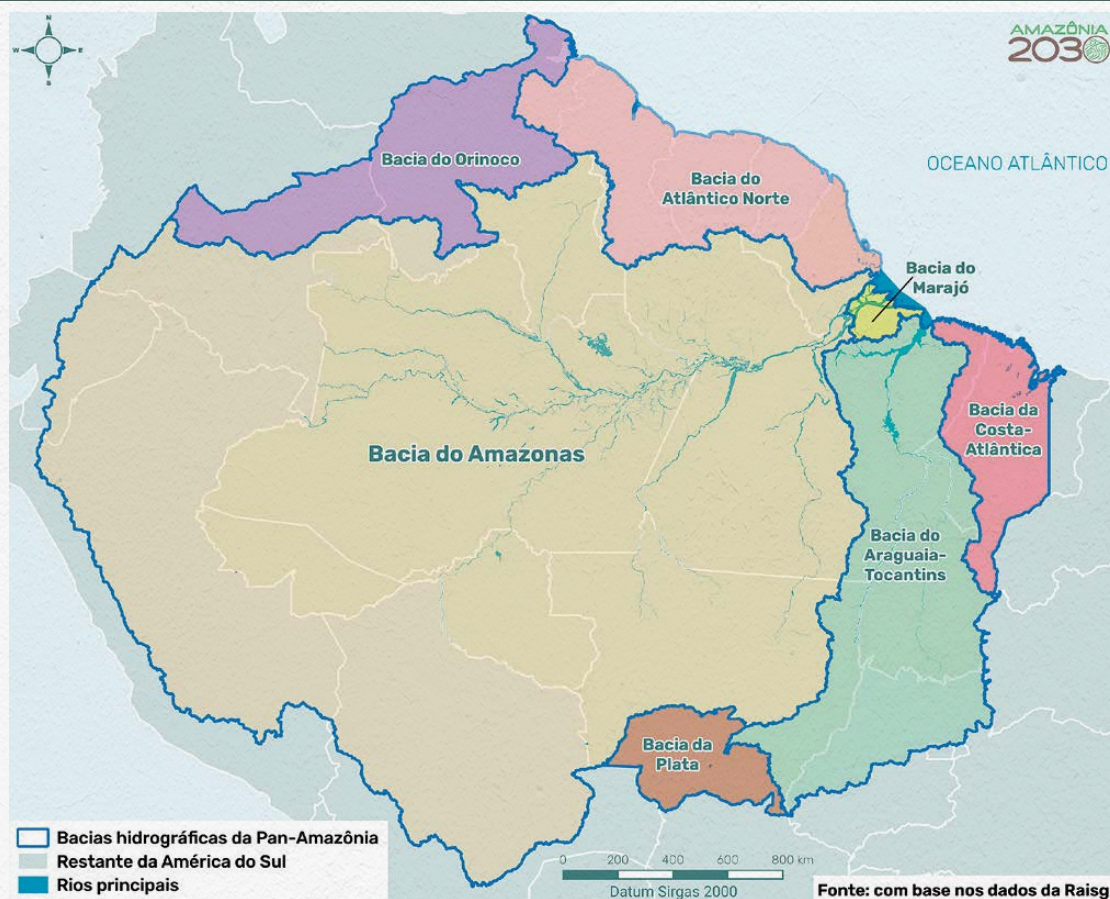


A ÁGUA NA AMAZÔNIA

• As bacias hidrográficas da Amazônia

A Amazônia possui a maior bacia hidrográfica do mundo^[12], com uma área de cerca de 7 milhões de km² (Figura 11). O rio Amazonas/Solimões^[13] percorre uma extensão que oscila entre 6.400 km no período seco e cerca de 6.800 km no auge do período chuvoso na região. Esse rio ainda recebe águas de aproximadamente 1.100 tributários que formam várias sub-bacias hidrográficas na Pan-Amazônia (Figura 12) e na Amazônia brasileira (Figura 13).^[14] Ele funciona como a espinha dorsal dos rios da Amazônia Legal (Figura 14) (Kuhn, P. A. F. *et al.*, 2009).

Figura 11. Limites das principais bacias hidrográficas da Pan-Amazônia.



^[12] A extensão do rio Amazonas varia entre estudos sobre a localização da sua nascente nos Andes peruanos. Alguns geógrafos consideram o rio Ucayali, no Peru, como o início do rio Amazonas. Mais informações em: <http://amazonwaters.org/waters>.

^[13] Esse rio possui dois nomes: da cabeceira até a confluência com o rio Negro, ele é chamado de rio Solimões e, a partir desse ponto até a foz, recebe o nome de rio Amazonas.

^[14] A Agência Nacional de Águas (ANA) divide a bacia amazônica localizada no território brasileiro em níveis que variam de 1 a 7. Por exemplo, no nível 3 há 17 sub-bacias hidrográficas formadas pelos principais rios da região (Figura 13). Os demais níveis detalham ainda mais a extensa rede hidrográfica da região (ANA, 2023).

Figura 12. Sub-bacias hidrográficas do rio Amazonas na Pan-Amazônia.

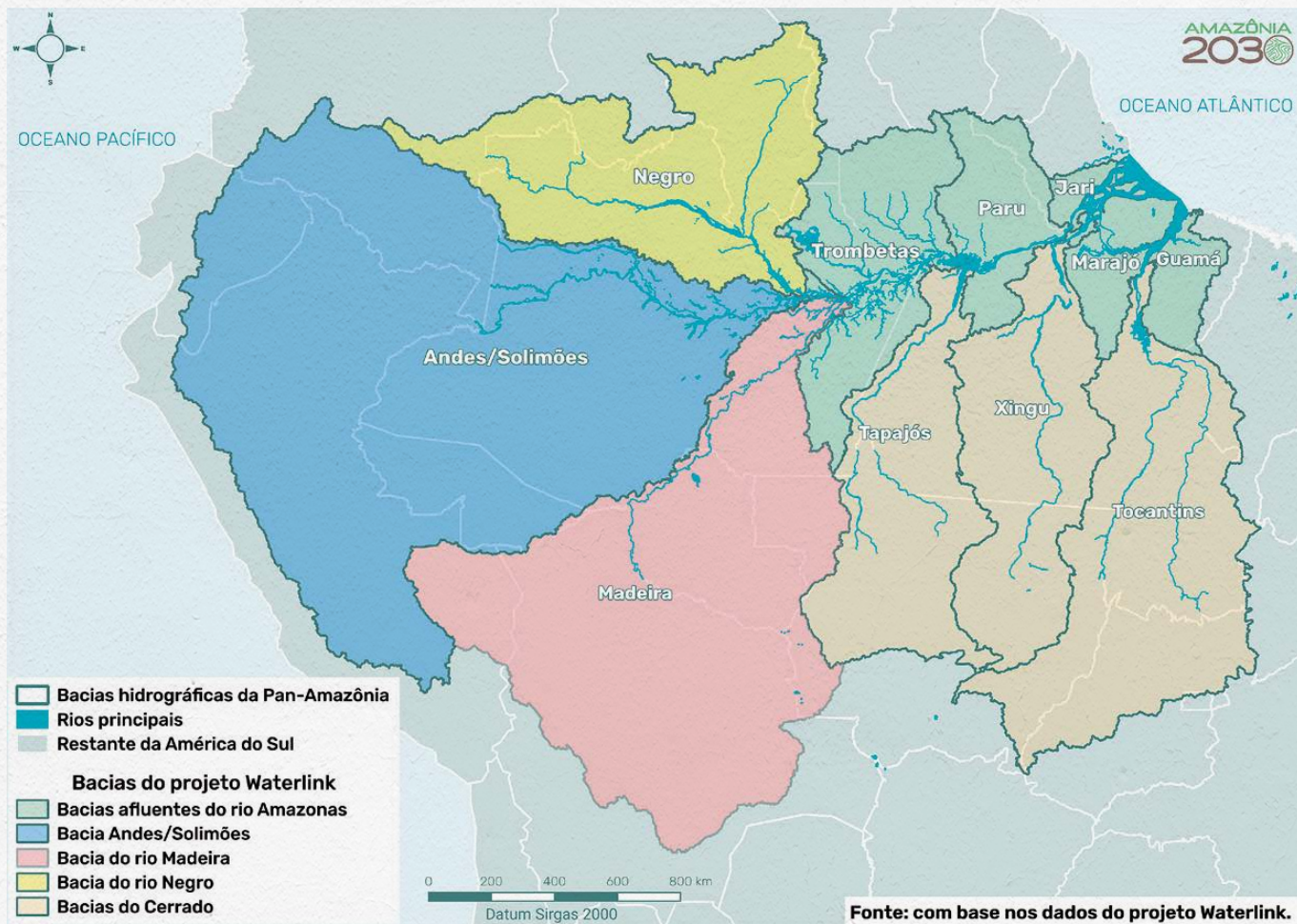


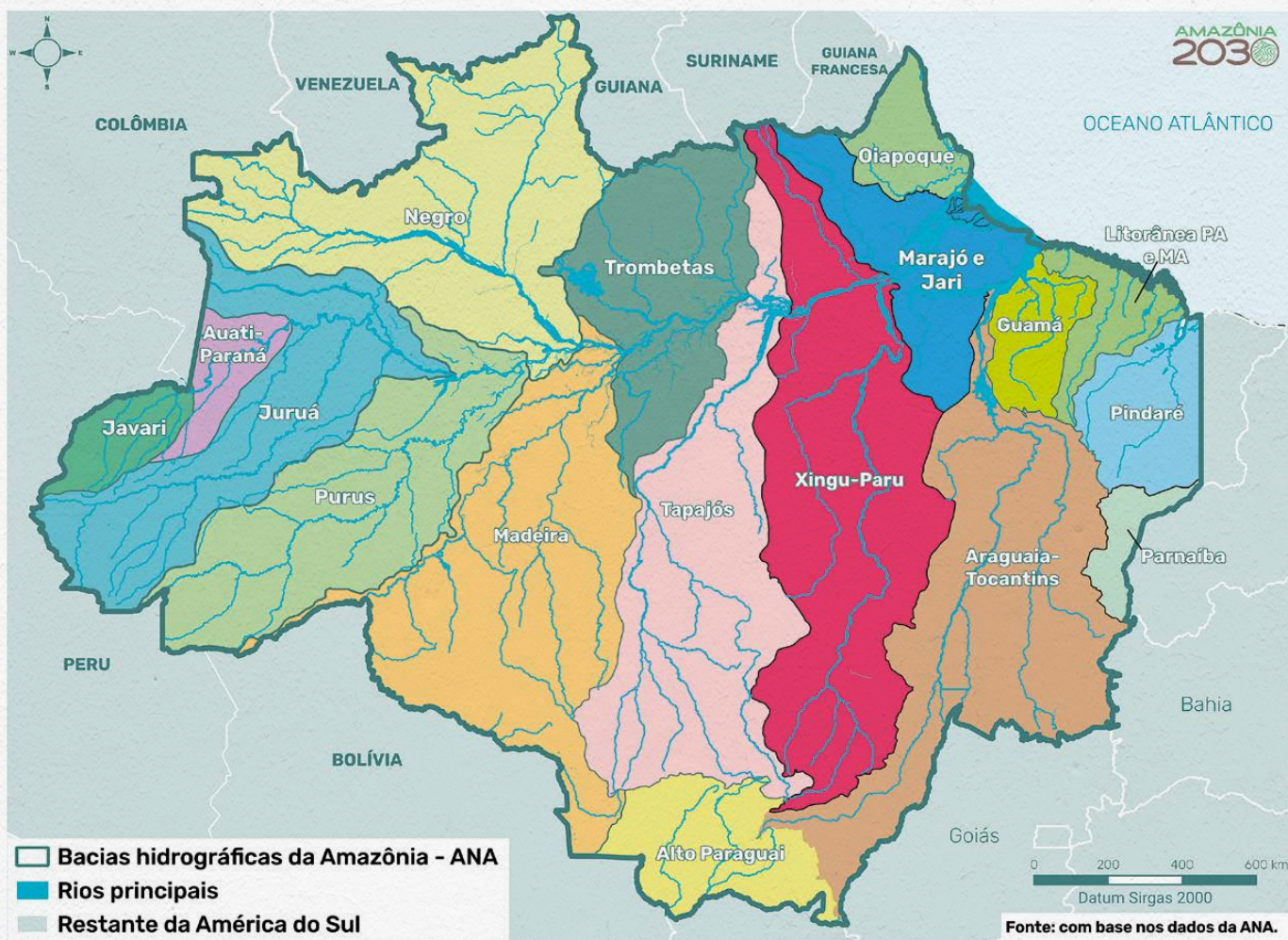
Figura 13. Sub-bacias hidrográficas na Amazônia Legal.

Figura 14. Os principais rios na Amazônia Legal.



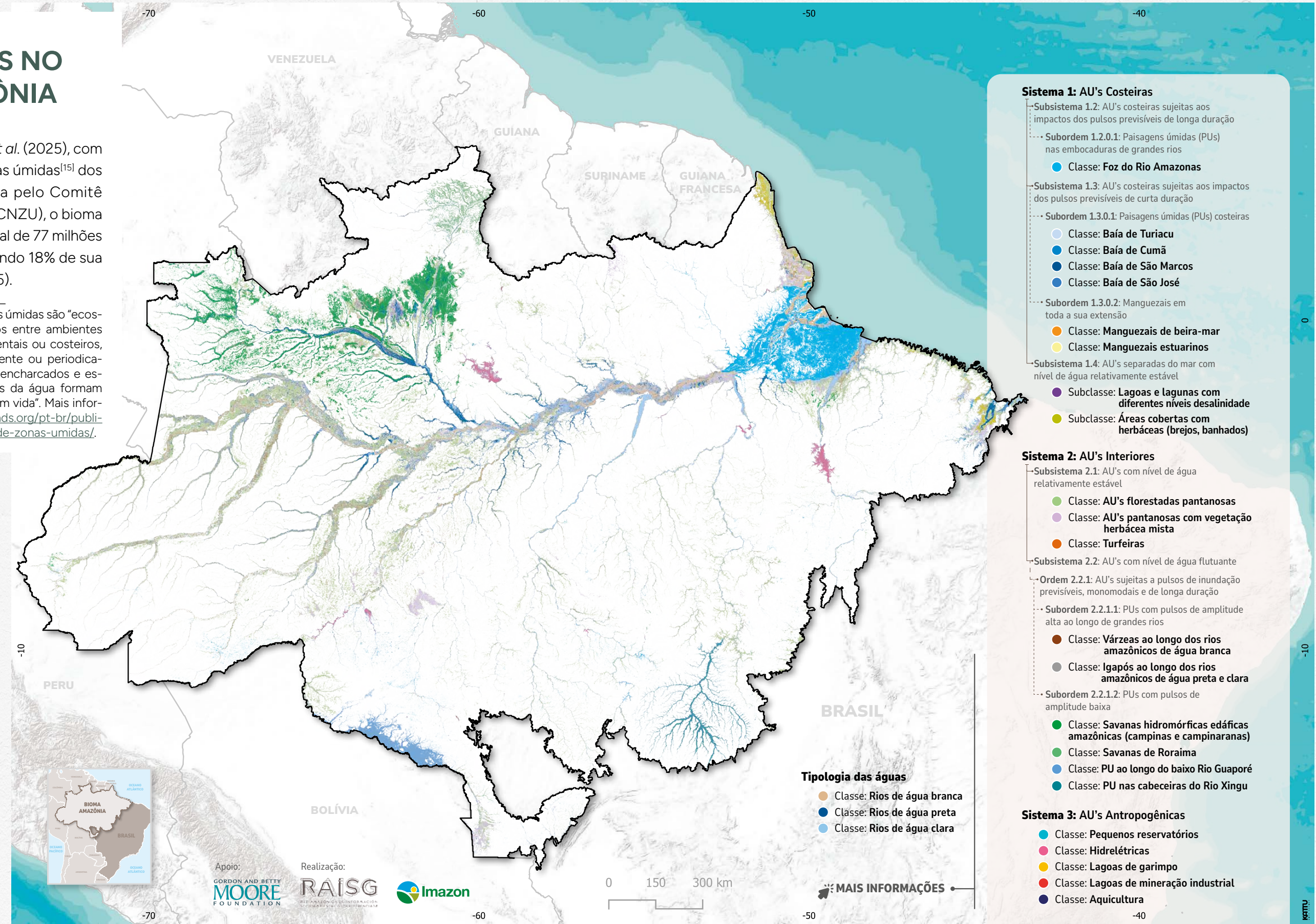
ÁREAS ÚMIDAS NO BIOMA AMAZÔNIA

Segundo Souza Jr., C. *et al.* (2025), com base na classificação de áreas úmidas^[15] dos biomas brasileiros, adotada pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU), o bioma Amazônia apresentou um total de 77 milhões de ha de áreas úmidas, cobrindo 18% de sua extensão em 2020 (Figura 15).

^[15] Segundo o CNZU (2025), áreas úmidas são “ecossistemas de transição situados entre ambientes terrestres e aquáticos, continentais ou costeiros, naturais ou artificiais, permanente ou periodicamente inundados. Seus solos encharcados e espécies adaptadas às variações da água formam habitats extremamente ricos em vida”. Mais informações em: <https://lac.wetlands.org/pt-br/publicacao/cnzu-comite-nacional-de-zonas-umidas/>.

Figura 15. Áreas úmidas do bioma Amazônia, 2020.

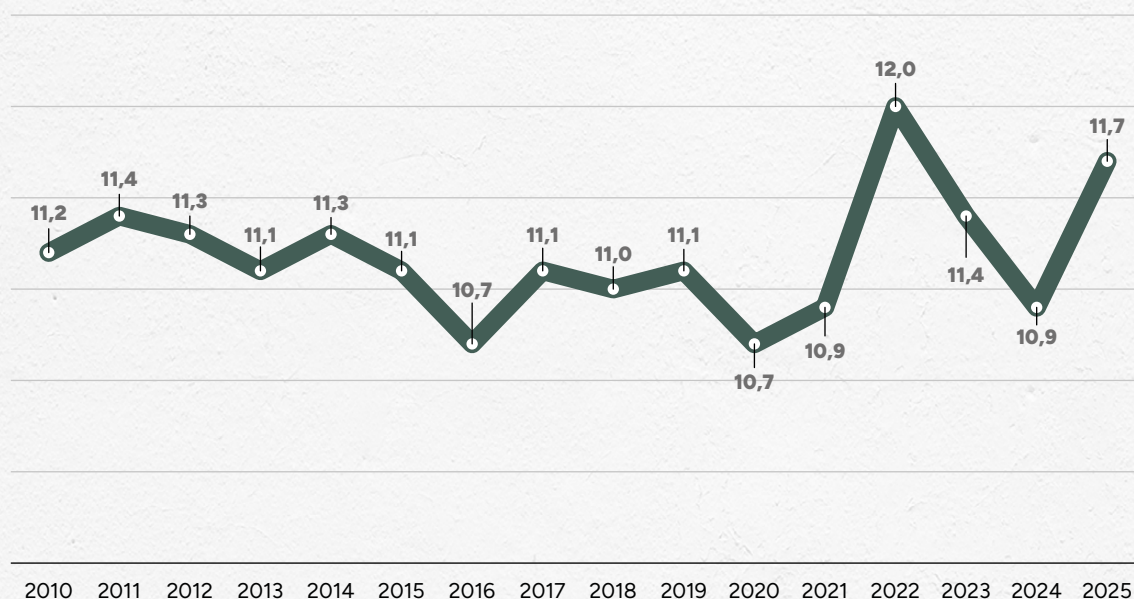
Fonte: com base nos dados do Imazon.



• Superfícies de água na Amazônia Legal

De acordo com MapBiomas Água (2026), a área da superfície de água^[16] da Amazônia Legal oscilou entre 10,7 e 12,0 milhões de ha entre 2010 e 2022, atingindo 11,7 milhões de ha em 2025 (Figura 16). Nesse período, a superfície de água registrou uma média de 11,2 milhões de ha. Os estados do Amazonas (4,9 milhões de ha) e do Pará (4,3 milhões de ha) possuíam as maiores superfícies de água em 2025 (Tabela 7).

Figura 16. Evolução da superfície de água (milhões de ha) na Amazônia Legal, 2010-2025.



Fonte: com base nos dados do MapBiomas Água.

^[16] De acordo com o MapBiomas Água (2026), a superfície de água é a área de extensão de terra coberta por corpos hídricos (naturais ou artificiais), medida de forma mensal e anual, por meio de imagens de satélite. Mais informações em: <https://brasil.MapBiomas.org/iniciativas-e-produtos/agua/>.

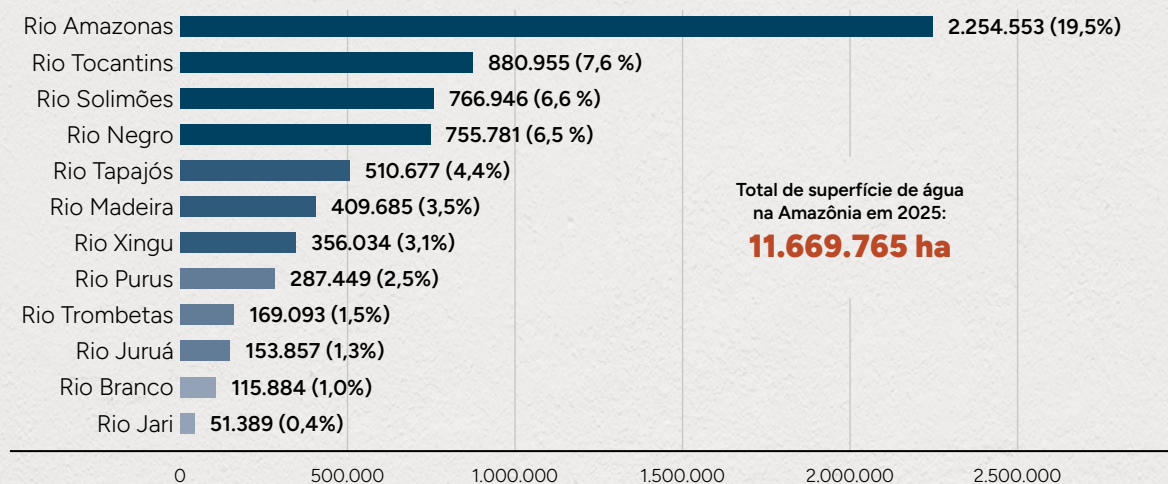
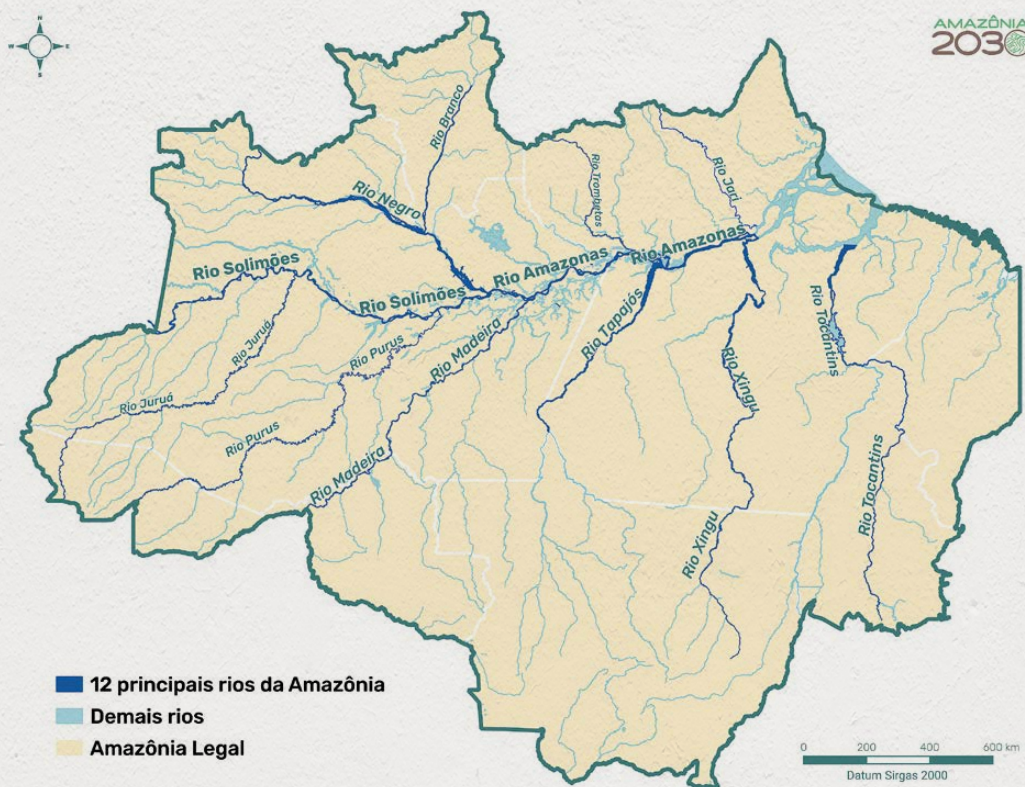
Tabela 7. Superfície de água (ha) por estado da Amazônia Legal, 2020-2025.

Estado	Superfície de água (ha)					
	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Acre	49.073	46.897	53.119	56.555	51.751	57.352
Amapá	305.888	325.992	415.108	377.240	383.647	398.279
Amazonas	4.469.449	4.619.113	5.095.329	4.759.463	4.490.772	4.862.261
Maranhão	319.659	316.732	374.350	377.633	350.059	384.965
Mato Grosso	680.949	624.308	698.724	752.753	626.162	712.927
Pará	4.104.272	4.160.595	4.364.833	4.208.031	4.145.896	4.349.418
Rondônia	222.927	225.740	245.943	246.492	224.490	246.522
Roraima	254.391	289.894	451.271	340.156	285.675	340.349
Tocantins	300.493	296.319	316.580	319.898	317.179	317.692
Amazônia Legal	10.707.102	10.905.589	12.015.257	11.438.221	10.875.630	11.669.765

Fonte: com base nos dados do MapBiomias Água.

OS PRINCIPAIS RIOS DA AMAZÔNIA

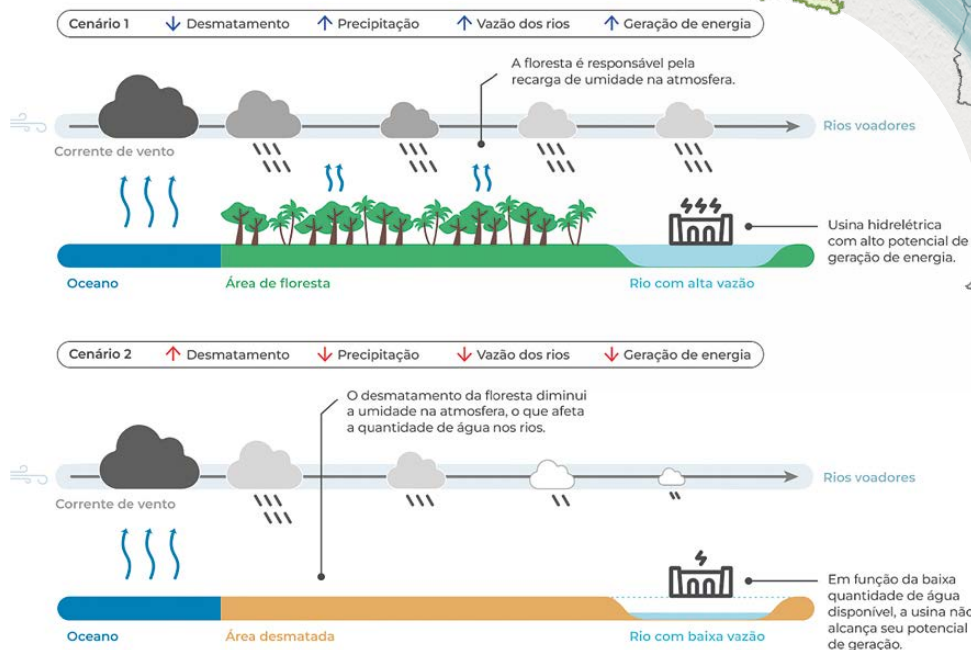
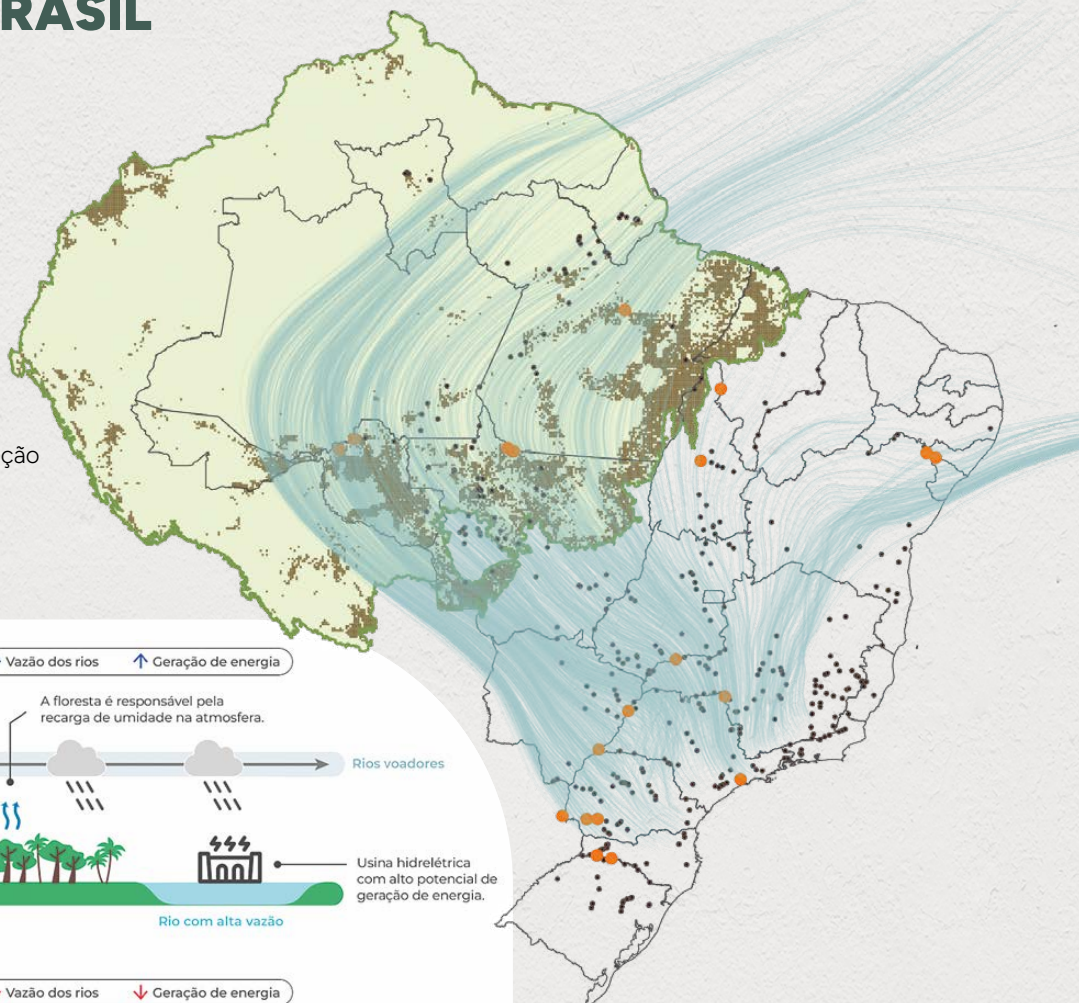
Os 12 maiores rios da Amazônia totalizaram 7 milhões de ha de superfície de água em 2025, ou 58% do total. Somente o rio Amazonas possui pouco mais de 2 milhões de ha (MapBiomias Água, 2026).



Fonte: com base nos dados do MapBiomias Água. Mais informações em: <https://brasil.mapbiomas.org/iniciativas-e-produutos/agua/>.

OS RIOS VOADORES E A IMPORTÂNCIA DAS FLORESTAS PARA A SEGURANÇA HÍDRICA DO BRASIL

- Bioma Amazônia
- Área de floresta
- Área desmatada
- Ventos
- 20 UHEs de maior capacidade de geração de energia
- Demais UHEs



Os “rios voadores” são corredores atmosféricos invisíveis que transportam bilhões de toneladas de vapor d’água gerados pela evapotranspiração da floresta amazônica para o restante do Brasil. Esse sistema hídrico é vital para garantir as chuvas, a produção agrícola e a geração de energia no Brasil e América do Sul (Pinto, G. R. S. e Arbache, J. P., 2025).

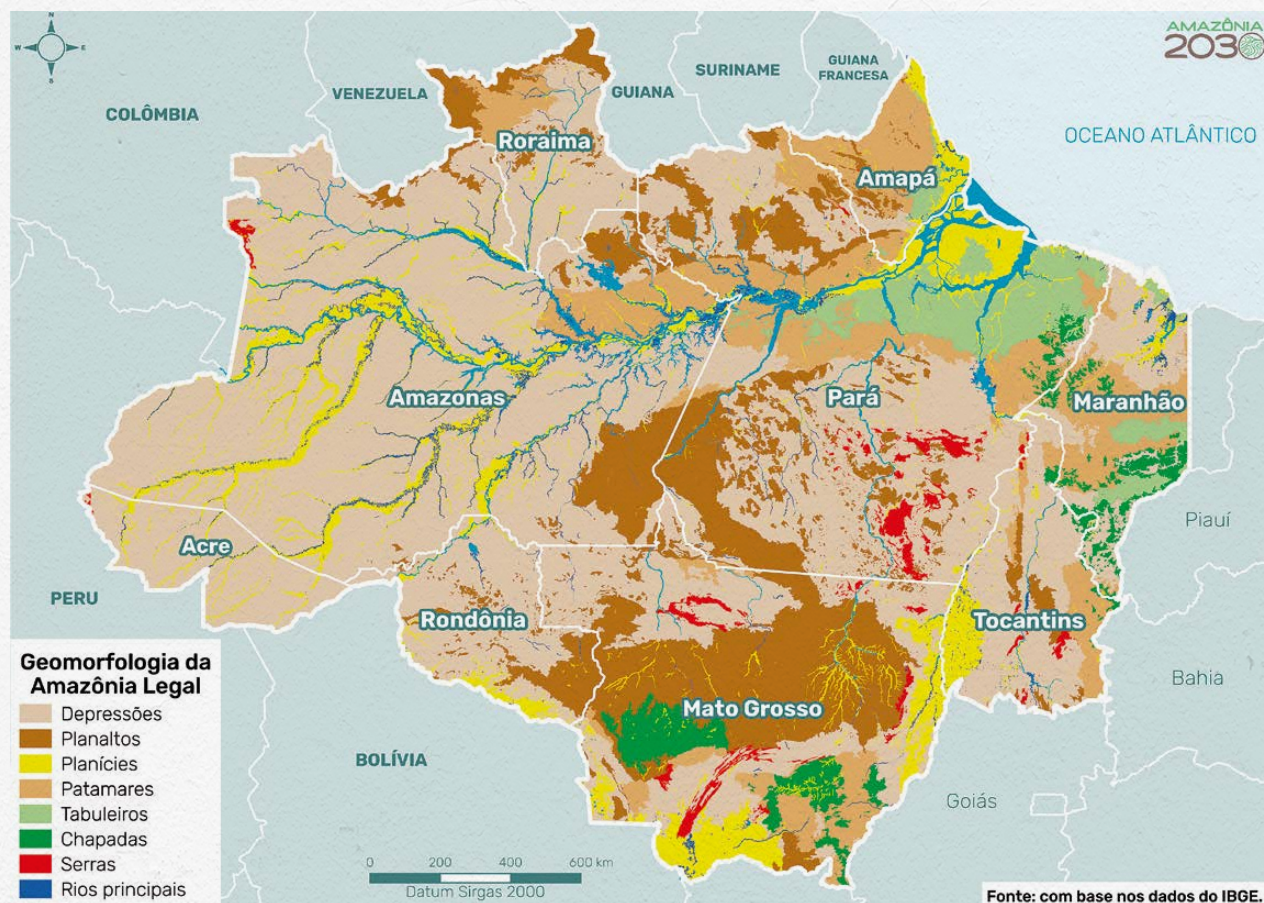
Fonte: com base nos dados de CPI/PUC-Rio. Mais informações em: <https://bit.ly/4uKfw4C>.



A GEOMORFOLOGIA DA AMAZÔNIA LEGAL

A geomorfologia^[17] da Amazônia Legal é marcada pela grande diversidade de formas de relevo, resultado de milhões de anos de evolução geológica, da ação dos rios amazônicos e das variações climáticas. Segundo o IBGE (2026a), a região apresenta um relevo predominantemente de baixa altitude, composto por extensas áreas de depressões (52% da área total), planaltos (16%), planícies (11%) e patamares (11%). Essas classes geomorfológicas condicionam a distribuição dos diferentes tipos de vegetação, dos solos e da drenagem das águas da Amazônia (Figura 17, Tabela 8). O Anexo 2 detalha a geomorfologia da Amazônia Legal.

Figura 17. A geomorfologia da Amazônia Legal, 2026.



^[17] Segundo o IBGE (2026a), a geomorfologia é o ramo das geociências dedicado a descrever, analisar e classificar as formas da superfície terrestre (relevo). Mais informações em: <https://bit.ly/4pb5Hv2> e <https://bit.ly/4gXRCPG>.

Tabela 8. Distribuição (área e %) da geomorfologia da Amazônia Legal por classificação, 2026.

Classe geomorfológica	Área (ha)	Porcentagem (%)
Depressões	262.624.597	52,4
Planaltos	79.540.885	15,9
Planícies	56.242.060	11,2
Patamares	54.591.515	10,9
Tabuleiros	18.686.983	3,7
Chapadas	12.853.094	2,5
Serras	6.461.341	1,3
Rios principais	10.359.043	2,1

Fonte: com base nos dados da Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil, IBGE.

• Os solos da Amazônia Legal

A pedologia^[18] da Amazônia Legal é caracterizada por uma grande diversidade de solos, cuja distribuição resulta da interação entre clima, relevo, material de origem, organismos e tempo de formação (IBGE, 2026a).

De acordo com a classificação de solos em nível 1 (Figura 18, Tabela 9)^{[19],[20]}, os Argissolos constituem a classe predominante da Amazônia Legal (36% da área total), seguidos dos Latossolos (31%) (IBGE, 2026a). O Anexo 3 detalha os principais solos da Amazônia Legal.

^[18] Segundo o IBGE (2026a), a pedologia é o ramo da ciência que estuda os solos em seu ambiente natural com foco em sua formação, classificação, morfologia, composição e distribuição. Mais informações em: <https://bit.ly/4pb5Hv2> e <https://bit.ly/4gXRCPG>.

^[19] Segundo o Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SIBCS), há seis níveis de classificação de solo no Brasil, sendo a Ordem o primeiro. Mais detalhes sobre cada tipo de solo estão presentes em: <https://www.embrapa.br/web/solos/sibcs/classificacao-de-solos>.

^[20] Existem outros tipos de classificação de solos, como o *Soil Taxonomy* (americano) e a *World Reference Base* (WRB) da *Food and Agriculture Organization* (FAO). Mais informações em: <https://www.embrapa.br/web/solos/sibcs/outros-sistemas-de-classificacao-de-solos>.

Figura 18. Os solos na classificação nível 1 na Amazônia Legal, 2026.

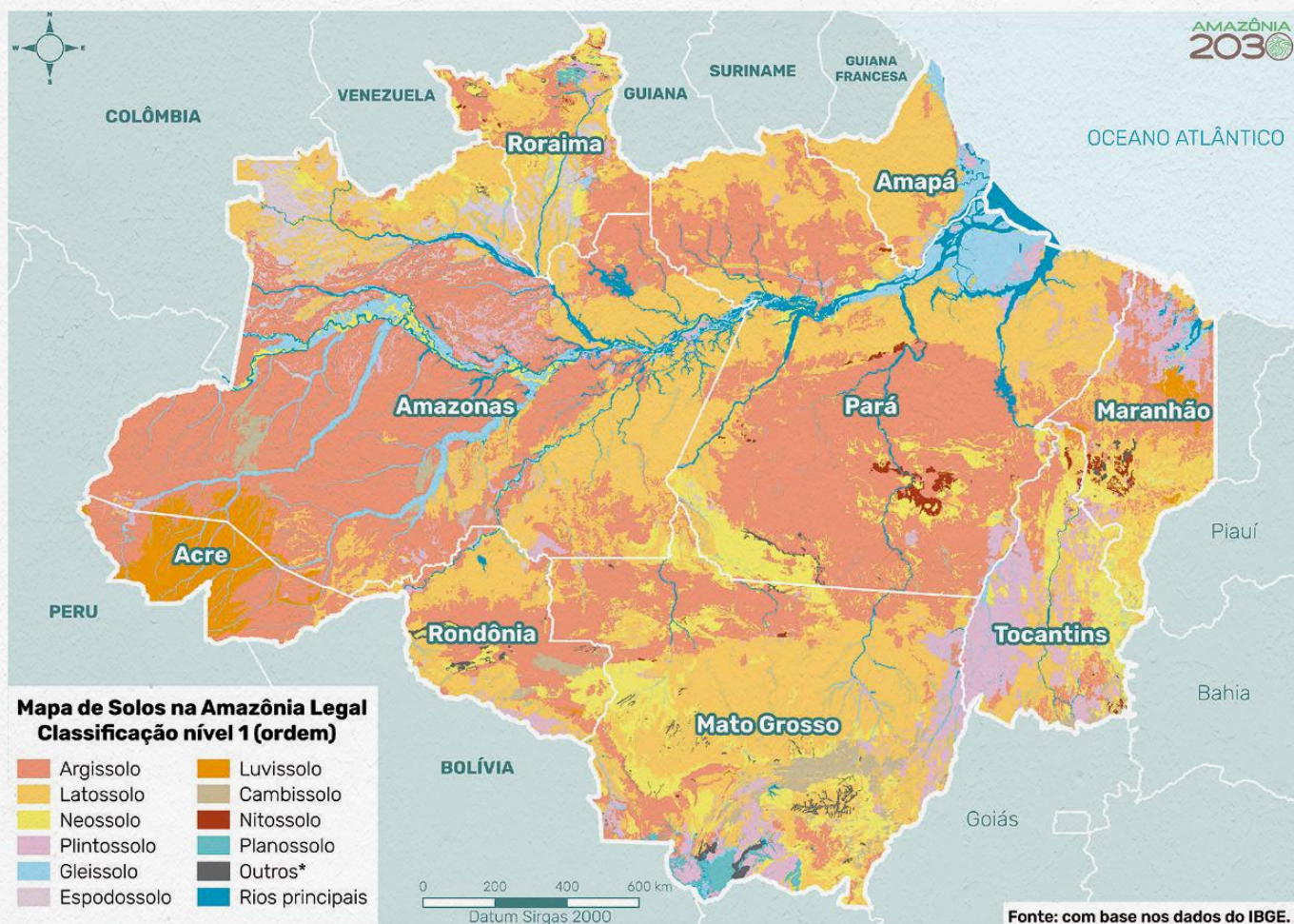


Tabela 9. Distribuição (área e %) dos tipos de solos na Amazônia Legal por classificação nível 1 (Ordem), 2026.

Classes de solo nível 1 (Ordem)	Área (ha)	Porcentagem (%)
Argisolo	179.124.677	35,7
Latossolo	156.222.626	31,2
Neossolo	49.003.023	9,8
Plintossolo	33.827.113	6,7
Gleissolo	32.071.763	6,4
Espodossolo	13.551.241	2,7
Luvissolo	12.396.026	2,5
Cambissolo	8.494.121	1,7
Nitossolo	2.284.313	0,5
Planossolo	2.232.674	0,4
Outros	1.673.934	0,3
Rios principais	10.359.043	2,1

Fonte: com base nos dados da Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil, IBGE.

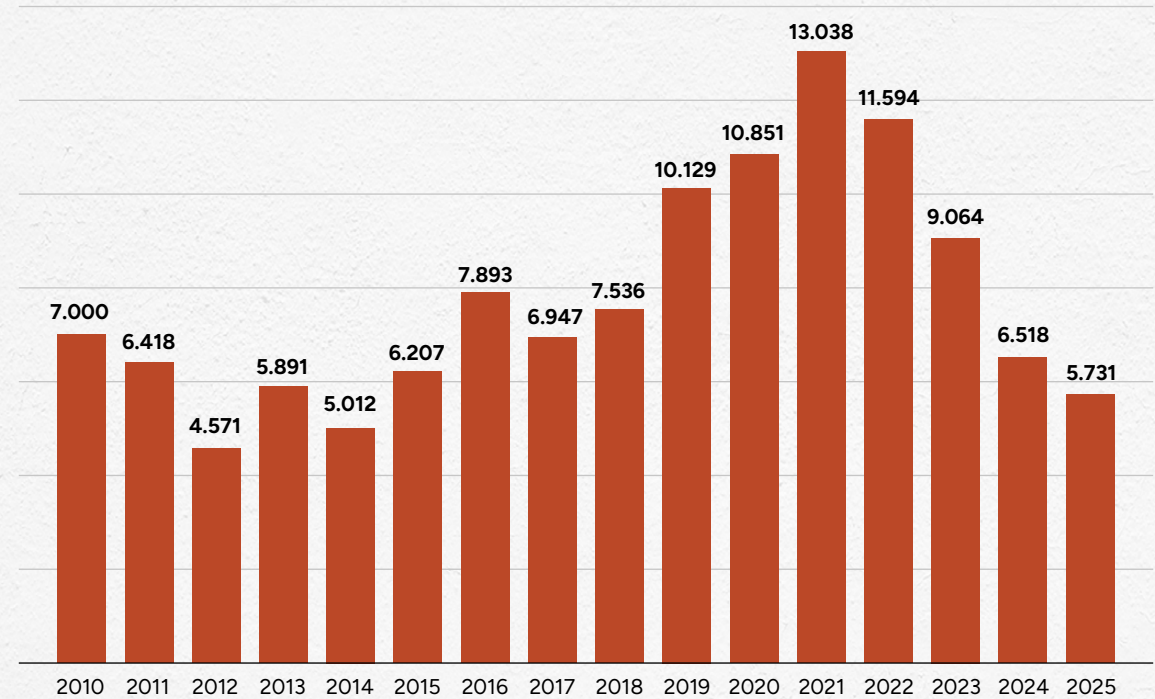
DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL

A taxa de desmatamento de floresta primária na Amazônia Legal caiu de 13.038 km² em 2021 para 5.731 km² em 2025, menor taxa desde 2015 (Figura 19).^[21] O desmatamento total acumulado atingiu 862.909 km² até 2025 (21% da cobertura florestal original^[22], ou 17% da área territorial total da região). Até 2025, o Pará havia perdido 27% da sua cobertura vegetal original, enquanto o Mato Grosso tinha acumulado um desmatamento de 36% de sua floresta nativa (Figura 20, Tabela 10) (Inpe, 2025a).

^[21] Dados oriundos da plataforma Terrabrasilis (<http://terrabrasilis.dpi.inpe.br>). As taxas de cada ano referem-se ao período de agosto do ano anterior até julho do ano referente. Não inclui desmatamento da vegetação pertencente aos biomas Cerrado e Pantanal.

^[22] Calculado a partir da área de cobertura florestal original na escala 1:250.000, disponibilizada pelo IBGE (2021).

Figura 19. Desmatamento (km²) na Amazônia Legal, 2010-2025.

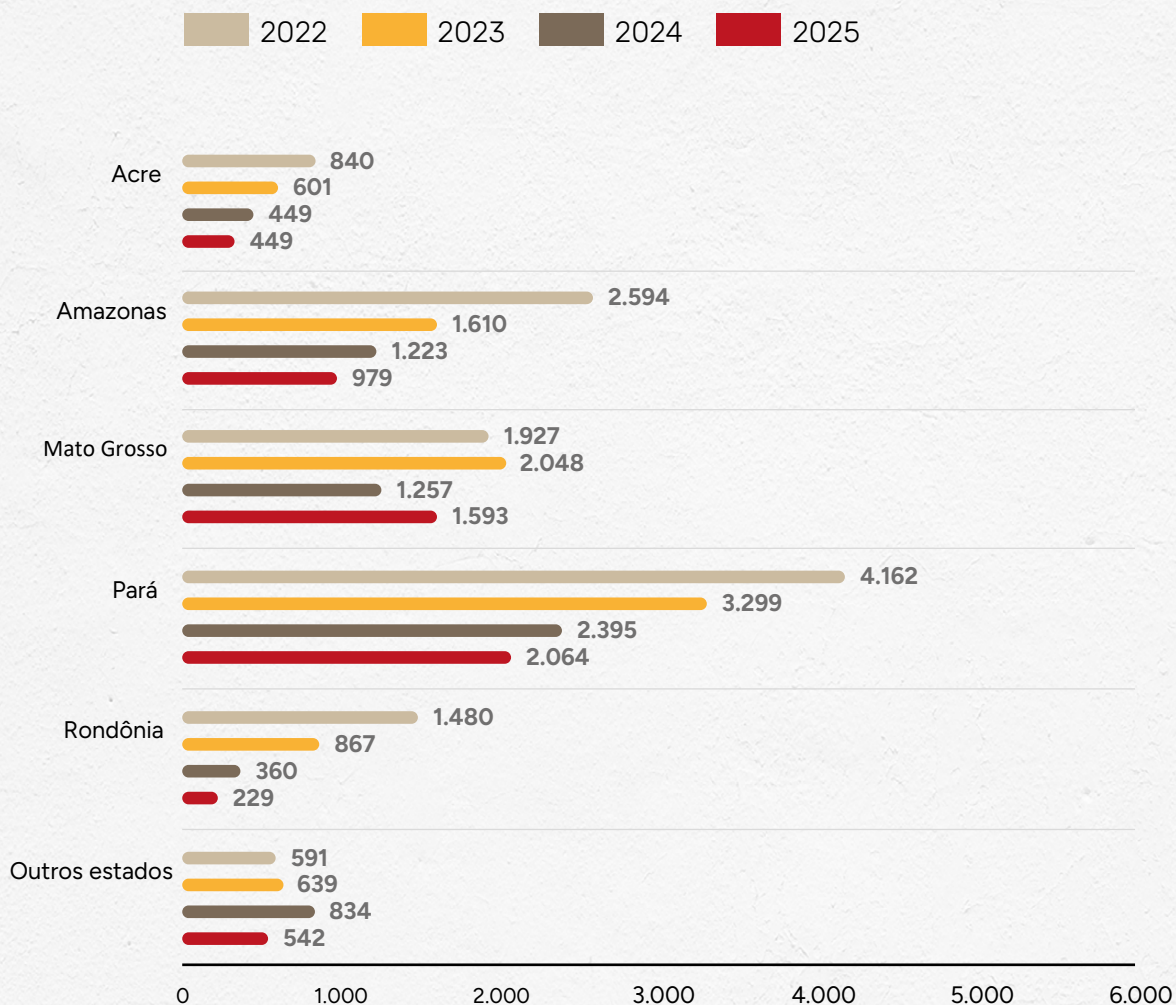


Fonte: com base nos dados do Inpe.

Tabela 10. Desmatamento acumulado por estado da Amazônia Legal e relação com a cobertura florestal original, 2025.

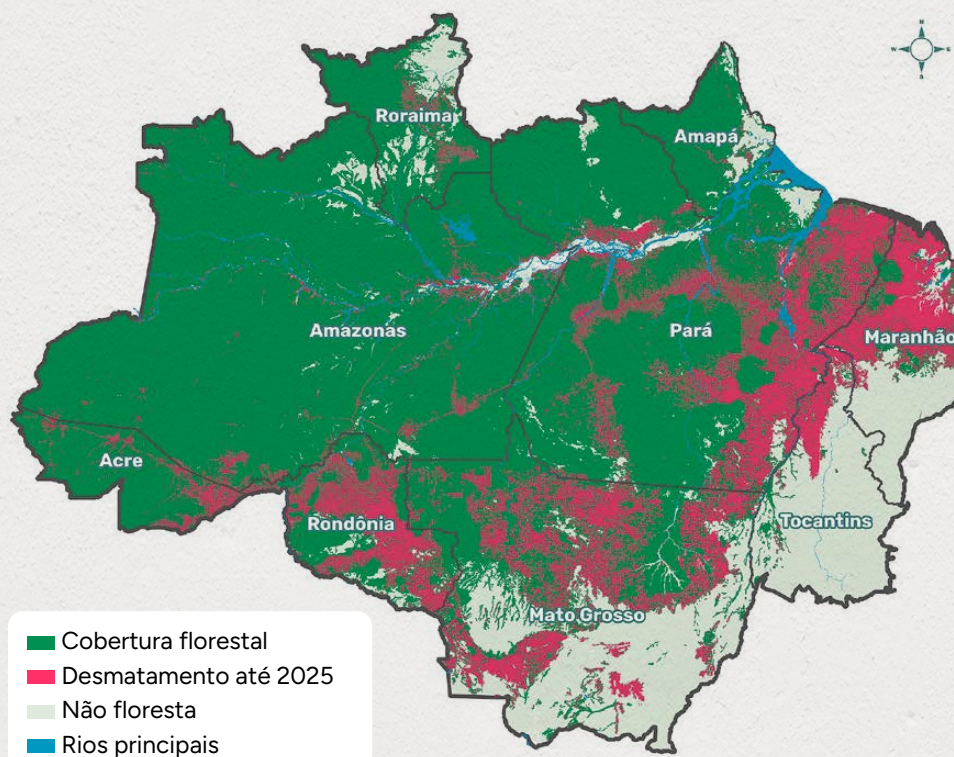
Estado	Área de cobertura florestal original (km²)	Desmatamento acumulado total até 2025	
		Área (km²)	% em relação à cobertura florestal original
Acre	163.673	27.048	16,5
Amapá	113.300	3.322	2,9
Amazonas	1.449.668	51.677	3,6
Maranhão	168.780	111.401	66,0
Mato Grosso	646.026	229.275	35,5
Pará	1.114.010	296.167	26,6
Rondônia	213.251	100.003	46,9
Roraima	182.841	13.288	7,3
Tocantins	101.281	30.729	30,3
Amazônia Legal	4.152.830	862.909	20,8

Fonte: com base nos dados do Inpe.

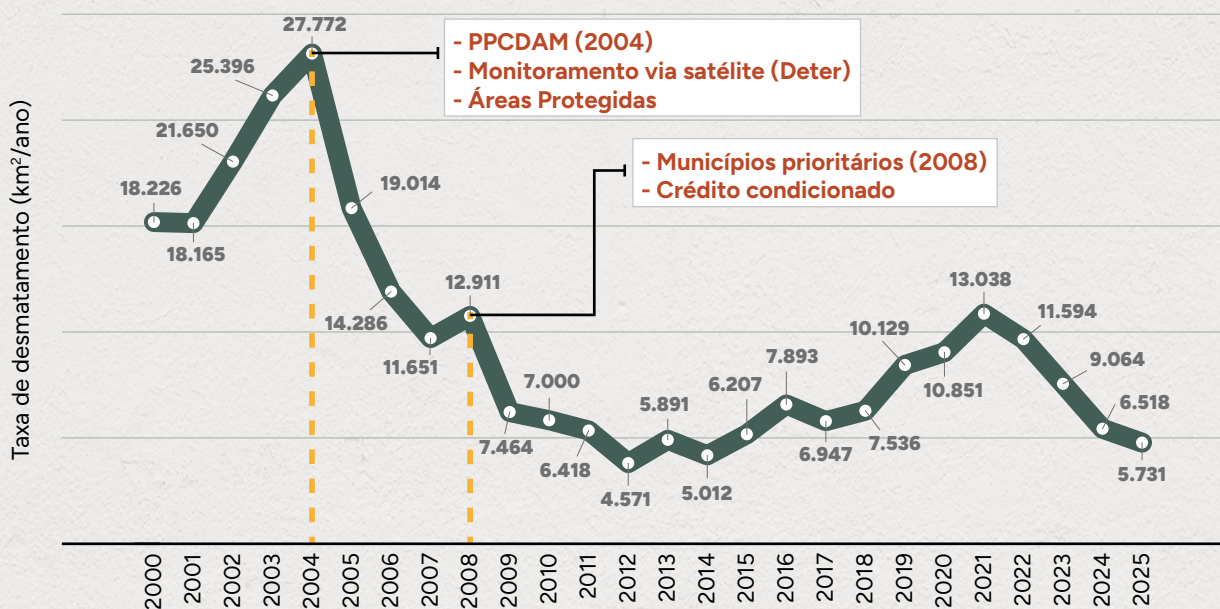
Figura 20. Desmatamento (km²) por estado da Amazônia Legal, 2022-2025.

Fonte: com base nos dados do Inpe.

AMAZÔNIA LEGAL, ENTRE A FLORESTA E O DESMATAMENTO



POLÍTICAS DE COMBATE AO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA

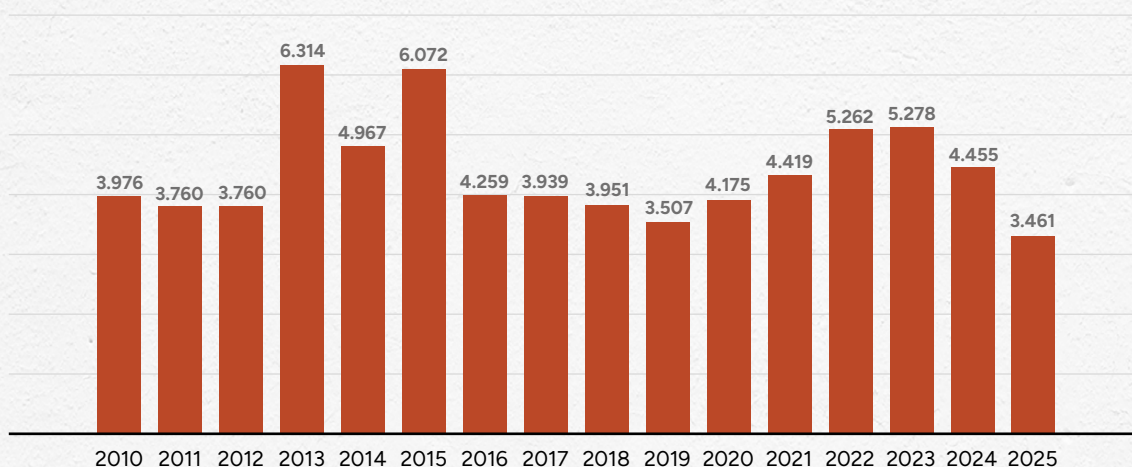


Fonte: com base nos dados do Inpe (<https://bit.ly/46wh1qQ>).

• Desmatamento nos biomas Cerrado e Pantanal

O desmatamento no bioma Cerrado^[23] da Amazônia Legal atingiu 3.461 km² em 2025, o menor valor desde 2012 (Figura 21). O desmatamento acumulado nesse bioma alcançou 345.684 km² em 2025. Já no bioma Pantanal, essa supressão acumulada atingiu 10.524 km² (Figura 22) (Inpe, 2025b).

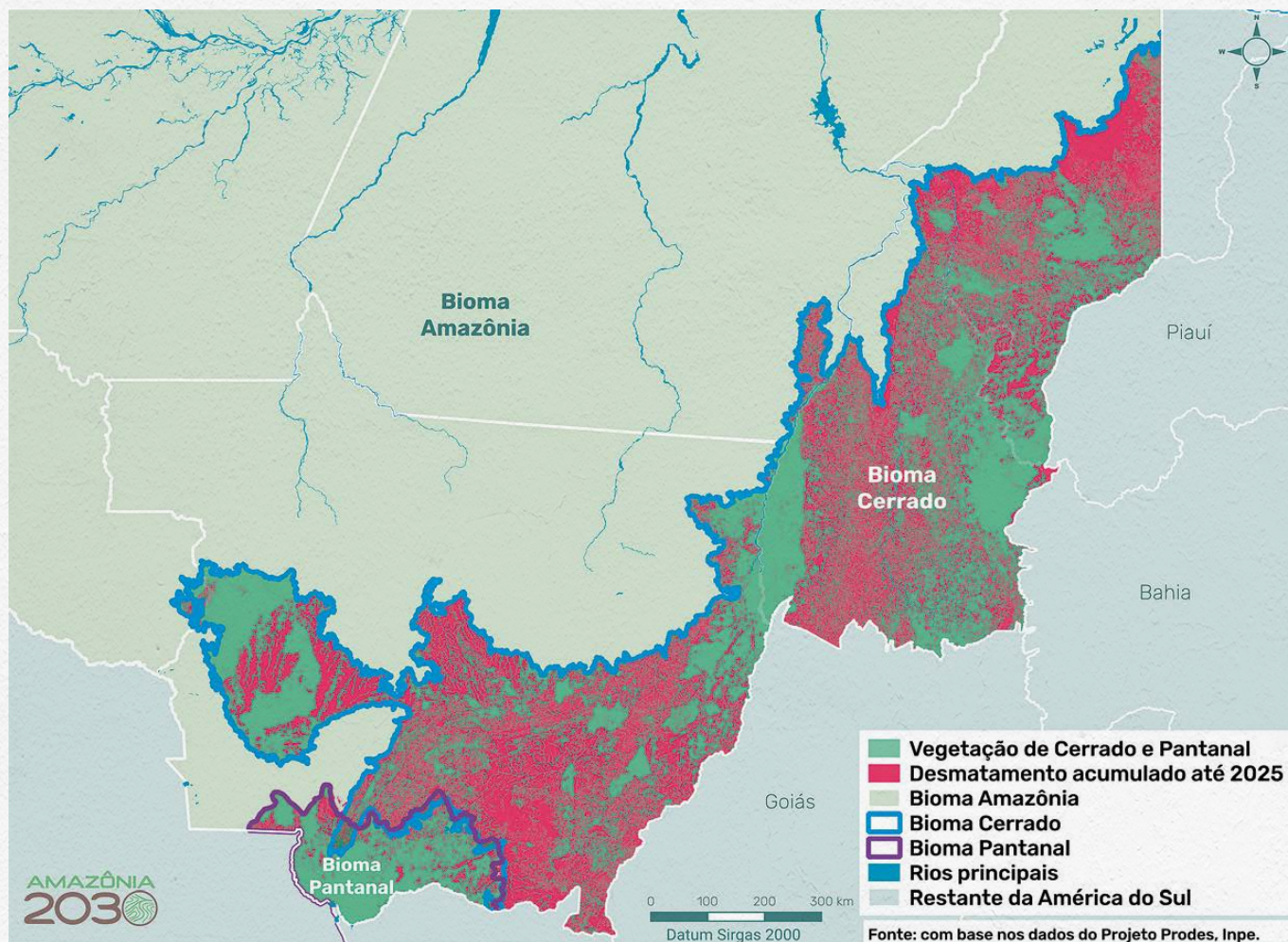
Figura 21. Desmatamento (km²) no bioma Cerrado da Amazônia Legal, 2010-2025.



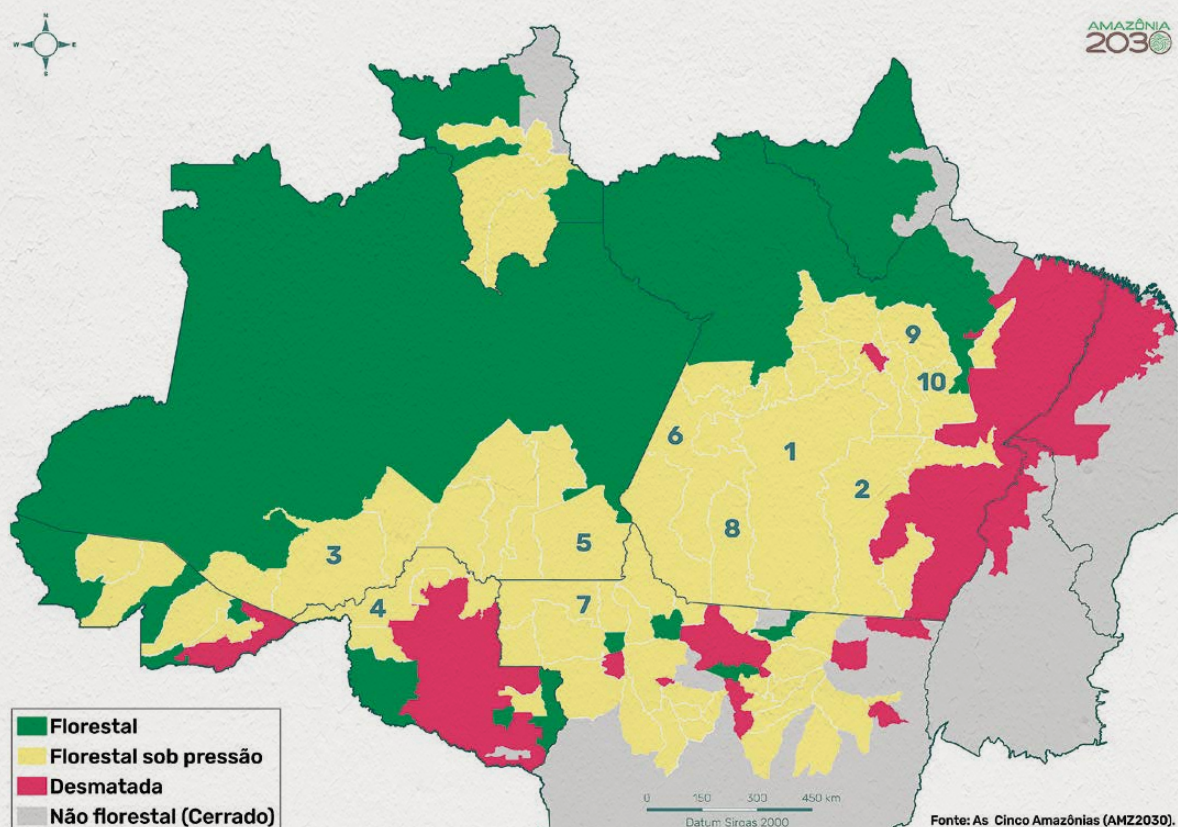
Fonte: com base nos dados do Inpe.

^[23] Dados oriundos da plataforma Terrabrasilis, disponíveis em: <http://terrabrasilis.dpi.inpe.br>.

Figura 22. Vegetação e desmatamento acumulado até 2025 nos biomas Cerrado e Pantanal na Amazônia Legal.



DEZ MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA COM MAIOR DESMATAMENTO ENTRE 2020 E 2025



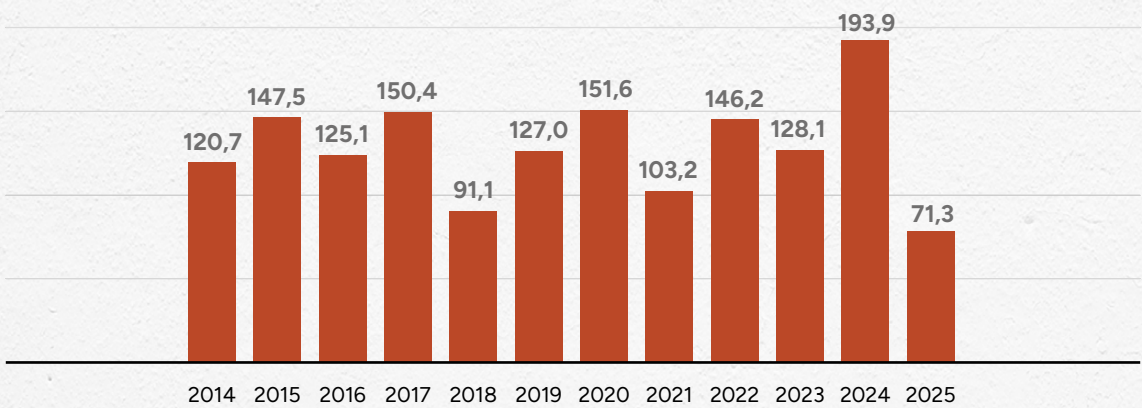
Todos os dez municípios com maior desmatamento registrado entre 2020 e 2025 na Amazônia estão na zona florestal sob pressão.

Posição	Município (UF)	Desmatamento entre 2020 e 2025 (km²)
1	Altamira (PA)	2.804
2	São Félix do Xingu (PA)	2.360
3	Lábrea (AM)	2.109
4	Porto Velho (RO)	2.085
5	Apuí (AM)	1.840
6	Itaituba (PA)	1.334
7	Colniza (MT)	1.310
8	Novo Progresso (PA)	1.266
9	Portel (PA)	1.151
10	Pacajá (PA)	1.072

 FOCOS DE CALOR

Em 2024, ocorreram 193.914 focos de calor^[24] na Amazônia Legal, o maior número registrado desde 2014 (Figura 23, Tabela 11). Já em 2025, somente 71.276 focos de calor foram detectados, o menor valor desde o ano 2000 (66.125 focos de calor) e menos da metade dos focos de calor registrados em 2024 (Figura 24) (Inpe, 2026a).

Figura 23. Número de focos de calor (em milhares) na Amazônia Legal, 2014-2025.



*Satélites de referência AQUA Manhã e Tarde.
Fonte: com base nos dados do BDQueimadas, Inpe.

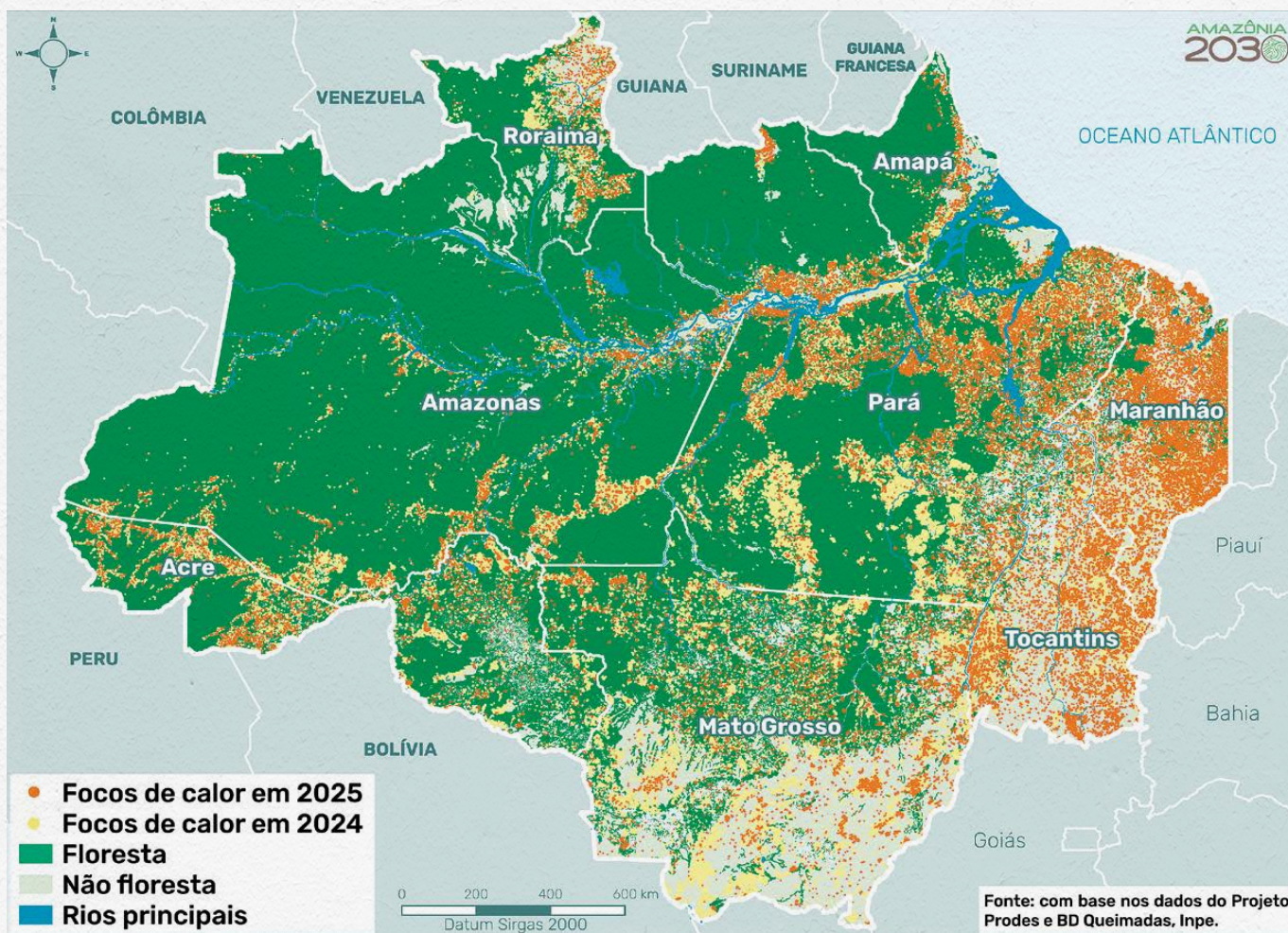
Tabela 11. Focos de calor por estado da Amazônia Legal, 2023-2025.

Estado	Focos de calor (números de focos)			Variação de focos de calor em 2025 em relação à 2024 (%)
	2023	2024	2025	
Acre	6.562	8.658	2.184	-74,8
Amapá	19.601	25.499	4.545	-82,2
Amazonas	2.552	2.014	948	-52,9
Maranhão	16.250	17.821	19.205	7,8
Mato Grosso	21.723	50.551	11.061	-78,1
Pará	41.715	56.070	18.367	-67,2
Rondônia	7.417	10.692	1.879	-82,4
Roraima	2.659	5.358	1.539	-71,3
Tocantins	9.641	17.251	11.548	-33,1
Amazônia Legal	128.120	193.914	71.276	-63,2

*Satélites de referência AQUA Manhã e Tarde.
Fonte: com base nos dados do BDQueimadas, Inpe.

^[24] Focos de calor incluem novos desmatamentos e limpeza com uso de fogo de áreas de pasto e áreas de uso agrícola.

Figura 24. Focos de calor na Amazônia Legal, 2024 e 2025.

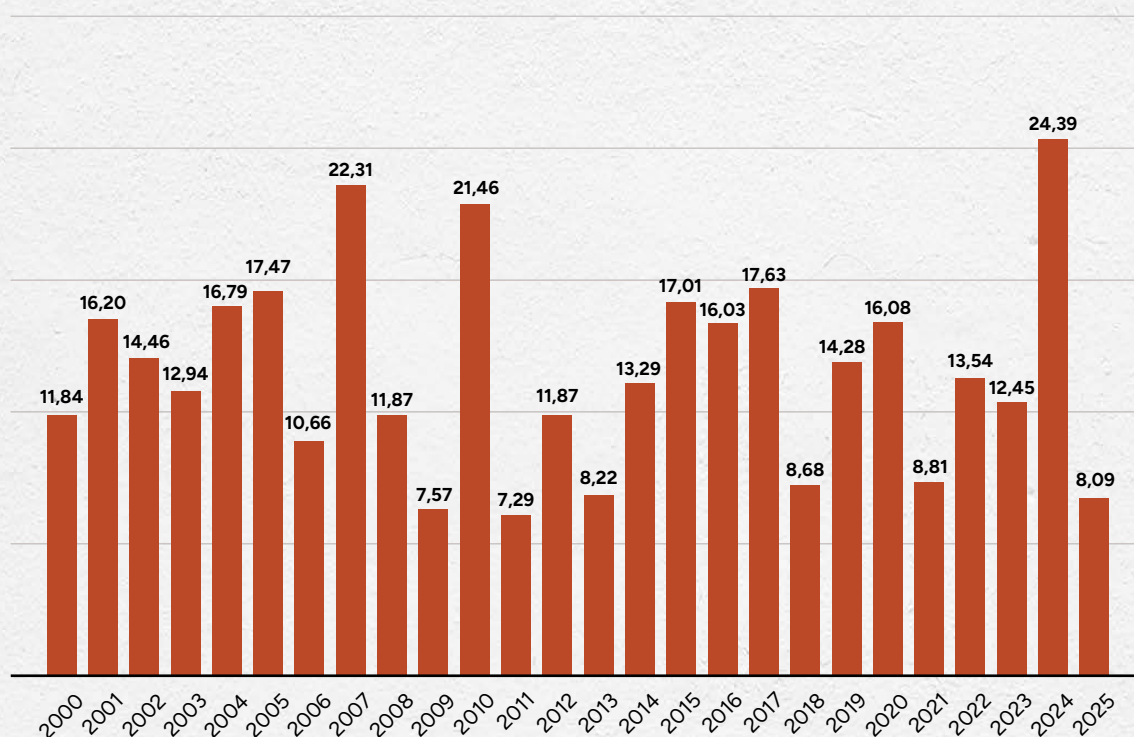




ÁREA QUEIMADA

Em 2024, uma área de 24 milhões de ha^[25] foi queimada na Amazônia Legal, o maior valor da série histórica desde o ano 2000 (Figura 25). Já em 2025, apenas 8 milhões de ha foram queimados, o menor valor desde 2021 (Inpe, 2026b).

Figura 25. Área total queimada (milhões de ha) na Amazônia Legal, 2000-2025.



Fonte: com base nos dados do BDQueimadas, Inpe.

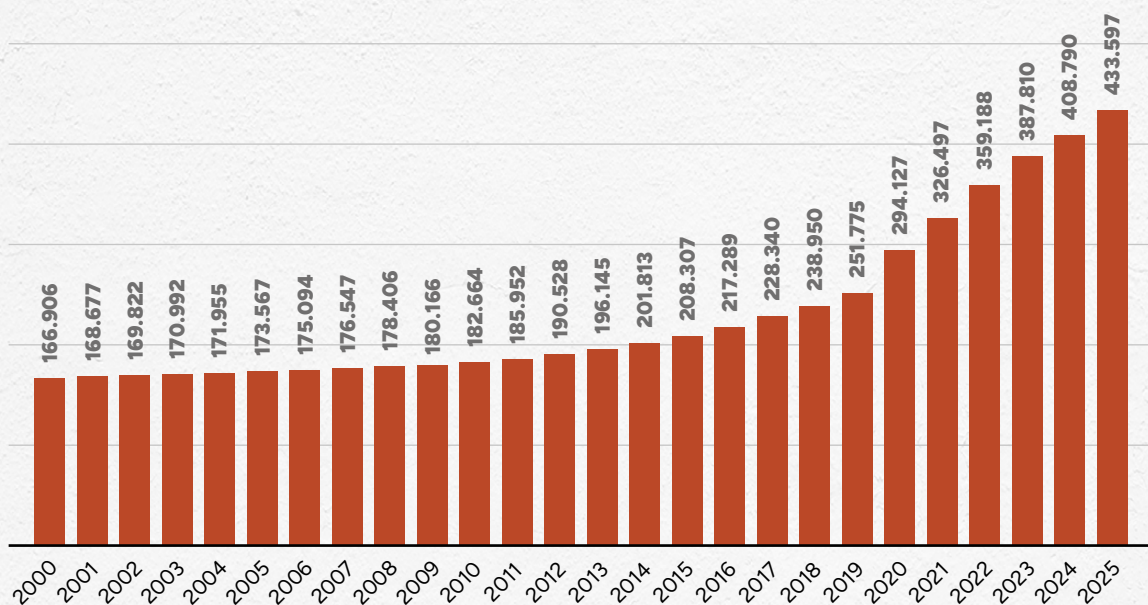
^[25] Área de cicatrizes de queimada de 1 km (AQ1km). Inclui áreas florestais e não florestais.



GARIMPO NA AMAZÔNIA

A área de garimpo na Amazônia Legal cresceu de 166.906 ha em 2000 para 433.597 ha em 2025 (Figura 26). O garimpo está mais concentrado no Pará e na Terra Indígena Yanomami em Roraima (MapBiomias, 2026a).

Figura 26. Evolução da área de garimpo (ha) na Amazônia Legal, 2000-2025.



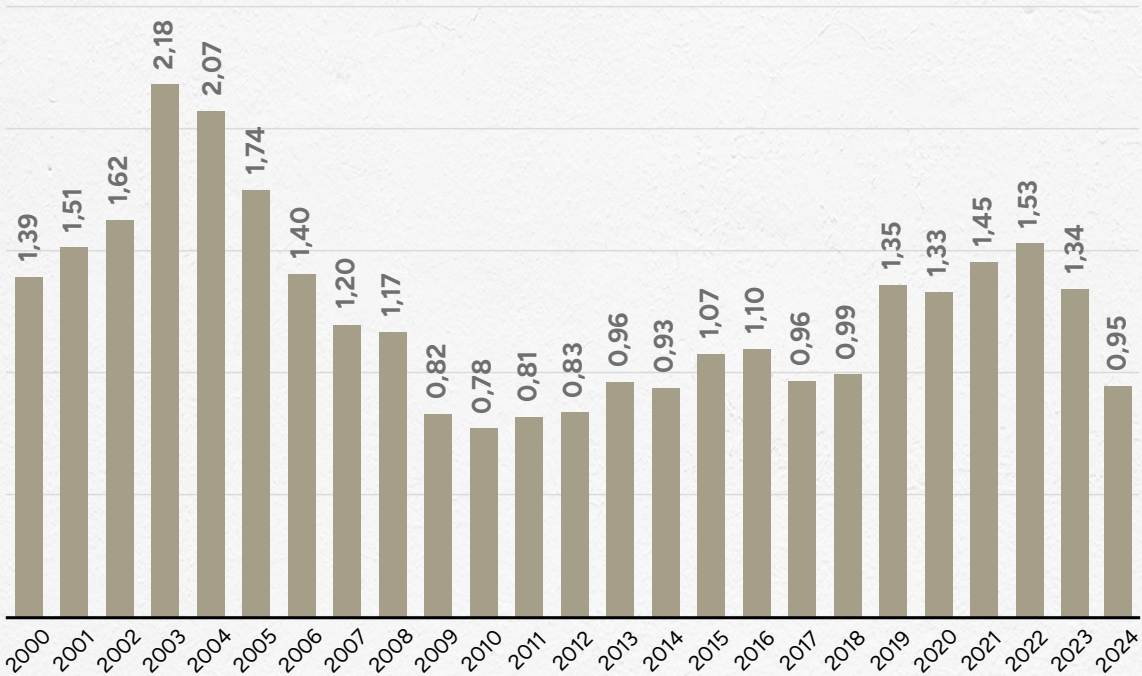
Fonte: com base nos dados do MapBiomias.



ESTIMATIVA DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

Em 2024, cerca de 950 milhões de t de CO₂e^[26] foram emitidas na Amazônia Legal – a menor quantidade desde 2014 (Figura 27)^[27]. Essas emissões representaram 44% das emissões do Brasil naquele ano (Tabela 12). A categoria de Mudanças de Uso da Terra, que engloba principalmente emissões provenientes de desmatamento e queimadas em municípios da Amazônia (Figura 28), representou 66% do total emitido na Amazônia no mesmo ano (Figuras 28 e 29) (SEEG, 2025).

Figura 27. Evolução das emissões brutas de CO₂e (bilhões de t) na Amazônia Legal, 2000-2024.



Fonte: com base nos dados do SEEG.

^[26] Dióxido de carbono equivalente (CO₂e) do tipo GWP-AR5, medida de CO₂e com potencial de aquecimento global (GWP) estabelecida no quinto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Mais informações em: <https://www.ipcc.ch/report/ar5/syr/>.

^[27] De acordo com o SEEG, as emissões brutas de CO₂e representam todo o volume de GEE emitidos por atividades humanas no Brasil, sem considerar as remoções. Já as emissões líquidas de CO₂e são as emissões brutas menos as remoções de CO₂ realizadas por sumidouros, tais como florestas em regeneração e biomassa em Áreas Protegidas. Mais informações em: <https://seeg.eco.br/>.

Tabela 12. Emissões brutas de CO₂e (milhões de t) por estado da Amazônia Legal, 2000-2024.

Estado	Emissões brutas de CO ₂ e GWP-AR5 (milhões de t)							
	2000	2010	2015	2020	2021	2022	2023	2024
Acre	40,5	33,0	36,5	71,1	75,4	90,1	50,7	45,2
Amapá	2,9	3,5	3,9	3,0	2,7	6,6	5,9	2,8
Amazonas	37,1	58,0	78,0	129,6	186,9	215,3	113,0	95,2
Maranhão	141,9	89,3	117,5	121,3	110,2	123,6	142,0	108,4
Mato Grosso	468,5	184,3	260,6	287,7	281,5	339,8	332,6	230,7
Pará	423,3	277,2	340,3	477,7	536,7	489,7	435,4	276,6
Rondônia	171,5	67,9	128,7	155,2	168,5	165,6	143,4	78,0
Roraima	25,0	13,0	34,7	26,0	34,1	29,1	31,3	40,3
Tocantins	80,9	51,2	70,9	62,8	58,5	66,6	90,4	72,4
Amazônia Legal	1.391,6	777,5	1.071,1	1.334,6	1.454,5	1.526,5	1.344,6	949,6
% das emissões do Brasil	55,1	41,4	47,4	53,8	54,3	55,8	52,2	44,3

Fonte: com base nos dados do SEEG.

Figura 28. Emissões brutas de CO₂e nos municípios da Amazônia Legal, 2024.

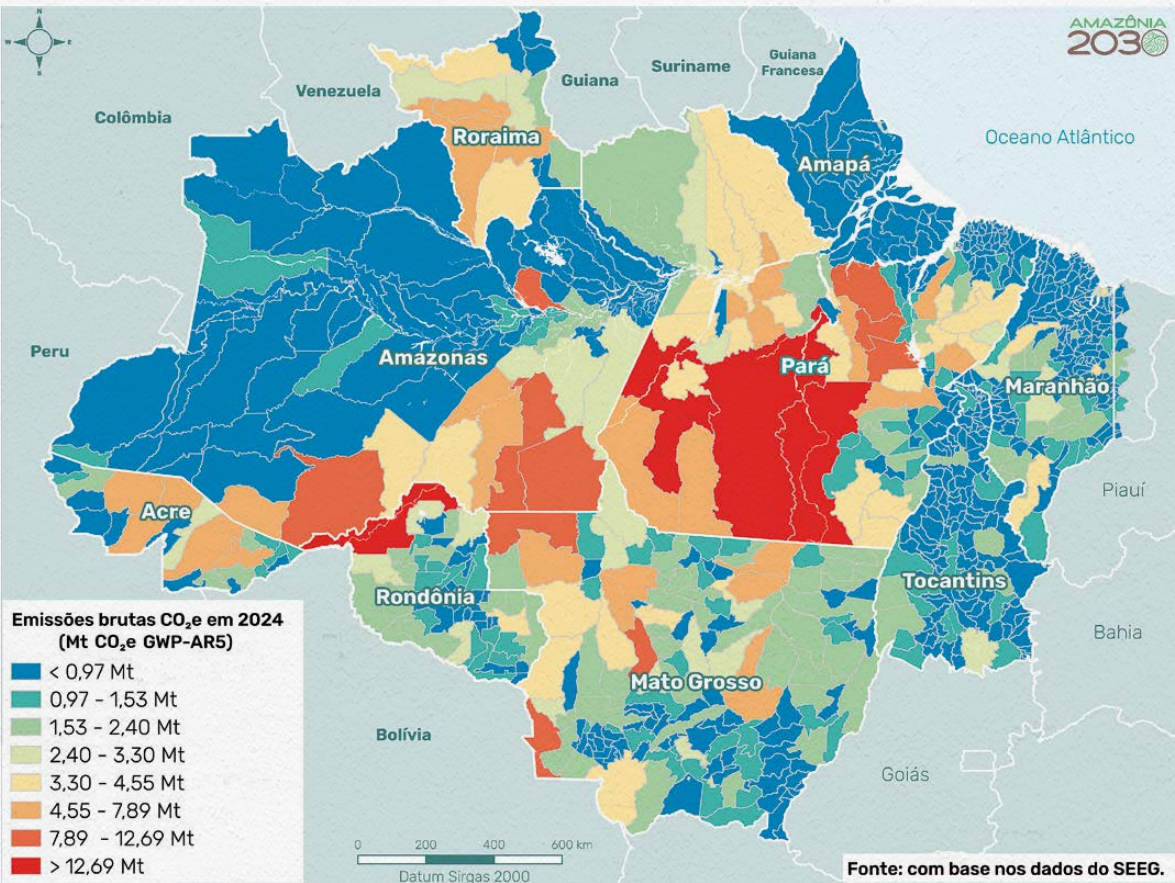
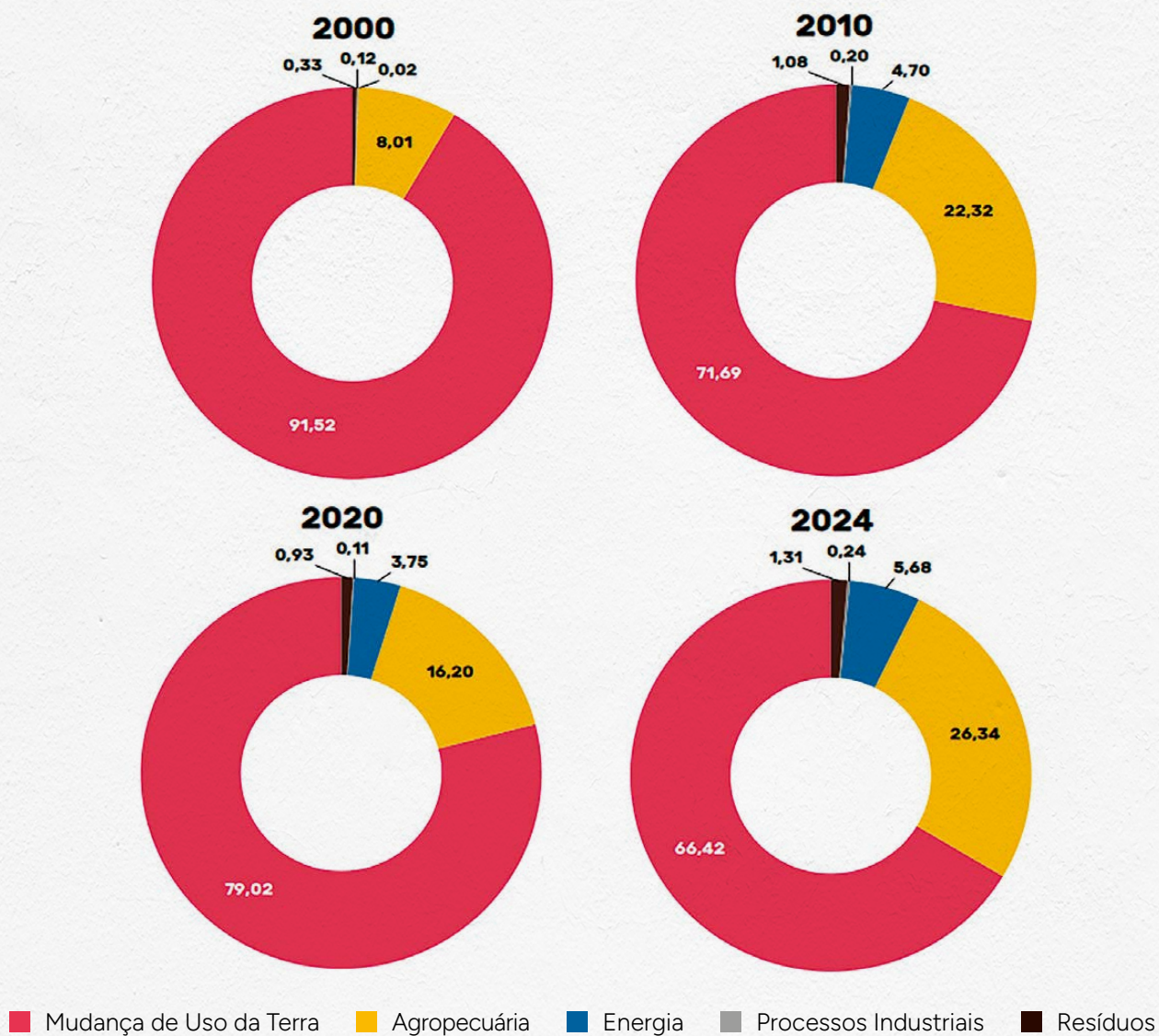


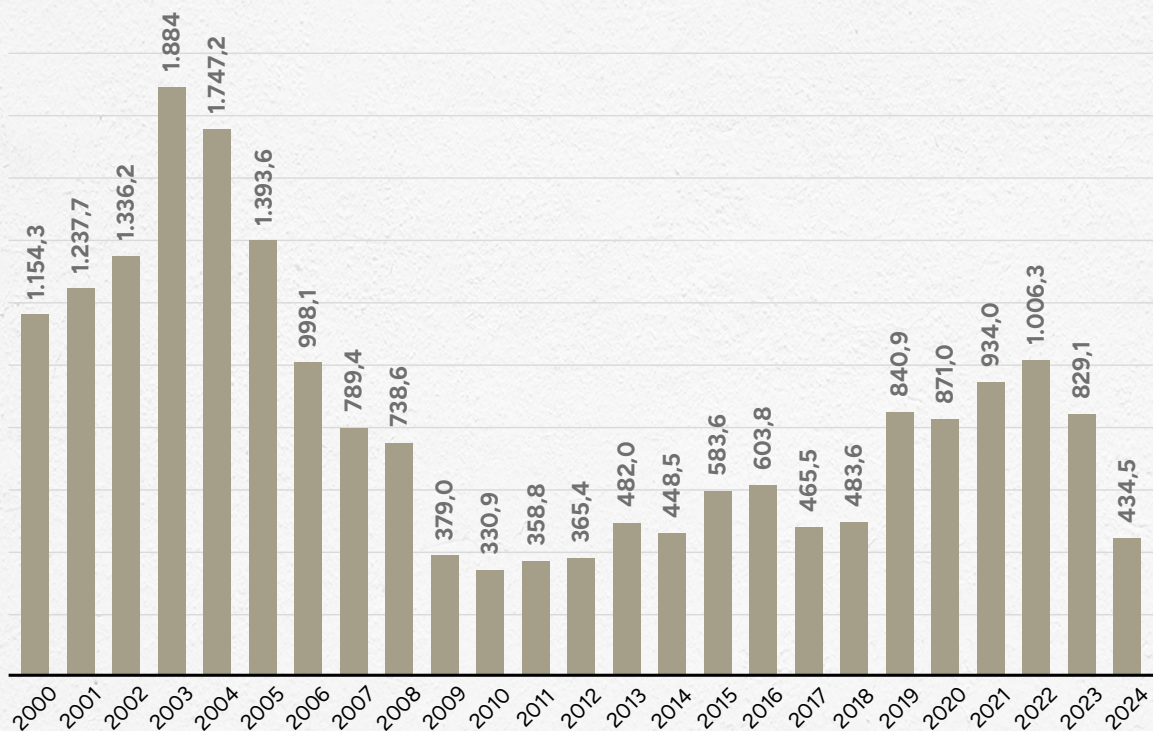
Figura 29. Emissões brutas de CO₂e na Amazônia Legal por tipo (% do total emitido), 2000-2024.



Fonte: com base nos dados do SEEG.

As emissões líquidas, descontando as remoções de CO₂e – atingiram 435 milhões de t de CO₂e na região em 2024 –, registrando o menor nível desde 2012 (Figura 30). Amazonas e Amapá são os estados com maior captura (remoção) de CO₂e realizada pelas florestas (Tabela 13) (SEEG, 2025).

Figura 30. Evolução das emissões líquidas de CO₂e (milhões de t) na Amazônia Legal, 2000-2024.



Fonte: com base nos dados do SEEG.

Tabela 13. Emissões líquidas de CO₂e (milhões de t) por estado da Amazônia Legal, 2000-2024.

Estado	Emissões líquidas de CO ₂ e GWP-AR5 (milhões de t)							
	2000	2010	2015	2020	2021	2022	2023	2024
Acre	32,5	19,6	22,2	56,1	60,5	75,3	35,9	30,4
Amapá	-4,0	-14,2	-13,9	-15,1	-15,4	-11,5	-12,2	-15,3
Amazonas	-32,9	-86,3	-74,8	-31,6	25,3	53,4	-49,1	-66,8
Maranhão	127,1	69,9	94,9	95,6	84,3	99,0	118,7	85,2
Mato Grosso	439,1	136,9	205,1	228,2	220,9	280,0	273,7	172,0
Pará	355,3	130,4	178,3	309,5	367,5	320,9	268,7	110,3
Rondônia	156,5	47,9	106,6	131,7	145,1	142,4	120,7	55,5
Roraima	9,6	-9,0	11,9	-0,7	7,2	0,4	2,2	11,2
Tocantins	71,0	35,7	53,4	43,3	38,7	46,6	70,3	52,1
Amazônia Legal	1.154,3	330,9	583,6	817,0	934,0	1.006,3	829,1	434,5
% das emissões do Brasil	52,0	25,2	35,6	44,9	46,3	48,5	43,2	29,2

Fonte: com base nos dados do SEEG.



COBERTURA DO SOLO NA AMAZÔNIA LEGAL: MAPBIOMAS

Em 2025, a cobertura de floresta^[28] da Amazônia Legal somou cerca de 73%. A região também estava composta por área de agropecuária (19%), vegetação herbácea e arbustiva (5%), corpos d'água (2,5%) e área não vegetada (0,3%)^[29] (Figura 31, Tabela 14) (MapBiomias, 2026b).

Tabela 14. Área (ha) e porcentagem da cobertura do solo classe nível 1 na Amazônia Legal de acordo com MapBiomias Coleção 11, 2025.

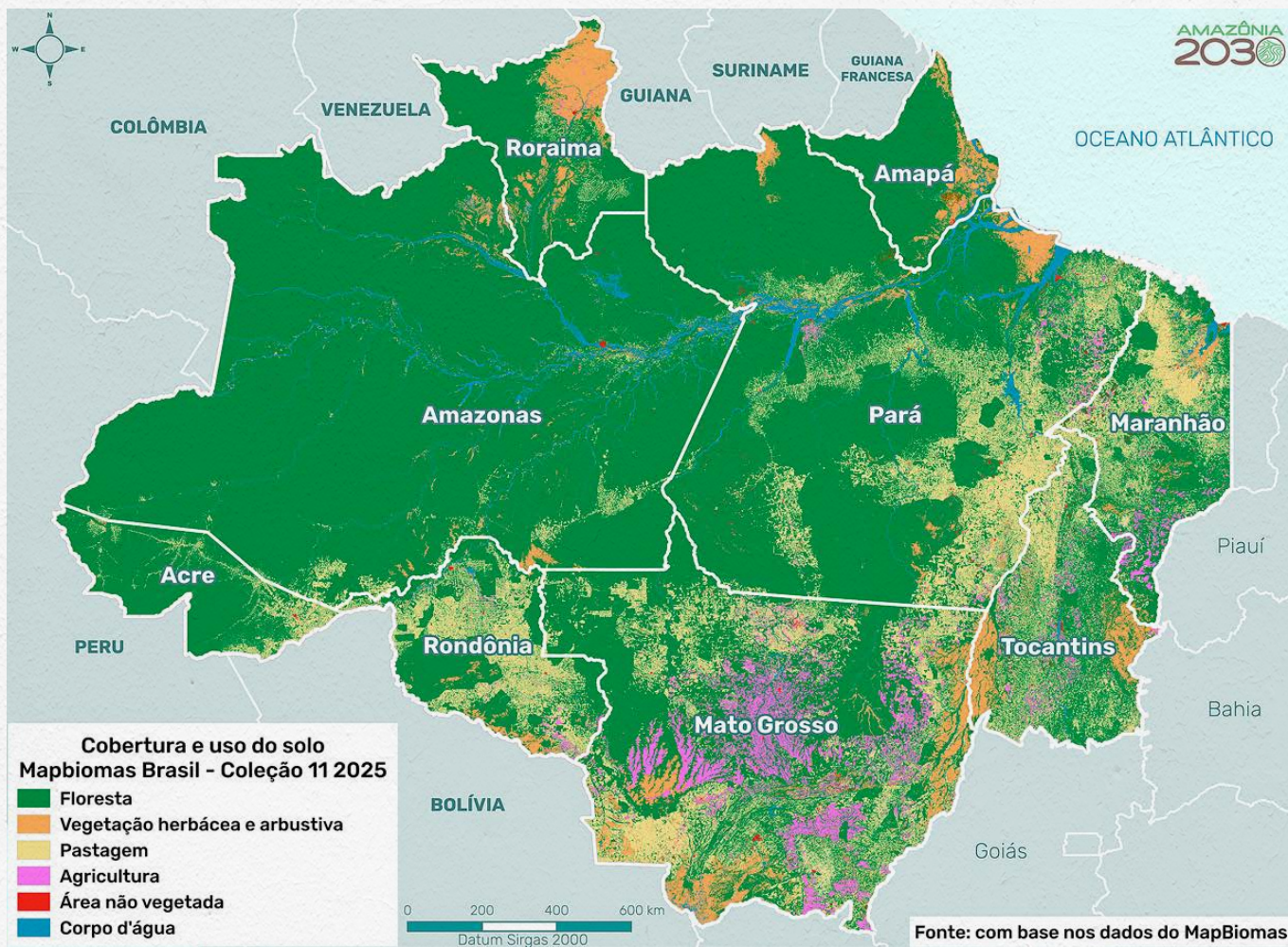
Classes nível 1 – MapBiomias	Área (ha)	Porcentagem (%)
1. Floresta	367.612.636	73,3
2. Vegetação herbácea e arbustiva	24.624.616	4,9
3. Agropecuária	95.060.521	19,0
4. Área não vegetada	1.466.058	0,3
5. Corpo d'água	12.521.686	2,5
Amazônia Legal	501.285.517	100,0

Fonte: com base nos dados do MapBiomias.

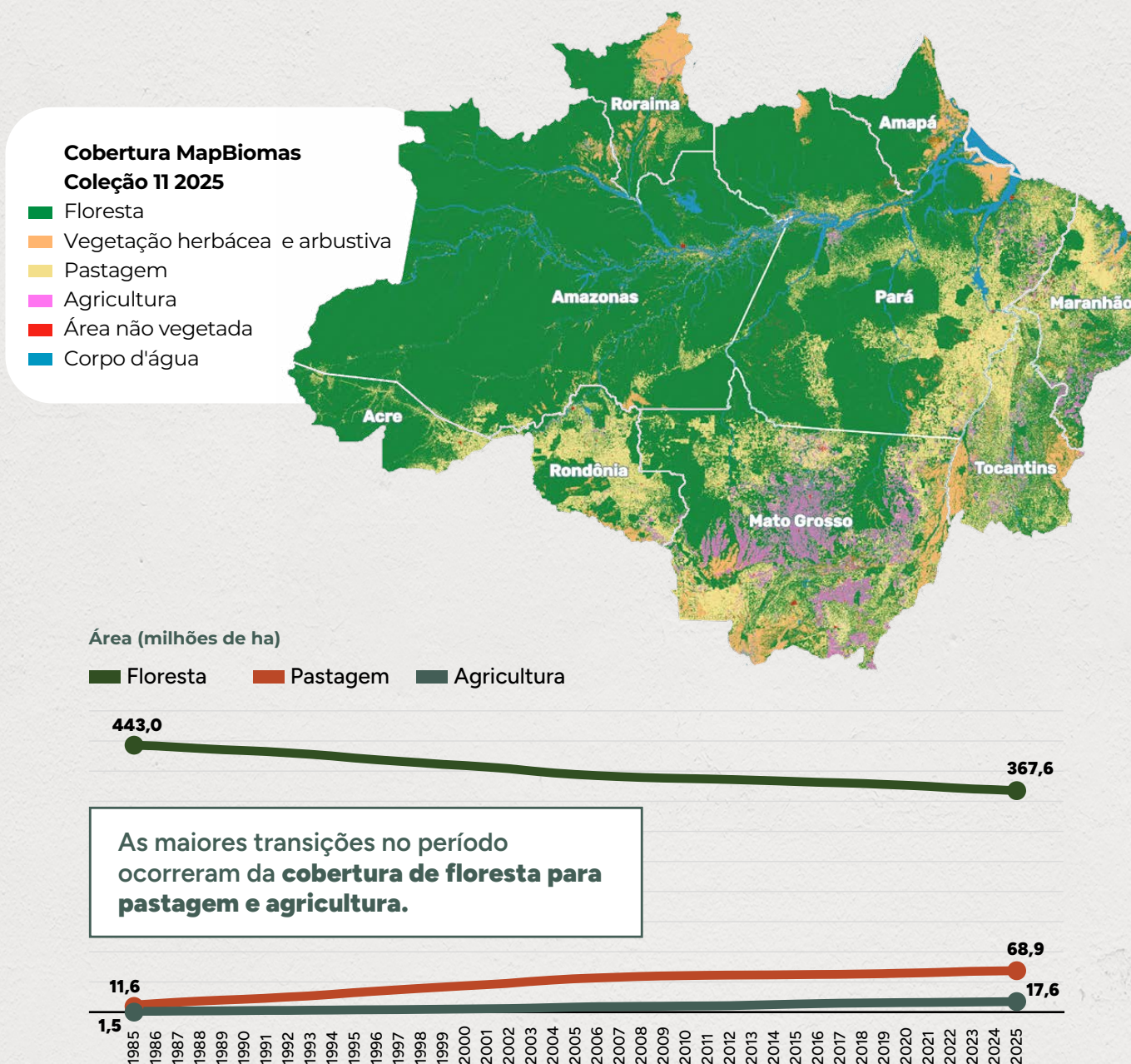
^[28] Inclui formação florestal nativa, restinga arbórea, floresta alagável, mangue e formação savânica dos biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal.

^[29] Área composta por infraestruturas urbanas dos municípios e áreas de mineração.

Figura 31. Cobertura e uso do solo classe nível 1 na Amazônia Legal, 2025.



EVOLUÇÃO DA COBERTURA DO SOLO DA AMAZÔNIA LEGAL, 1985-2025.^[30]



Fonte: com base nos dados do MapBiomas (<https://bit.ly/4a239rt>).

^[30] Refere-se à transição/mudança de cobertura e uso do solo entre um período selecionado na plataforma MapBiomas. Há variação das áreas do MapBiomas em relação ao território oficial da região de outras fontes oficiais. Por exemplo, enquanto o projeto Prodes do Inpe utiliza interpretação visual de imagens *Landsat* para verificar a perda florestal anual por corte-raso em uma máscara de floresta, o MapBiomas utiliza sensores *Landsat* para produção de mapas anuais de cobertura e uso da terra desde 1985 com metodologia própria e uso do *Google Earth Engine* para automatização. Portanto, há diferenças de resultados entre as duas fontes.



SITUAÇÃO TERRITORIAL E ÁREAS PROTEGIDAS

Cerca de 42% da Amazônia Legal era formada por Áreas Protegidas em 2021 (Brito, B. *et al.*, 2021)^[31]. Os imóveis privados correspondiam a 21% do território e os assentamentos rurais a 8%, enquanto as Florestas Públicas^[32] e as áreas militares somavam 0,5% cada. Quanto à estrutura fundiária, 71% da Amazônia Legal possuía alguma destinação, enquanto os 29% restantes não apresentavam informações a esse respeito. (Tabela 15).

Tabela 15. Situação territorial da Amazônia Legal.

	Situação fundiária	Área (km ²)	%
Áreas Protegidas	Terras Indígenas	1.150.920,5	23,0
	Unidades de Conservação ^[33]	925.433,8	18,5
	Terras Quilombolas	9.692,1	0,2
	Assentamentos rurais	392.196,0	7,8
	Imóveis privados	1.053.247,0	21,0
	Área militar	26.693,6	0,5
	Floresta Pública	20.390,4	0,4
	Total de áreas não destinadas ou sem informação de destinação^[34]	1.436.495,0	28,6
	Total de áreas destinadas (eliminando-se sobreposições)	3.578.573,4	71,4
	Área total da Amazônia Legal	5.015.068,4	100,0

Fonte: com base nos dados do Instituto Socioambiental (ISA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) e IBGE.

^[31] Brito, B. *et al.* (2021) não consideraram Áreas de Proteção Ambiental ao calcularem a área que já possui definição de direito à terra, uma vez que essa categoria de Unidade de Conservação (4% da região) possibilita ocupações privadas.

^[32] Florestas Públicas são florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos estados, dos municípios ou do Distrito Federal.

^[33] Não inclui Áreas de Proteção Ambiental.

^[34] A incerteza fundiária afeta 29% da Amazônia Legal. As áreas não destinadas ou sem informação de destinação referem-se ao resultado da exclusão do total de áreas já destinadas em relação à área total da Amazônia Legal. Mais informações no Apêndice 1 de Brito, B. *et al.* (2021).

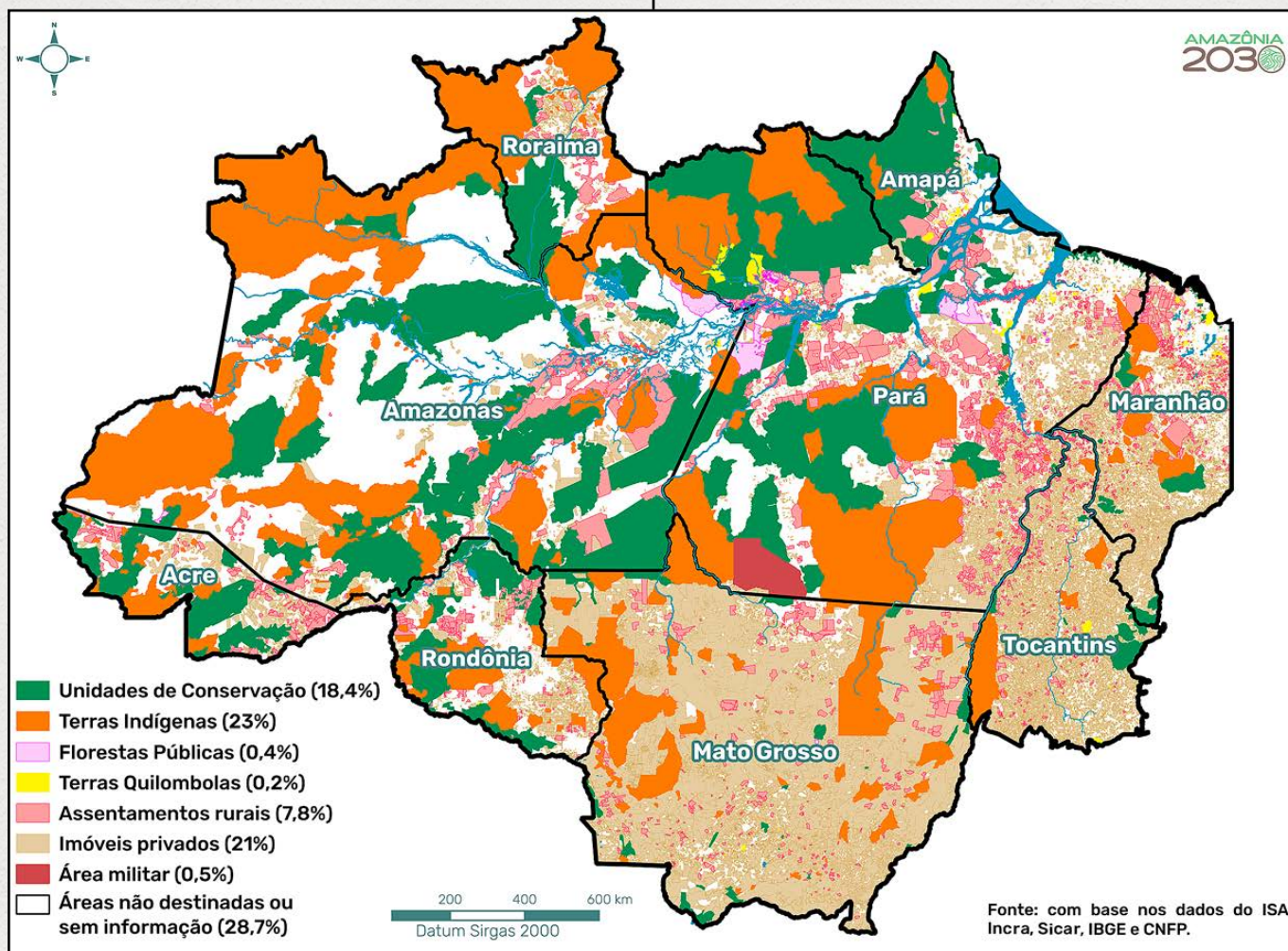
A COMPLEXA OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA LEGAL

Terras Indígenas, Unidades de Conservação, assentamentos rurais e imóveis privados compõem o mosaico territorial da região.

Áreas públicas não destinadas são mais vulneráveis ao desmatamento ilegal.

Terras Indígenas e Unidades de Conservação cumprem papel fundamental na preservação florestal.

A regularização fundiária é um desafio central para o controle e uso sustentável da terra.



As Áreas Protegidas são compostas por Unidades de Conservação (18,4%), Terras Indígenas (23%) e, em menor proporção, por Terras Quilombolas (0,2%)^[35] (Figura 32, Tabela 16) (Brito, B. *et al.*, 2021).

Figura 32. Áreas Protegidas da Amazônia Legal, 2024.

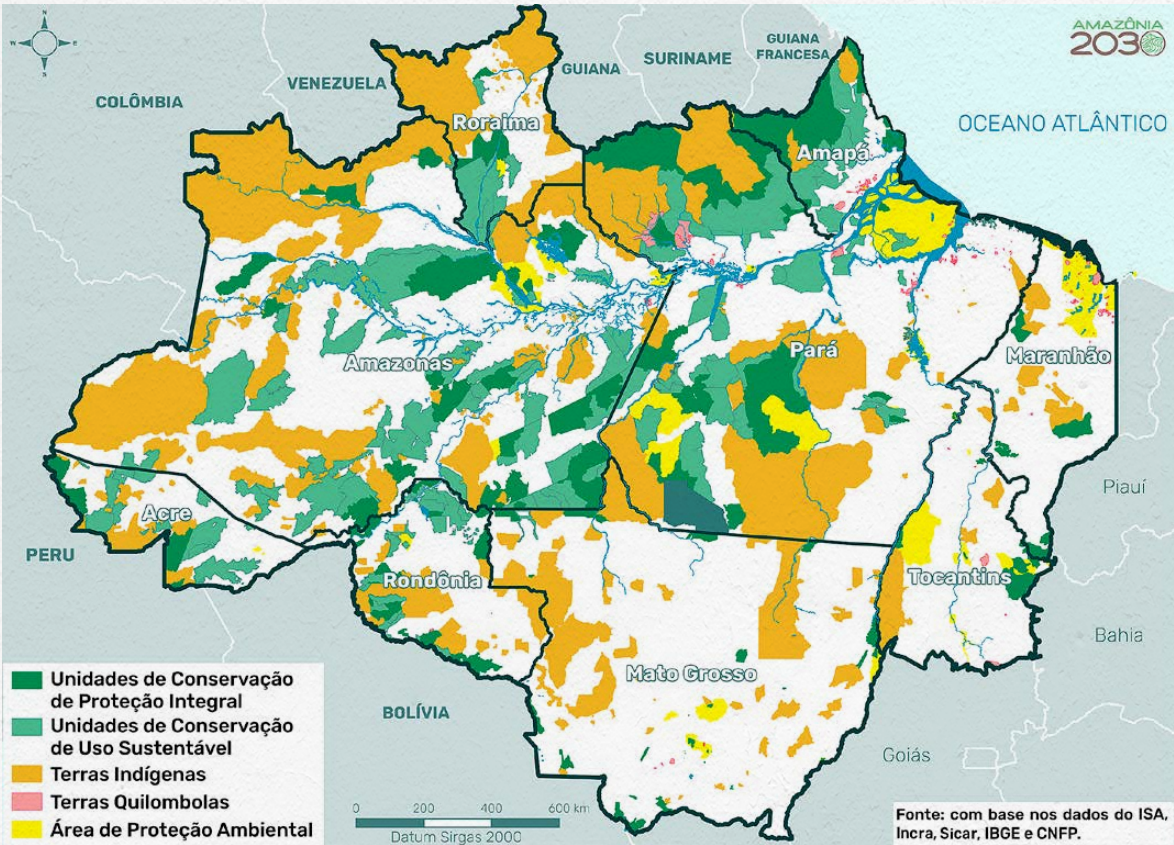


Tabela 16. Áreas Protegidas (km²) por estado da Amazônia Legal, 2024.

Estado	Unidades de Conservação (km ²)*	Terras Indígenas (km ²)
Acre	52.701	24.410
Amapá	88.708	11.855
Amazonas	377.049	455.760
Maranhão	15.206	22.797
Mato Grosso	20.965	149.374
Pará	290.573	307.459
Rondônia	50.810	50.045
Roraima	18.735	103.343
Tocantins	10.688	25.863
Amazônia Legal	925.434	1.150.907

*Não inclui Áreas de Proteção Ambiental.
Fonte: com base nos dados do ISA, Incra, Sicar e IBGE.

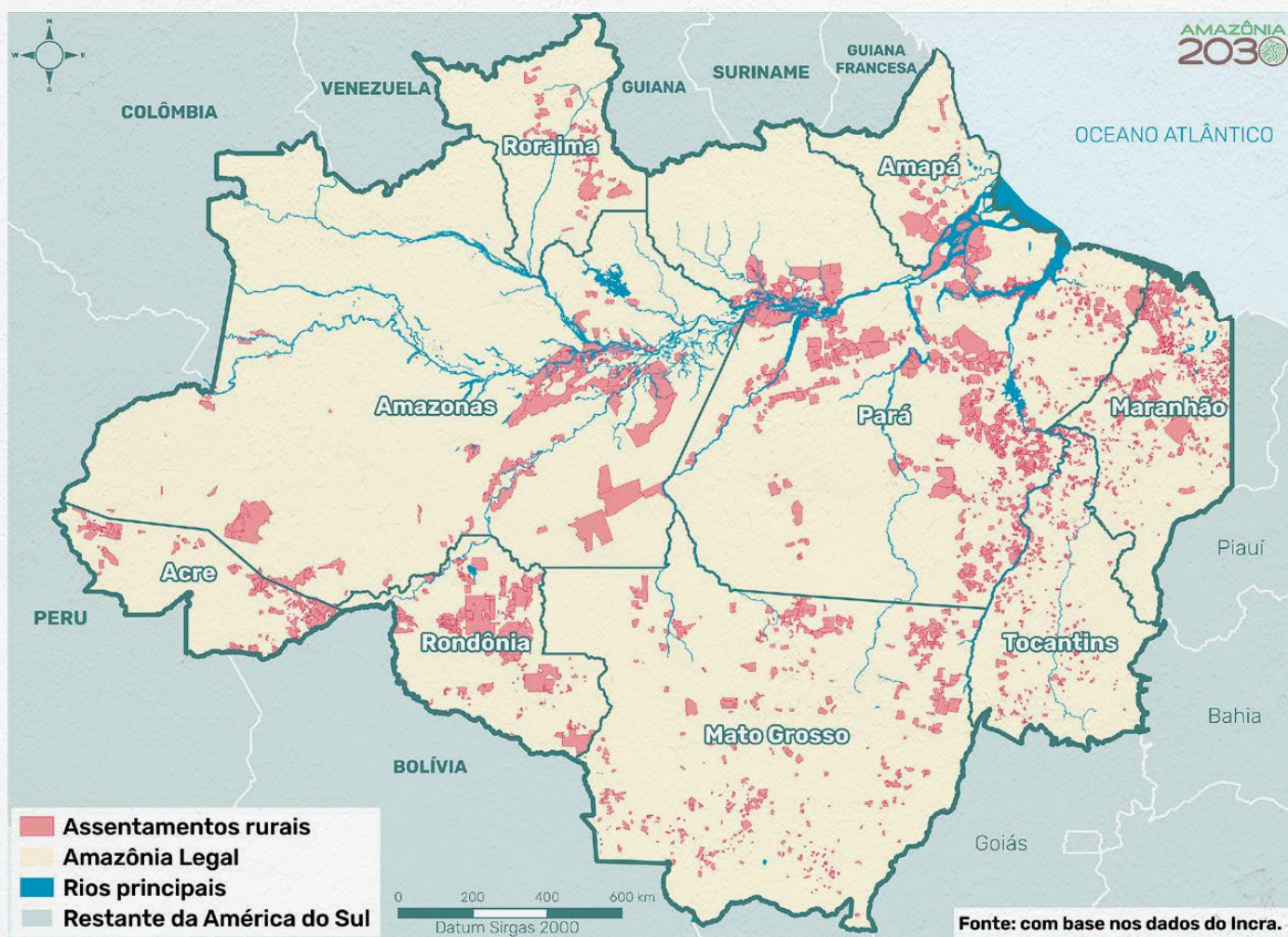
^[35] As Unidades de Conservação podem ser de dois grupos: Uso Sustentável e de Proteção Integral (Brasil, 2000).



ASSENTAMENTOS RURAIS

Os assentamentos rurais ocupam 392.196 km², ou 8% da Amazônia Legal (Figura 33). O Pará abriga 35% do total da área de assentamentos rurais da região (Brito, B. *et al.*, 2021).

Figura 33. Assentamentos rurais na Amazônia Legal, 2024.





PRODUÇÃO MADEIREIRA

• Áreas de exploração madeireira

A exploração madeireira caiu de 462 mil ha em 2020 para 325 mil ha em 2024 (Tabela 17). A maioria (69%) dessa área explorada foi legalmente autorizada nesse último ano, enquanto outros 31% ocorreram de forma não autorizada. A exploração madeireira está mais concentrada em Mato Grosso, no Amazonas e no Pará (Figura 34) (Rede Simex, 2025).

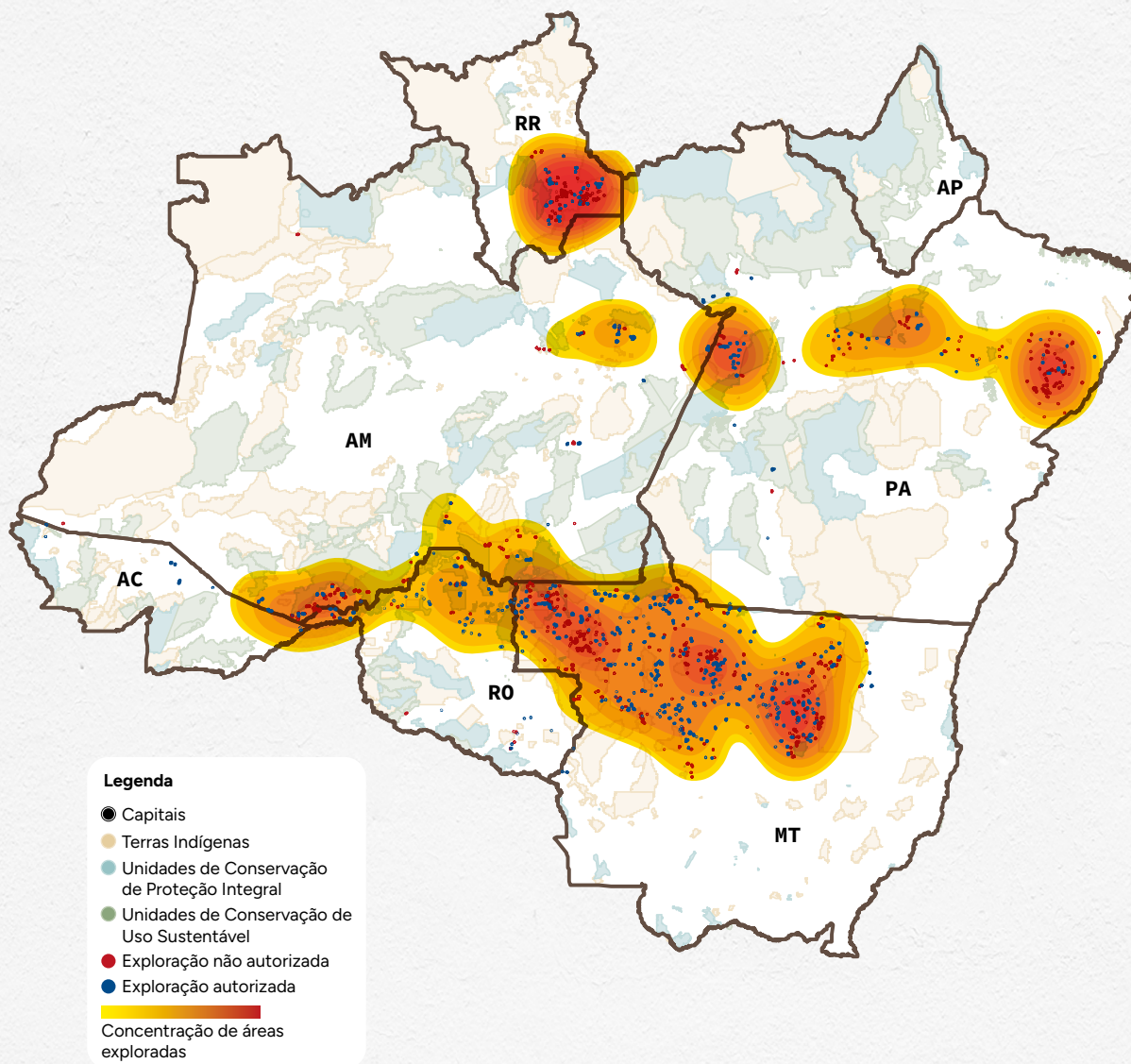
Tabela 17. Área de exploração madeireira (ha) por estado da Amazônia Legal, 2020-2024.

Estado	Área de exploração madeireira (ha)				
	2020	2021	2022	2023	2024
Acre	27.455	10.886	25.667	10.359	5.300
Amapá	730	0*	0*	351	0*
Amazonas	71.091	14.976	50.448	50.037	46.037
Mato Grosso	234.290	277.048	259.620	219.032	190.054
Pará	50.139	57.079	38.552	52.105	42.913
Rondônia	68.729	16.377	18.659	22.706	26.262
Roraima	9.458	1.258	1.671	11.422	14.866
Amazônia Legal	461.892	377.624	394.617	366.014	325.432

*O alto percentual de cobertura por nuvens não permitiu identificar e mapear áreas de exploração madeireira, o que não significa que não houve exploração no Amapá no período.

Fonte: com base nos dados da Rede Simex.

Figura 34. Concentração de áreas de exploração madeireira na Amazônia Legal, 2024.

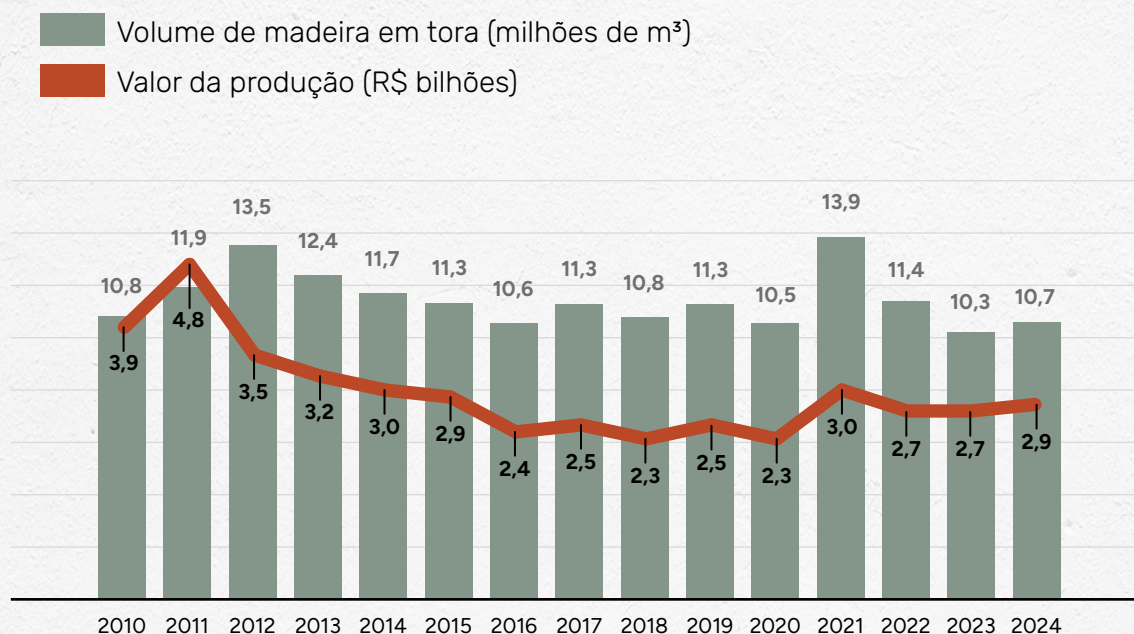


Fonte: com base nos dados da Rede Simex.

• Volume e valor da produção madeireira

A produção florestal alcançou quase 11 milhões de m³ de madeira em tora em 2024.^[36] O valor da produção caiu de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões em 2011 para R\$ 3 bilhões em 2024 (Figura 35) (IBGE, 2025c).

Figura 35. Volume (milhões de m³) e valor da produção (R\$ bilhões) da extração de madeira em tora na Amazônia Legal, 2000-2024.



Fonte: com base nos dados da PEVS, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

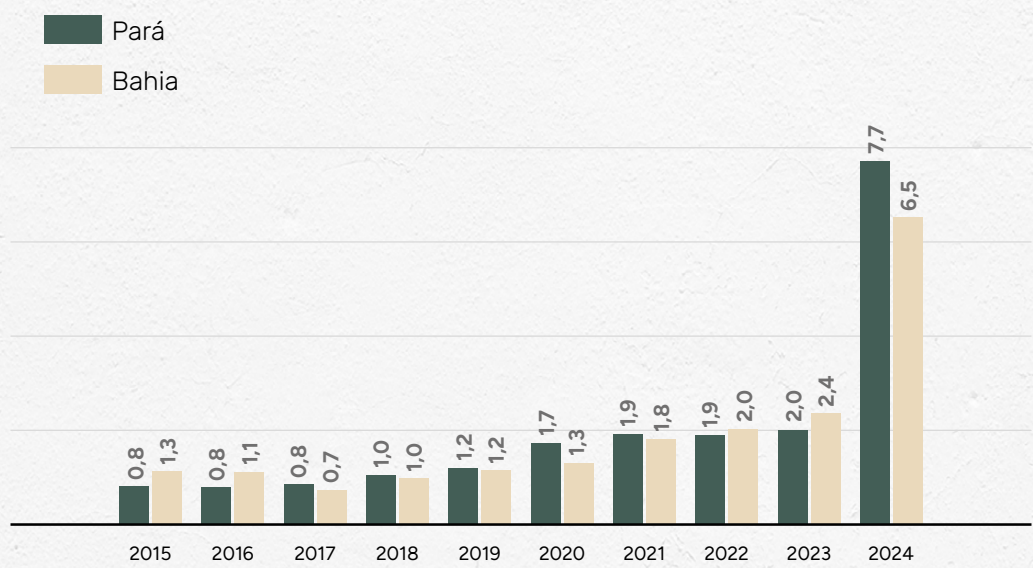
^[36] A PEVS do IBGE realiza a coleta das informações mediante aplicação de um questionário para cada município do país sem amostragem. Mais informações em: <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/estatisticos/operacoes-estatisticas/V5>.

BIOECONOMIA

• Cacau em amêndoas

O valor da produção de cacau na Amazônia atingiu recorde de mais de R\$ 8 bilhões em 2024, com uma produção de cerca de 148 mil toneladas, concentrada no estado do Pará (Figura 36, Tabela 18) (IBGE, 2025d).

Figura 36. Valor da produção de cacau em amêndoas (R\$ bilhões) no Pará e na Bahia, 2015-2024.



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

Tabela 18. Produção de cacau em amêndoas (em t) na Amazônia Legal, 2020-2024.

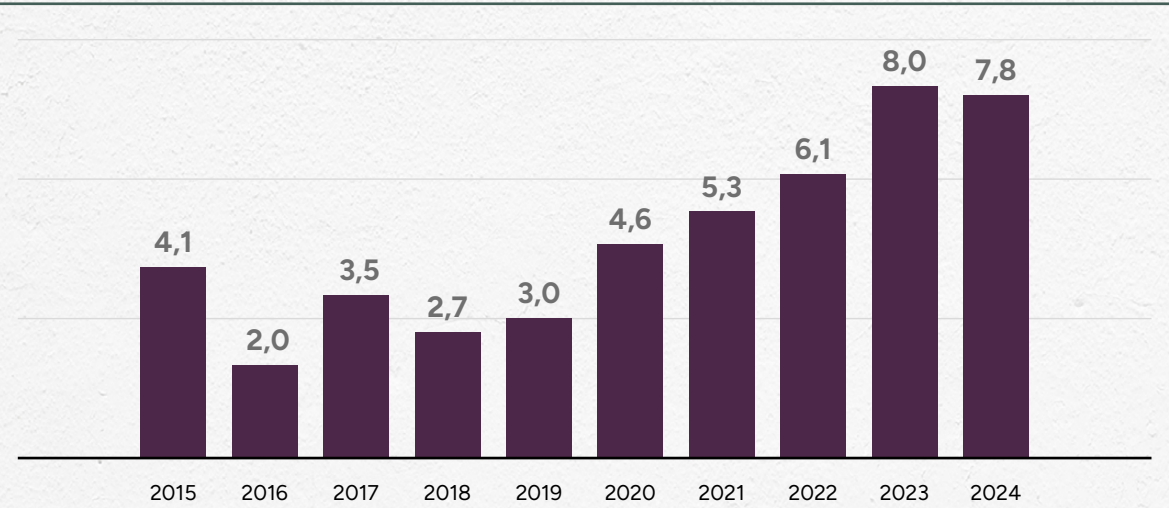
Estado	Cacau (t)				
	2020	2021	2022	2023	2024
Pará	144.682	146.375	145.994	138.471	137.455
Rondônia	5.078	5.152	5.017	5.053	8.716
Demais estados	1.063	1.300	1.271	1.257	1.881
Amazônia Legal	150.823	152.827	152.282	144.781	148.052
% da produção do Brasil	55,9	50,6	50,6	48,9	49,8

Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

• **Açaí plantado e nativo**

A produção de açaí plantado na Amazônia Legal atingiu quase 2 milhões de t em 2024 (Tabela 19), gerando um valor da produção de cerca de R\$ 8 bilhões (Figura 37) (IBGE, 2025d).

Figura 37. Valor da produção de açaí plantado (R\$ bilhões) na Amazônia Legal, 2015-2024.



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

Tabela 19. Produção de açaí plantado (em t) nos estados da Amazônia Legal, 2020-2024.

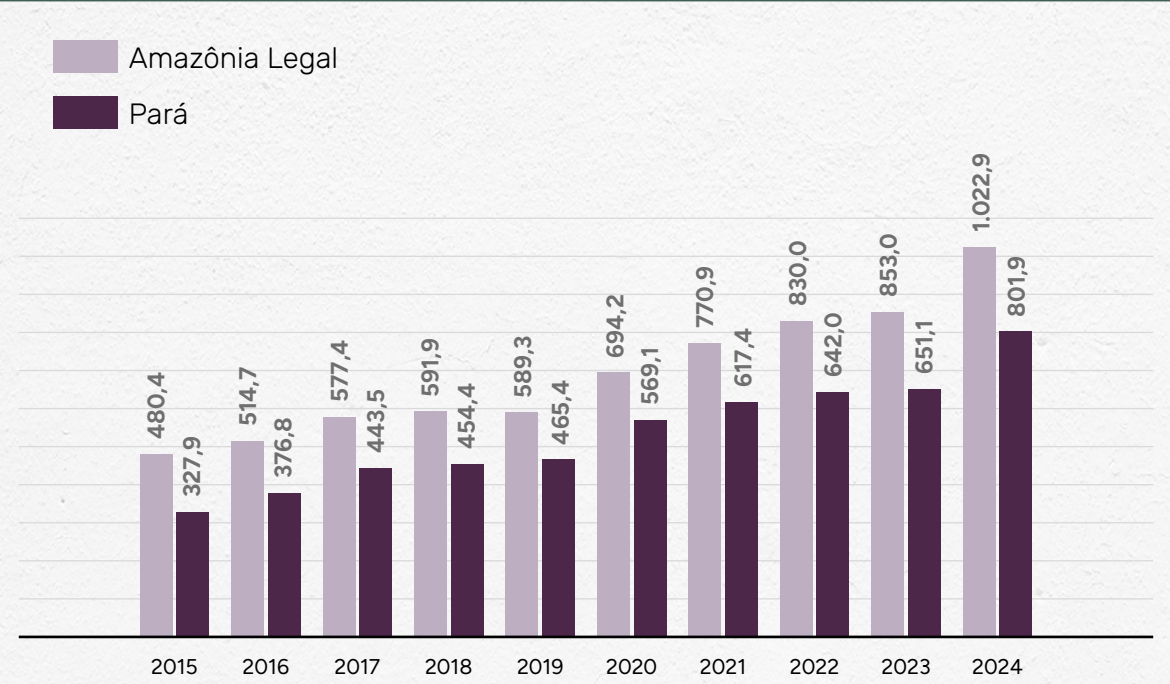
Estado	2020	2021	2022	2023	2024
Pará	1.389.941	1.388.116	1.595.455	1.576.302	1.612.142
Amazonas	73.538	83.321	90.616	105.211	91.345
Demais estados	8.952	7.072	8.045	8.969	31.776
Amazônia Legal	1.472.431	1.478.509	1.694.116	1.690.482	1.735.263
% da produção do Brasil	99,6	99,7	99,7	99,6	99,6

Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.



O valor da produção de açaí nativo na Amazônia cresceu de R\$ 480 milhões em 2015 para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2024 (Figura 38). O estado do Pará é o maior produtor de açaí nativo do Brasil (Tabela 20) (IBGE, 2025c).^[37]

Figura 38. Valor da produção de açaí nativo (R\$ milhões) na Amazônia Legal e Pará, 2015-2024.



Fonte: com base nos dados da PEVS, IBGE.

Tabela 20. Produção de açaí nativo (em t) na Amazônia Legal, 2020-2024.

Estado	2020	2021	2022	2023	2024
Pará	149.673	154.439	164.902	167.626	168.530
Amazonas	43.736	45.209	53.732	43.878	52.547
Maranhão	17.759	18.067	18.789	18.726	17.447
Demais estados	9.279	9.354	9.553	8.601	8.867
Amazônia Legal	220.447	227.069	246.976	238.831	247.391

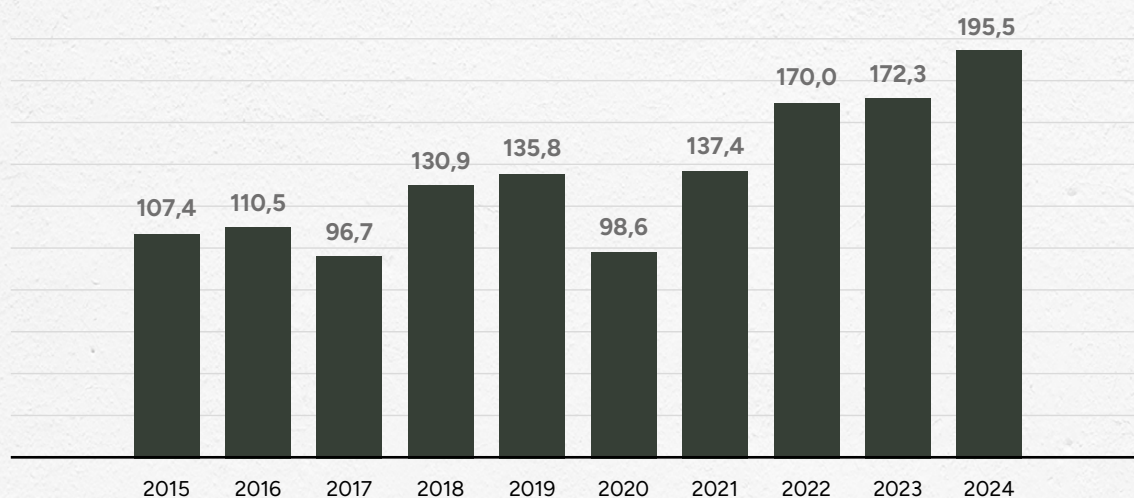
Fonte: com base nos dados da PEVS, IBGE.

^[37] De acordo com estudo de Smeraldi, R e Santos, M. (2021), há discrepância nas estatísticas oficiais entre o açaí de plantio (dados mais sólidos e atualizados) e o extrativo (dados amplamente subestimados).

• Castanha-do-brasil

A coleta de castanha-do-brasil, ou castanha-do-pará, somou quase R\$ 196 milhões em 2024 na Amazônia Legal (Figura 39). Os maiores produtores foram os estados do Amazonas, Acre e Pará (Figura 40, Tabela 21). Toda a produção de castanha-do-brasil do país ocorre na Amazônia Legal (IBGE, 2025c).

Figura 39. Valor da produção de castanha-do-brasil (R\$ milhões) na Amazônia Legal, 2015-2024.



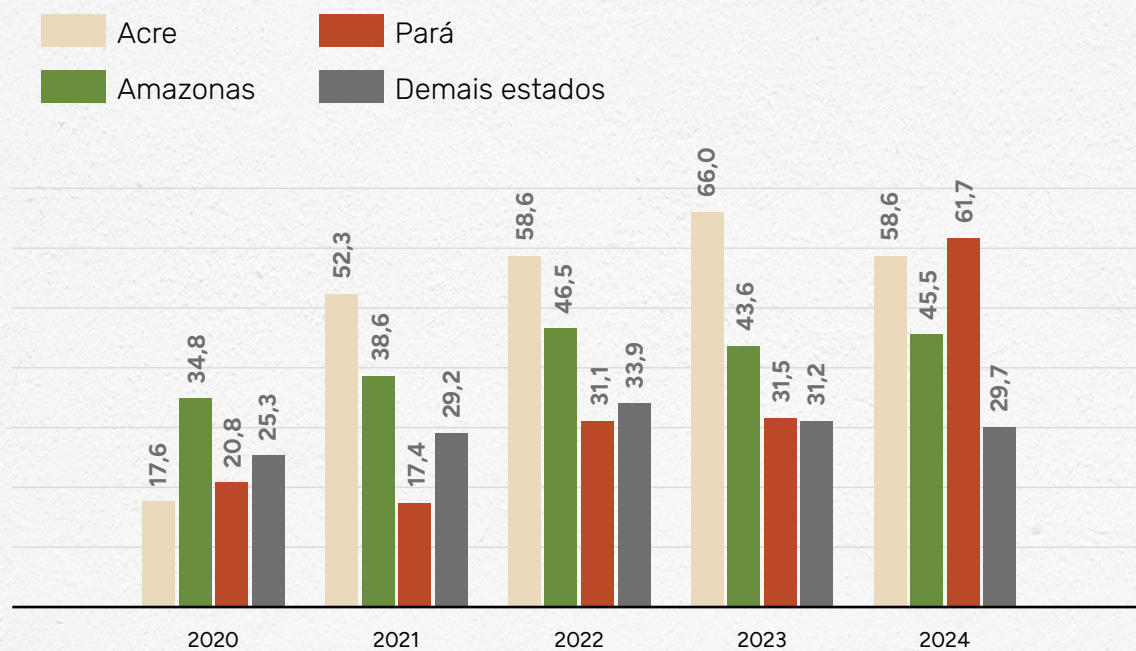
Fonte: com base nos dados da PEVS, IBGE.

Tabela 21. Produção de castanha-do-brasil (em t) nos estados da Amazônia Legal, 2020-2024.

Estado	2020	2021	2022	2023	2024
Amazonas	11.707	11.737	14.303	11.291	11.570
Acre	6.769	8.931	9.145	9.473	9.947
Pará	8.643	5.924	8.807	9.390	8.715
Demais estados	5.999	5.945	5.914	5.197	4.677
Amazônia Legal	33.118	32.537	38.169	35.351	34.909

Fonte: com base nos dados da PEVS, IBGE.

Figura 40. Valor da produção de castanha-do-brasil (R\$ milhões) nos estados da Amazônia Legal, 2020-2024.

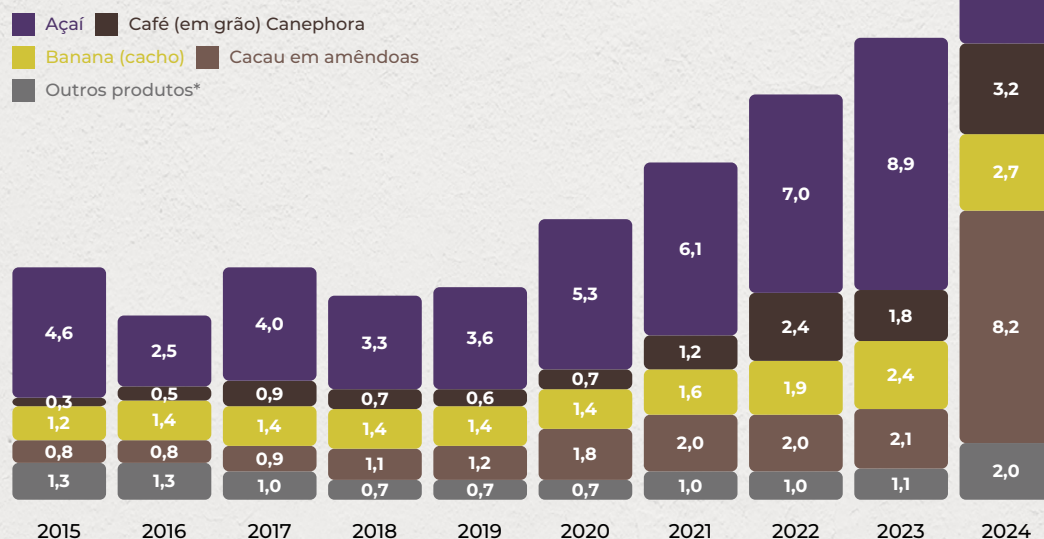


Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

BIOECONOMIA DA AMAZÔNIA

Entre os produtos da bioeconomia, destacam-se o açaí, o cacau, o café e a banana.

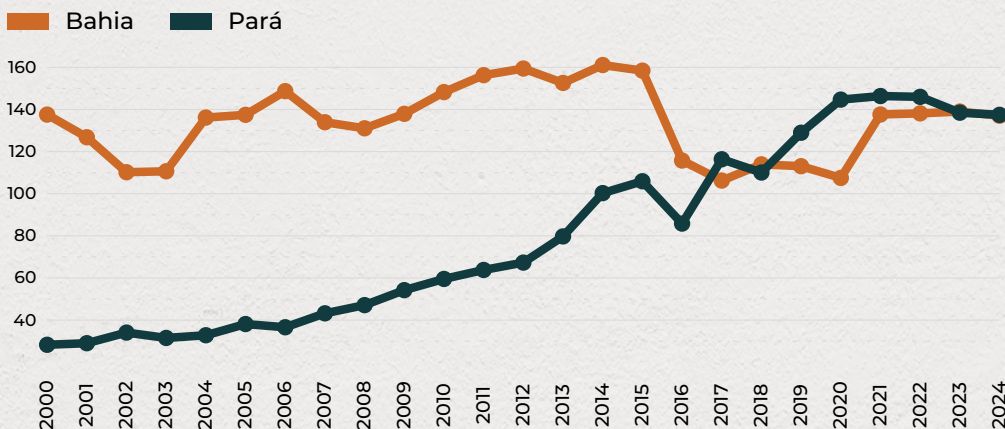
VALOR DA PRODUÇÃO POR ANO (R\$ BILHÕES)



*Outros produtos: castanha-do-brasil, maracujá, mamão, borracha.

O cacau em amêndoas ganhou importância no Pará. Este estado é hoje o maior produtor brasileiro ao lado da Bahia.

QUANTIDADE PRODUZIDA DE CACAU EM AMÊNDAS
(MILHARES DE T), 2000-2024



Fonte: com base nos dados da PAM e PEVS do IBGE (<https://bit.ly/45ecdHx>, <https://bit.ly/4e9svWo>).

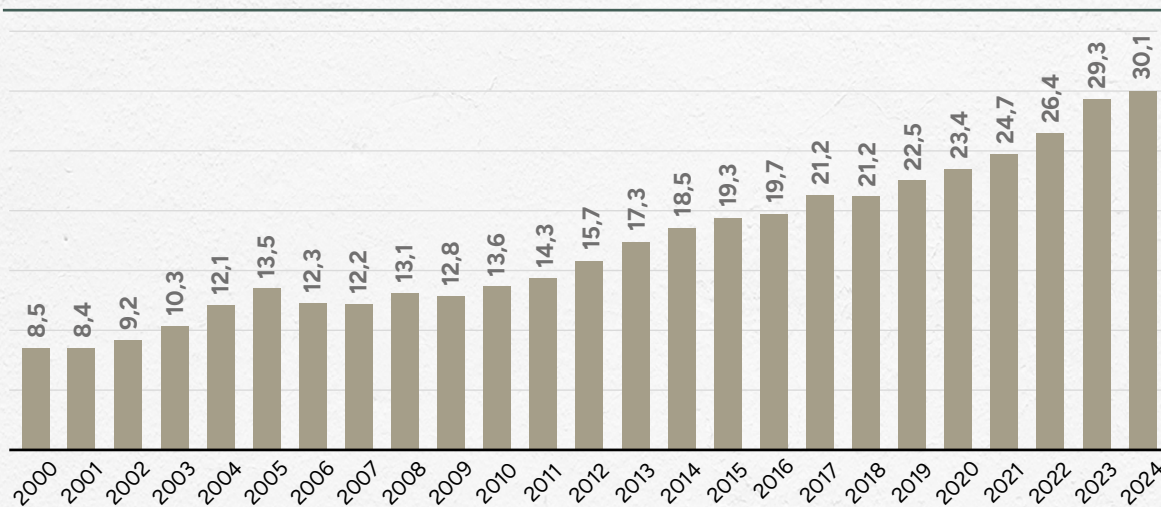


AGRICULTURA DA AMAZÔNIA

• Área agrícola total

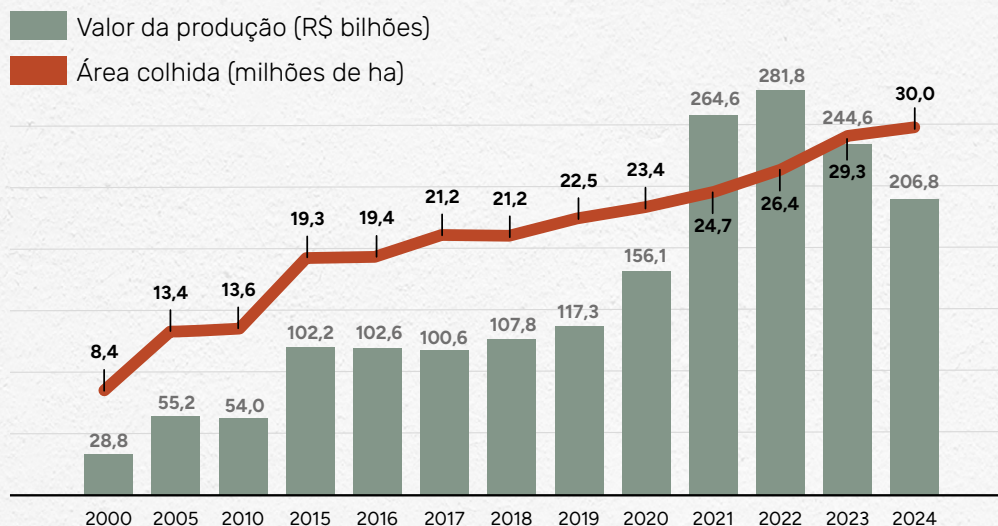
A área agrícola na Amazônia Legal passou de mais de 8 milhões de ha em 2000 para 30 milhões de ha em 2024 (Figura 41). Já o valor da produção da agricultura na região subiu de cerca de R\$ 29 bilhões em 2000 para quase R\$ 282 bilhões em 2022, apresentando queda em 2023 e 2024 (Figura 42) (IBGE, 2025d).

Figura 41. Área (milhões de ha) destinada à agricultura (lavouras temporárias e permanentes) na Amazônia Legal, 2000-2024.



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

Figura 42. Área colhida (milhões de ha) e valor da produção (R\$ bilhões) em todas as lavouras na Amazônia Legal, 2000-2024.



Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

• Principais culturas agrícolas da Amazônia Legal

A soja em grão é a cultura temporária^[38] que obteve o maior valor da produção (R\$ 91 bilhões) em 2024 na região (Tabela 22). Em seguida, estavam o milho em grão (R\$ 37 bilhões) e o algodão (R\$ 23 bilhões) (IBGE, 2025d).

A produção da agricultura permanente^[39] somou 7 milhões de t e gerou uma renda bruta de R\$ 27 bilhões em 2024 (Tabela 23). Os principais destaques foram o cacau em amêndoas (R\$ 8 bilhões), o açaí plantado (R\$ 8 bilhões)^[40], o café (R\$ 3 bilhões), a banana em cacho (R\$ 3 bilhões) e o dendê (R\$ 2 bilhões) (IBGE, 2025d).

^[38] Culturas temporárias, ou culturas anuais, estão sujeitas ao replantio ao menos uma vez por ano após a colheita.

^[39] Culturas de longo ciclo vegetativo que permitem colheitas sucessivas sem necessidade de novo plantio.

^[40] Não inclui produção de açaí nativo de áreas de várzea da Amazônia Legal (pesquisa PEVS).

Tabela 22. Quantidade produzida (milhões de t), valor da produção (R\$ bilhões) e porcentagem da produção do Brasil das culturas temporárias na Amazônia Legal, 2024.

Cultura temporária	Quantidade produzida na Amazônia Legal (milhões de t)	Valor da produção (R\$ bilhões)	Porcentagem da produção em relação ao total do Brasil (%)
Soja (em grão)	52,9	90,7	36,6
Milho (em grão)	55,6	37,0	48,4
Algodão herbáceo (em caroço)	6,5	23,0	75,9
Mandioca	6,5	8,0	34,1
Arroz (em casca)	1,7	3,7	16,3
Cana-de-açúcar	26,2	3,6	3,5
Abacaxi	0,5	1,9	35,6
Feijão (em grão)	0,4	1,4	13,6
Demais culturas	0,9	1,1	1,7
Total	151,3	170,4	-

Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.

Tabela 23. Quantidade produzida (t), valor da produção (R\$ bilhões) e porcentagem da produção do Brasil das culturas permanentes na Amazônia Legal, 2024.

Cultura permanente	Quantidade produzida (t)	Valor da produção (R\$ bilhões)	Porcentagem da produção em relação ao total do Brasil (%)
Cacau (em amêndoa)	148.052	8,2	53,7
Açaí	1.735.263	7,8	99,7
Café (em grão)	186.226	3,1	4,6
Banana (cachos)	1.025.414	2,7	16,6
Dendê (cachos de coco)	3.181.298	2,2	99,2
Pimenta-do-reino	41.730	1,2	34,1
Demais culturas	772.322	1,7	1,4
Total	7.090.305	26,9	-

Fonte: com base nos dados da PAM, IBGE.



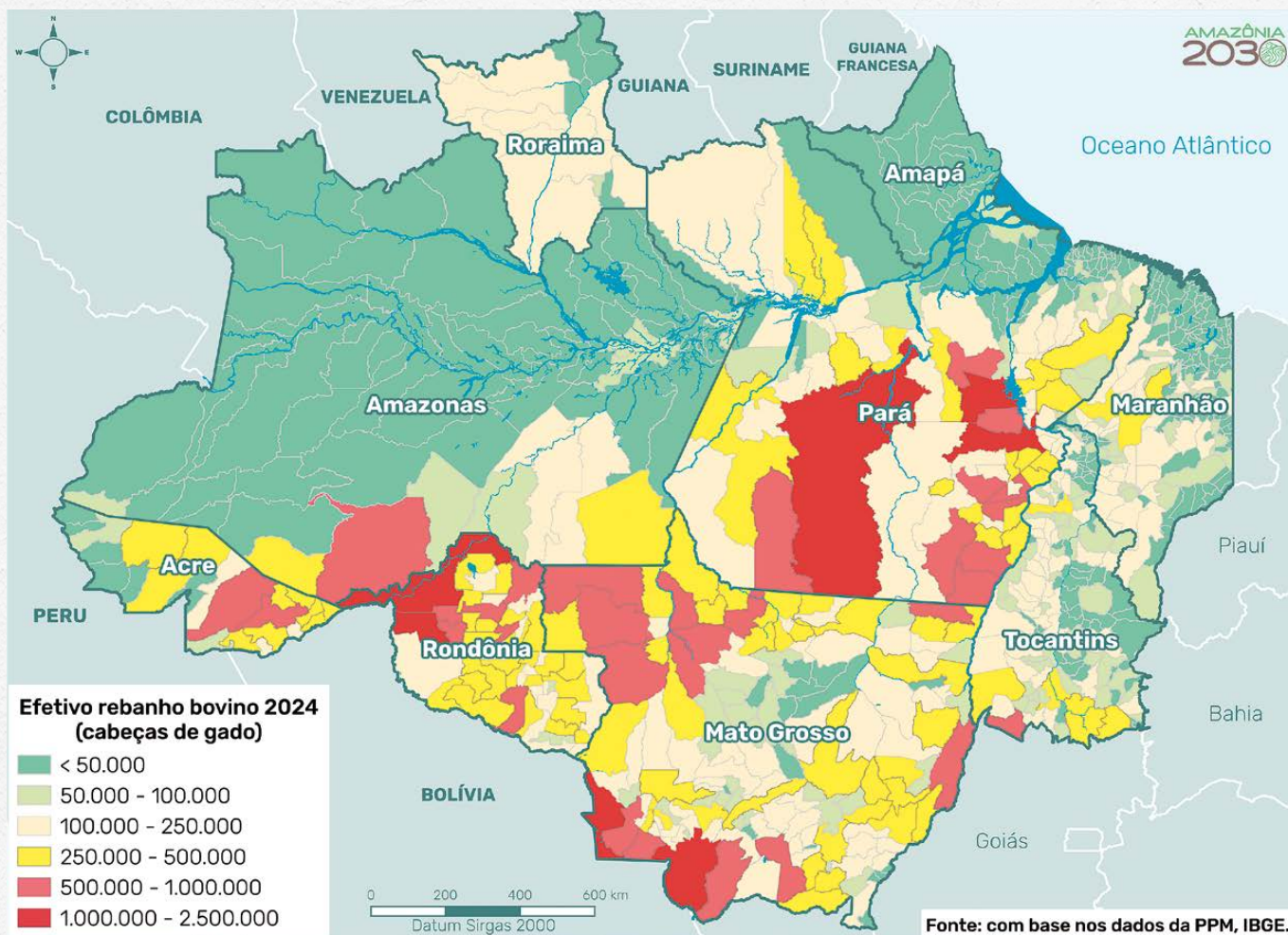
A PECUÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL

O rebanho bovino na Amazônia Legal saltou de 47 milhões de cabeças de gado em 2000 para 107 milhões de cabeças de gado em 2024 (Figura 43, Tabela 24). A área de pastagem passou de 49 milhões de ha em 2000 para 72 milhões de ha em 2024 (MapBiomas, 2026b). Dois terços desse rebanho estavam em Mato Grosso, Pará e Rondônia (IBGE, 2025e).

Tabela 24. Evolução do rebanho bovino (milhões de cabeças) por estado da Amazônia Legal, 2000-2024.

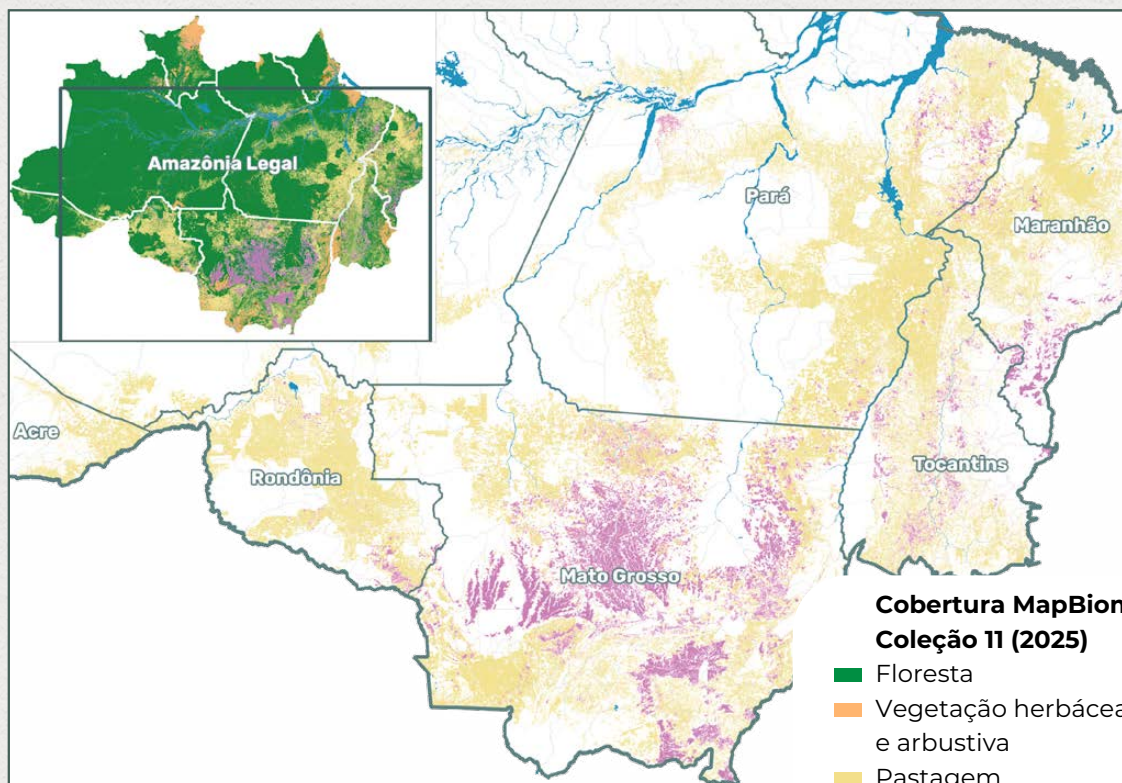
Estado	Efetivo bovino (milhões de cabeças)						
	2000	2010	2020	2021	2022	2023	2024
Acre	1,0	2,6	3,8	4,0	4,6	4,9	5,2
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,8	1,4	1,4	1,5	2,0	2,4	2,6
Maranhão	3,8	6,6	7,9	8,1	9,0	9,6	9,8
Mato Grosso	18,9	28,8	32,3	32,4	34,2	34,1	32,9
Pará	10,3	17,6	22,4	23,9	24,8	25,0	25,6
Rondônia	5,7	11,8	14,8	15,1	17,7	18,2	18,2
Roraima	0,5	0,6	0,9	0,9	1,1	1,2	1,3
Tocantins	6,1	8,0	9,1	10,2	10,8	11,3	11,6
Amazônia Legal	47,2	77,4	92,8	96,3	104,3	106,7	107,2
Efetivo bovino brasileiro oriundo da Amazônia Legal (%)	27,8	37,0	42,6	42,9	44,4	44,7	45,0

Fonte: com base nos dados da PPM, IBGE.

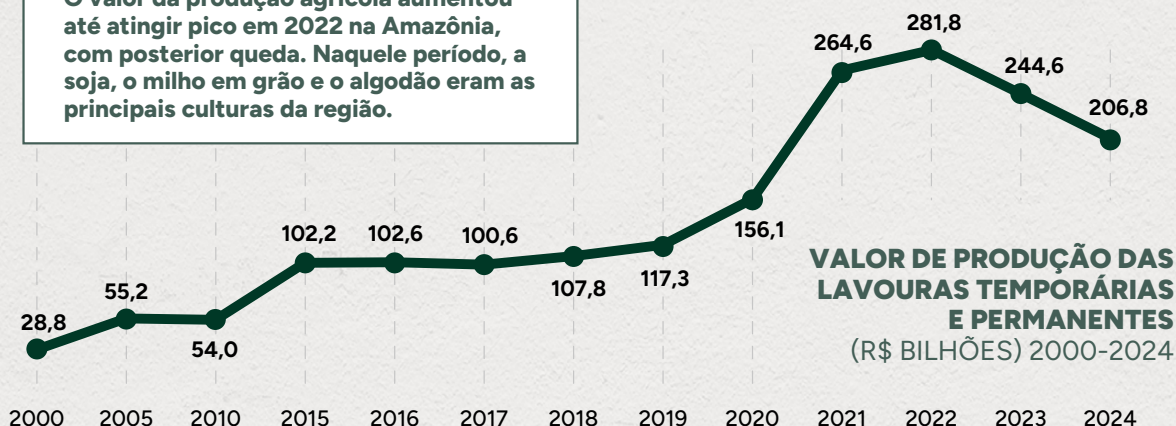
Figura 43. Número de cabeças de gado nos municípios da Amazônia Legal, 2024.

AGROPECUÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL

Os maiores efetivos de rebanho bovino estão em Mato Grosso (33 milhões de cabeças), no Pará (25,6 milhões de cabeças) e em Rondônia (18,2 milhões de cabeças).



O valor da produção agrícola aumentou até atingir pico em 2022 na Amazônia, com posterior queda. Naquele período, a soja, o milho em grão e o algodão eram as principais culturas da região.



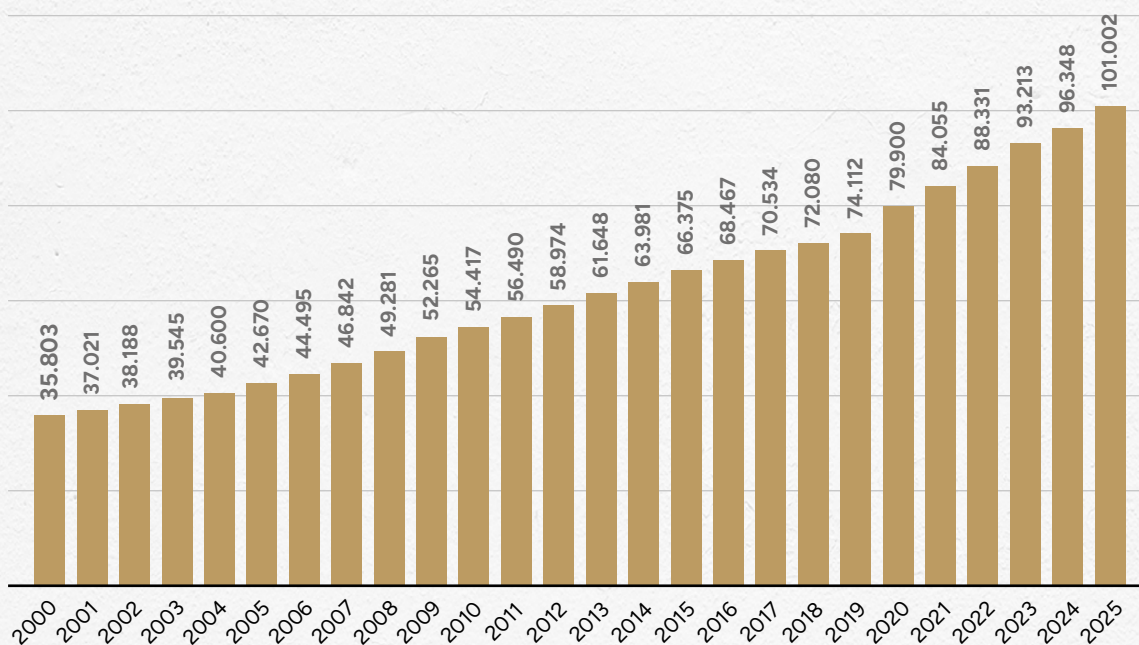
Fonte: com base nos dados do IBGE (<https://bit.ly/45ecdHx>, <https://bit.ly/3KtKauk>) e MapBiomas (<https://bit.ly/4a239rt>).



MINERAÇÃO INDUSTRIAL NA AMAZÔNIA

A área utilizada pela mineração industrial na Amazônia Legal passou de 35.803 ha no ano 2000 para 101.002 ha em 2025 (Figura 44) (MapBiomias, 2026a). O Pará é atualmente o maior produtor de minérios da Amazônia Legal. Essa atividade ocorre principalmente em 16 municípios paraenses^[41], com foco na extração de minério de ferro, bauxita, caulim, calcário, níquel e manganês (Simineral, 2022).

Figura 44. Evolução da área de mineração industrial (ha) na Amazônia Legal, 2000-2025.



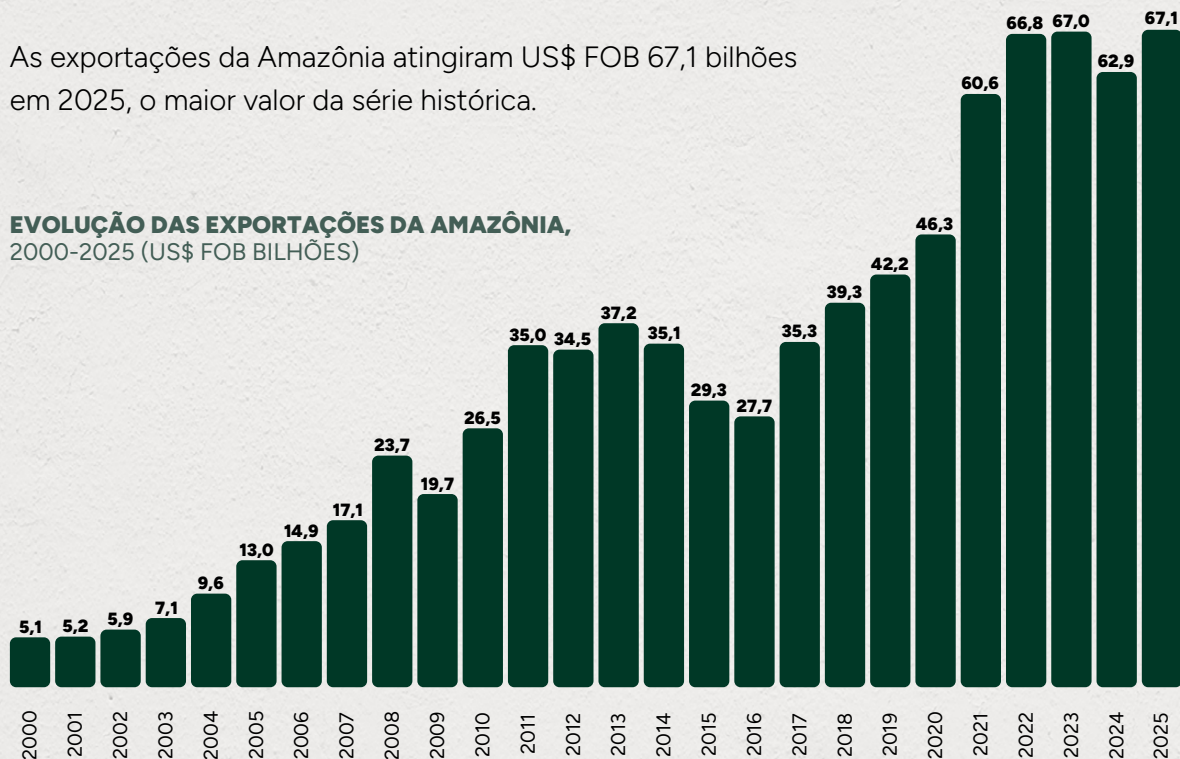
Fonte: com base nos dados do MapBiomias.

^[41] Considerando-se a logística para a mineração (ferrovias, hidrovias, rodovias), essa atividade engloba mais municípios no Pará.

EXPORTAÇÕES DA AMAZÔNIA

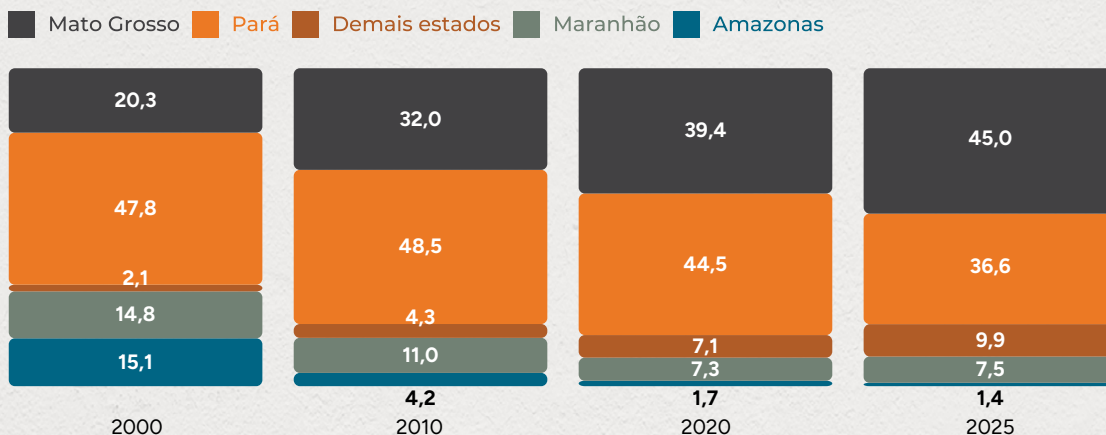
As exportações da Amazônia atingiram US\$ FOB 67,1 bilhões em 2025, o maior valor da série histórica.

EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DA AMAZÔNIA,
2000-2025 (US\$ FOB BILHÕES)



EXPORTAÇÕES POR ESTADO DA AMAZÔNIA (% DO VALOR TOTAL US\$ FOB)

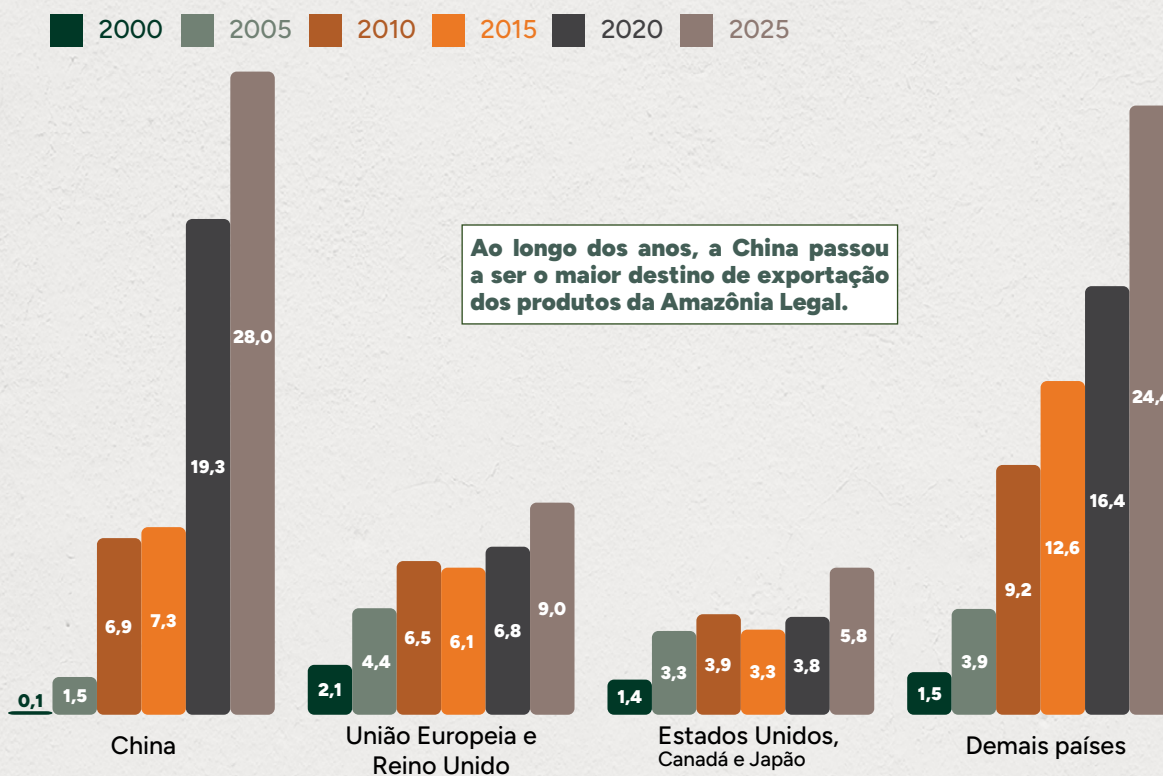
Mato Grosso e Pará representaram 81,6% do valor exportado em 2025, impulsionados pela mineração e agricultura.



*Valores em US\$ Free On-Board (FOB) não deflacionados. Inclui todo o estado do Maranhão.
Fonte: com base nos dados da Comex Stat, MDIC (<http://bit.ly/4h73OM4>).

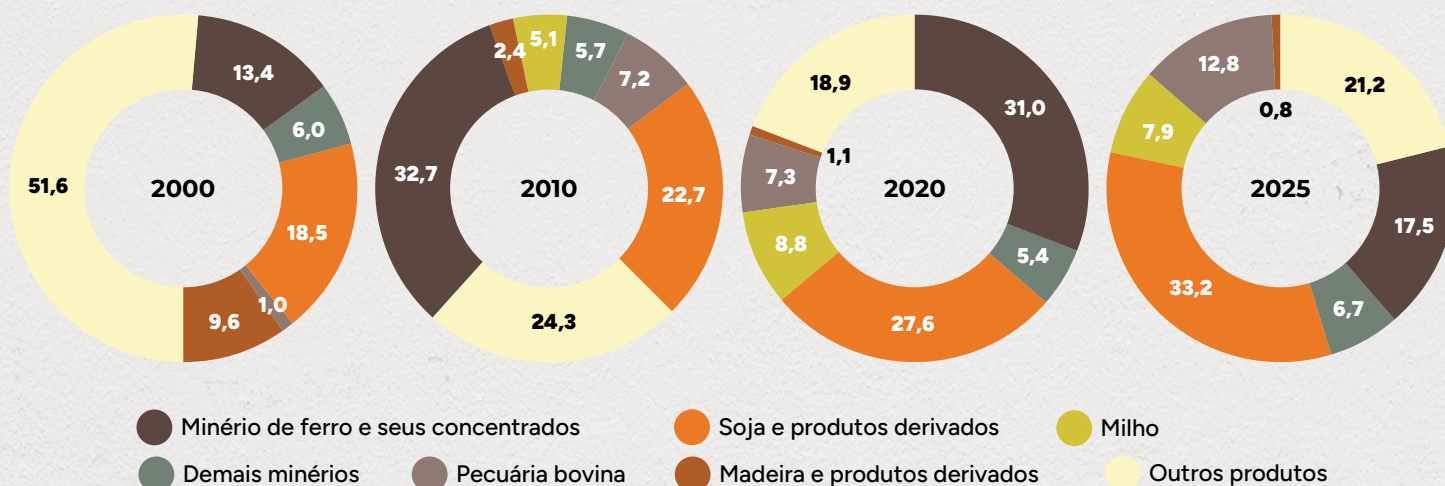
EXPORTAÇÕES DA AMAZÔNIA

DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DA AMAZÔNIA (US\$ FOB BILHÕES)



PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS POR TIPO.
(% DO VALOR US\$ FOB EXPORTADO)

Soja, minério de ferro e milho são os principais produtos exportados.



*Valores em US\$ Free On-Board (FOB) não deflacionados. Inclui todo o estado do Maranhão.
Fonte: com base nos dados da Comex Stat, MDIC (<http://bit.ly/4h73OM4>).



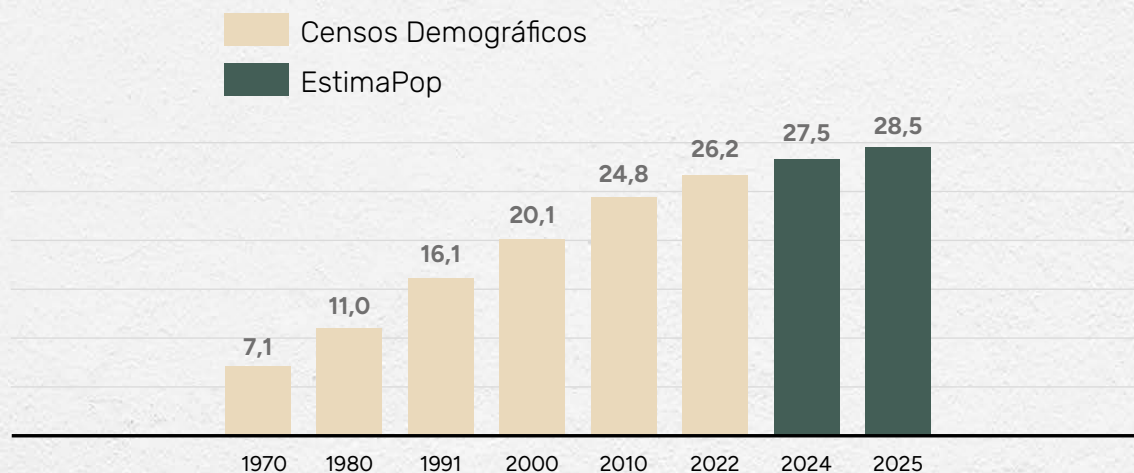
SOCIOECONOMIA DA AMAZÔNIA



PERFIL DA POPULAÇÃO DA AMAZÔNIA

A população da Amazônia Legal cresceu de 7 milhões em 1970 para quase 29 milhões de habitantes em 2025 (Figura 45, Tabela 25), ou 13% da população nacional. Contudo, a região continuou apresentando baixa densidade demográfica: 5,7 habitantes por km² em 2025. Nesse mesmo ano, a população da região concentrava-se especialmente nas capitais amazônicas (Figura 46) (IBGE, 2024a; IBGE, 2025a).

Figura 45. Evolução da população (milhões de habitantes) da Amazônia Legal, 1970-2025.



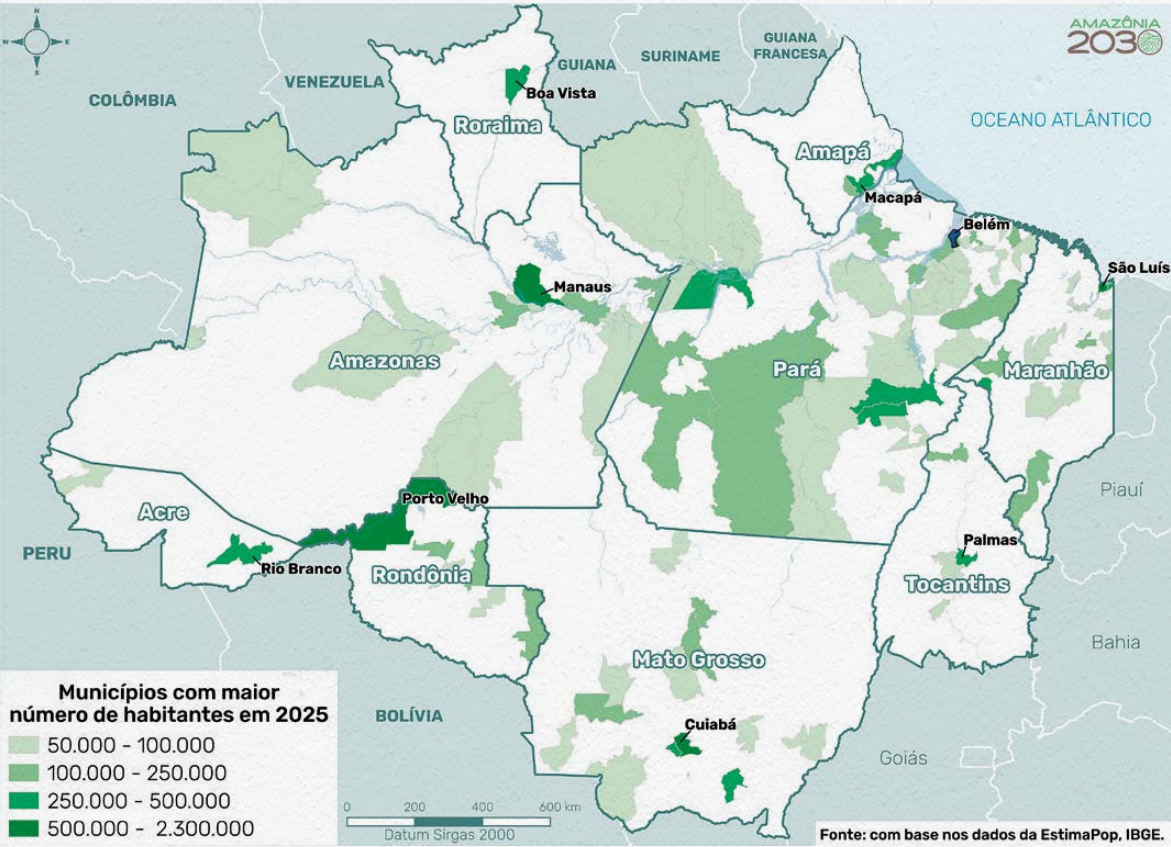
Fonte: com base nos dados dos Censos Demográficos e EstimaPop, IBGE.

Tabela 25. População residente estimada por estado da Amazônia Legal, 2000-2025.

Estado	População residente (habitantes)			
	2000	2010	2020	2025
Acre	587.326	765.021	863.657	884.372
Amapá	500.966	686.987	785.533	806.517
Amazonas	2.850.718	3.551.196	4.121.226	4.321.616
Maranhão	4.946.815	5.517.096	5.799.773	5.838.690
Mato Grosso	2.628.097	3.093.944	3.611.987	3.887.782
Pará	6.493.843	7.700.603	8.465.192	8.711.196
Rondônia	1.376.519	1.587.848	1.722.753	1.751.950
Roraima	339.804	469.991	640.975	738.772
Tocantins	1.191.784	1.396.508	1.537.886	1.586.859
Amazônia Legal	20.915.872	24.769.194	27.548.982	28.527.754

Fonte: com base nos dados da EstimaPop, IBGE.

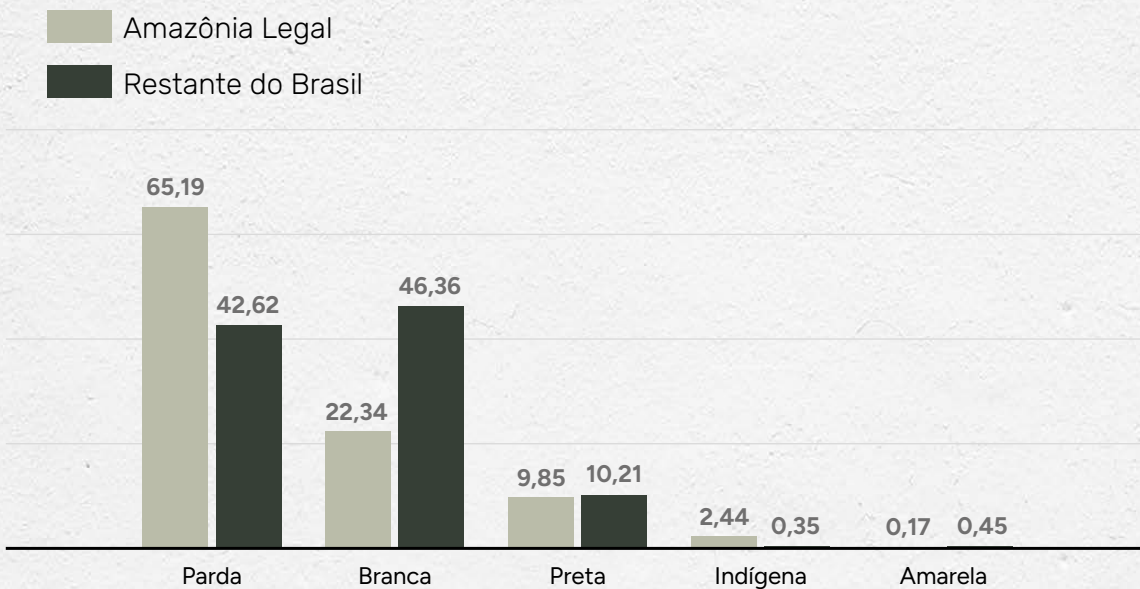
Figura 46. Municípios mais populosos da Amazônia Legal, 2025.



POPULAÇÃO POR RAÇA

A maioria da população (65%) da Amazônia Legal era parda em 2022 (Figura 47, Tabela 26). Em seguida, destacavam-se as populações branca (22%), preta (10%), indígena (2%) e amarela (menos de 1%) (IBGE, 2024b).

Figura 47. População por cor ou raça (%) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2022.



Fonte: com base nos dados do Censo Demográfico 2022, IBGE.

Tabela 26. População por cor ou raça (%) por estado da Amazônia Legal, 2022.

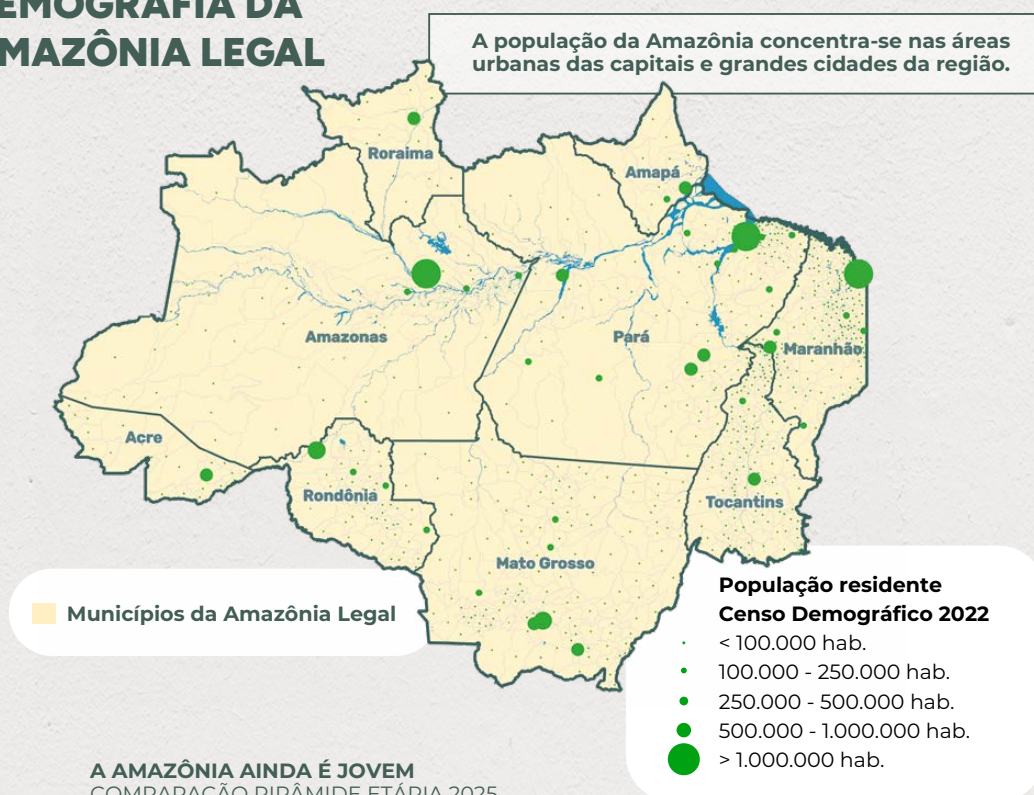
Estado	População por cor ou raça (%)				
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Acre	21,4	8,6	0,2	66,3	3,5
Amapá	21,4	11,8	0,1	65,3	1,4
Amazonas	18,4	4,9	0,2	68,8	7,7
Maranhão	20,8	13,0	0,1	65,1	1,0
Mato Grosso	32,3	9,9	0,3	56,0	1,5
Pará	19,3	9,8	0,2	69,8	0,9
Rondônia	30,7	8,7	0,3	59,2	1,1
Roraima	20,6	7,7	0,1	57,2	14,4
Tocantins	23,2	13,3	0,2	62,1	1,2
Amazônia Legal	22,3	9,9	0,2	65,2	2,4

Fonte: com base nos dados do Censo Demográfico 2022, IBGE.

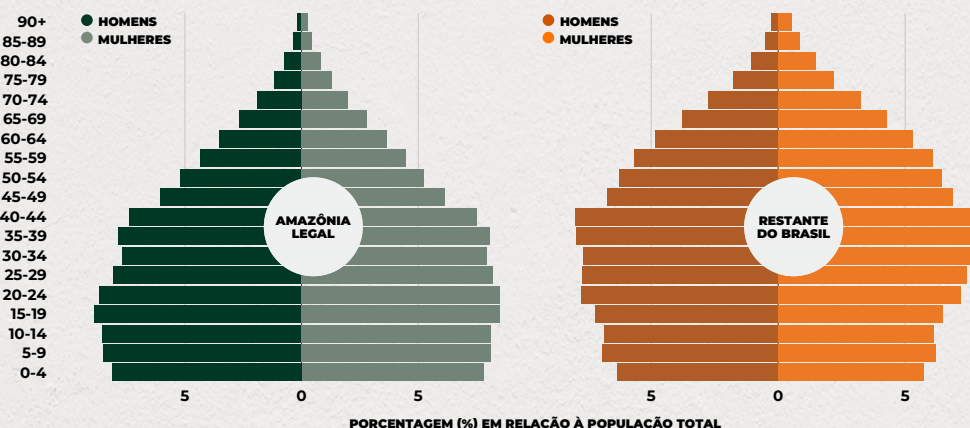
A AMAZÔNIA AINDA É JOVEM

A população da Amazônia Legal atual é jovem. A pirâmide etária da região demonstrou que a maior parte da população estava concentrada entre os 10 e 34 anos de idade (IBGE, 2024a; Alfenas et al., 2020)^[42].

DEMOGRAFIA DA AMAZÔNIA LEGAL



A AMAZÔNIA AINDA É JOVEM COMPARAÇÃO PIRÂMIDE ETÁRIA 2025



Fonte: com base nos dados do IBGE (<https://bit.ly/458nOb0>).

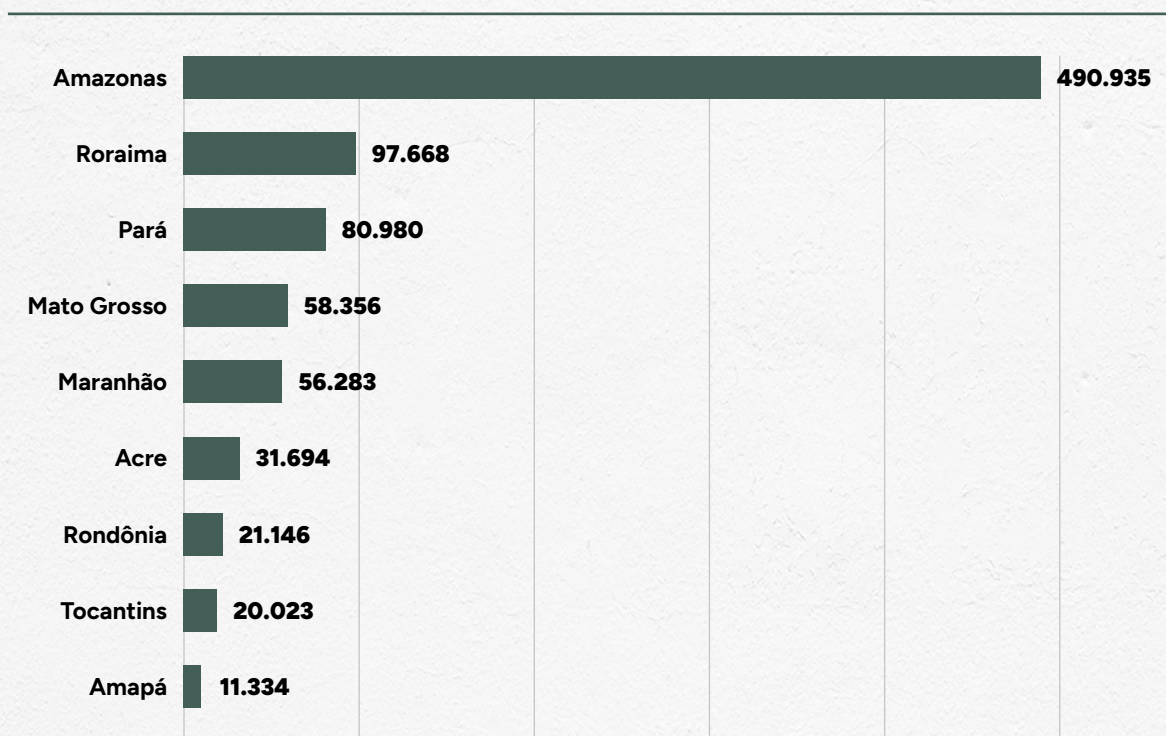
^[42] Mais informações sobre este estudo do AMZ2030 em: <https://amazonia2030.org.br/mercado-de-trabalho-na-amazonia-legal-uma-analise-comparativa-com-o-resto-do-brasil/>.



OS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA: ETNIAS E LÍNGUAS

Em 2022, havia um total de 868.419 indígenas na Amazônia Legal, ou 51% da população indígena brasileira. Desse total, 403.679 indígenas residiam em Terras Indígenas da região (46%). Já os demais (464.740 indígenas) estavam fora desses territórios; a grande maioria (90%) residia em zonas urbanas da cidade. Entre os estados (Figura 48), o Amazonas possui atualmente 490.935 (56% dos indígenas da região) (IBGE, 2025f).

Figura 48. População total de indígenas por estado da Amazônia Legal, 2022.



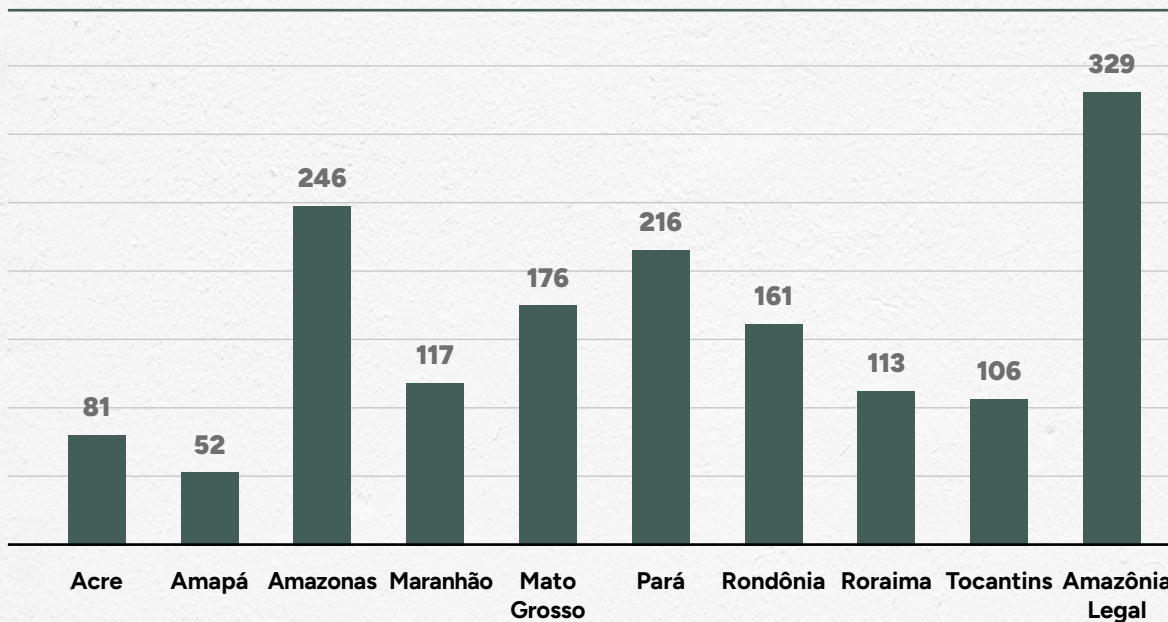
Fonte: com base nos dados do IBGE.

A Amazônia Legal concentra a maior diversidade étnica indígena do país, abrigando 329 etnias das 391 existentes no Brasil^[43]. Entre os estados, as maiores quantidades de etnias estão registradas nos estados do Amazonas (246), Pará (216), Mato Grosso (176) e Rondônia (161) são os que

^[43] Informações obtidas a partir de análise de dados da pesquisa "Etnias e Línguas Indígenas - Principais características sociodemográficas" do IBGE (2025f). Mais informações em: <https://bit.ly/4vg49Bv>.

possuem as maiores quantidades de etnias (Figura 49)^[44]. Essa diversidade resulta de uma longa ocupação histórica e da grande extensão territorial da Amazônia^[45] (IBGE, 2025f).

Figura 49. Número de etnias indígenas por estado da Amazônia Legal, 2022.



Fonte: com base nos dados do IBGE.

As dez etnias indígenas com as maiores quantidades de pessoas na Amazônia Legal são: Tikúna (73.698), Kokama (64.187), Makuxi (52.988), Guajajara (37.071), Múra (36.237), Baré (34.823), Munduruku (32.655), Sateré-Mawé (28.495), Apurinã (24.291) e Xavante (23.437). Em geral, elas estão localizadas predominantemente no estado do Amazonas, com algumas etnias situadas exclusivamente no Acre, Maranhão e Roraima (Tabela 27). Um grande contingente de pessoas indígenas (225.080) está distribuído nas demais 309 etnias^[46] (IBGE, 2025f).

^[44] É possível que existam as mesmas etnias indígenas em mais de um estado amazônico.

^[45] A publicação "A floresta habitada: História da ocupação humana na Amazônia" sintetiza a importância dos indígenas para a região. Ela está disponível em: <https://bit.ly/4gu95iC>.

^[46] A plataforma do Instituto Socioambiental (ISA) "Povos Indígenas no Brasil" permite conhecer detalhes de todas as etnias indígenas da Amazônia. Ela está disponível em: <https://pib.socioambiental.org/>.

Tabela 27. Número de pessoas indígenas nas 20 principais etnias da Amazônia, 2022.

Etnias indígenas	Número de pessoas indígenas	Principal estado de localização da etnia
Tikúna	73.698	Amazonas
Kokama	64.187	Amazonas
Makuxí	52.988	Roraima
Guajajara	37.071	Maranhão
Múra	36.237	Amazonas
Baré	34.823	Amazonas
Munduruku	32.655	Pará (55%), Amazonas (43%) e Mato Grosso (2%)
Sateré-Mawé	28.495	Amazonas (88%) e Pará (12%)
Apurinã	24.291	Amazonas
Xavante	23.437	Mato Grosso
Yanomami/Yanomán	21.907	Amazonas (41%) e Roraima (49%)
Wapixana	17.206	Roraima
Kaxinawá	14.225	Acre
Kayapó	10.518	Pará (87%) e Mato Grosso (11%)
Kambéba	10.250	Amazonas
Tukano	10.206	Amazonas
Baniwa	8.750	Amazonas
Kulina Madijá	8.122	Amazonas (72%) e Acre (28%)
Miránha	7.614	Amazonas
Kanamari	6.231	Amazonas
Demais etnias	225.080	-
Total de indígenas na Amazônia Legal		868.419

Fonte: com base nos dados do IBGE.

Em relação à diversidade de línguas indígenas na Amazônia Legal (Tabela 28), destacam-se principalmente os troncos linguísticos^[47] Macro-Jê (com 57.375 indígenas que se comunicam nessas línguas) e Tupi (96.677 indígenas), além de numerosas famílias que não estão classificadas em troncos linguísticos (131.615 indígenas no total), tais como: Arawak,

^[47] Troncos linguísticos referem-se a um conjunto de línguas que possuem similaridades e estão organizadas em uma língua principal. Por exemplo, o tronco Macro-Jê possui outras 43 sub-línguas (IBGE, 2025f). Mais informações disponíveis em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Linguas>.

Karib, Pano, Tukano, Nambikwara, Maku, Yanomami. Muitas línguas são faladas exclusivamente na Amazônia Legal, o que torna a região o principal centro da diversidade linguística indígena brasileira (IBGE, 2025f).

Tabela 28. Número de pessoas indígenas com mais de 2 anos de idade por tronco de família linguística indígena principal, dentro e fora de Terras Indígenas, 2022.

Nome do tronco da família linguística indígena principal	Dentro de Terras Indígenas	Fora de Terras Indígenas			Total de pessoas indígenas
		Total	Em área urbana	Em área rural	
1. Macro-Jê	52.348	5.027	3.126	1.901	57.375
2. Tupi	76.552	20.125	14.012	6.113	96.677
3. Famílias não classificadas em troncos	106.230	25.385	18.263	7.122	131.615
4. Línguas isoladas (não classificadas em troncos e famílias)	46.108	6.432	4.519	1.913	52.540
5. Outras línguas crioulas (não classificadas em troncos e famílias)	3.537	833	618	215	4.370
6. Línguas sem classificação atual determinada	75	456	359	97	531
7. Línguas indígenas de sinais	0	4	3	1	4
8. Outras línguas das Américas	296	2.907	2.829	78	3.203
9. Não determinada	5	152	128	24	157

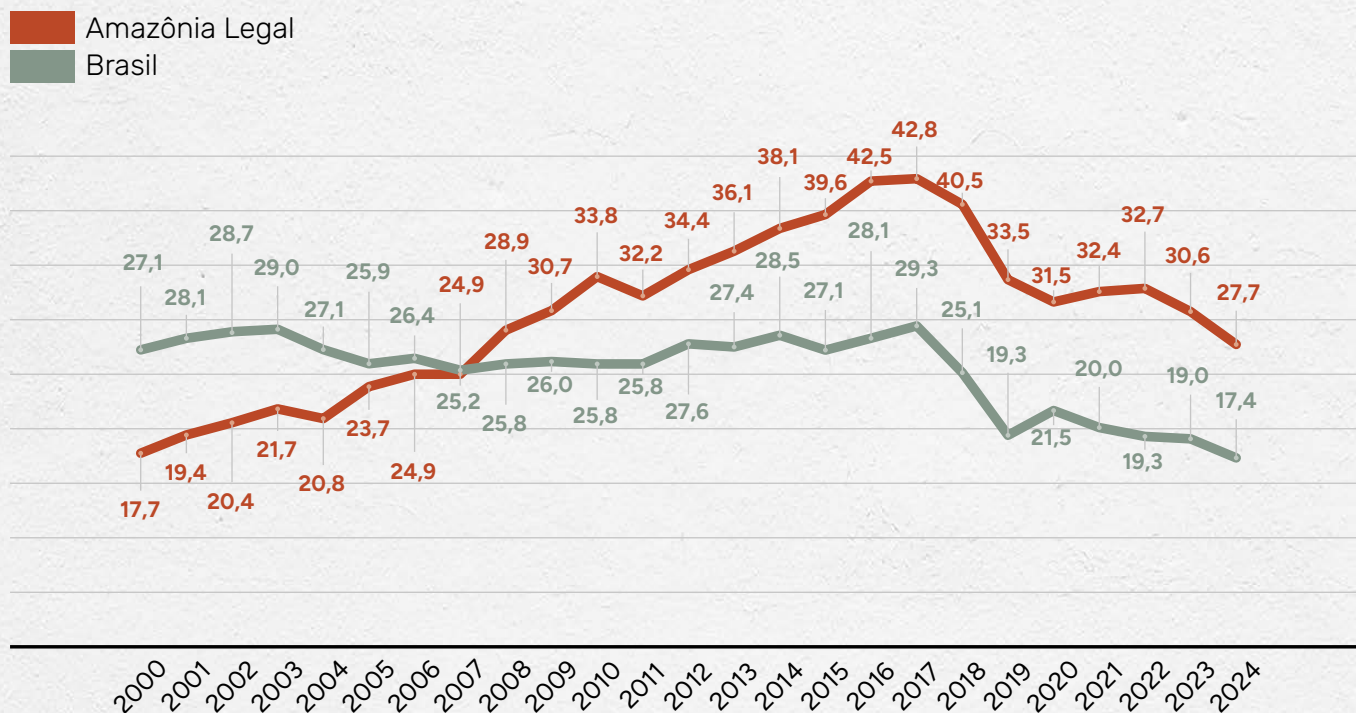
Fonte: com base nos dados do IBGE.



SEGURANÇA PÚBLICA

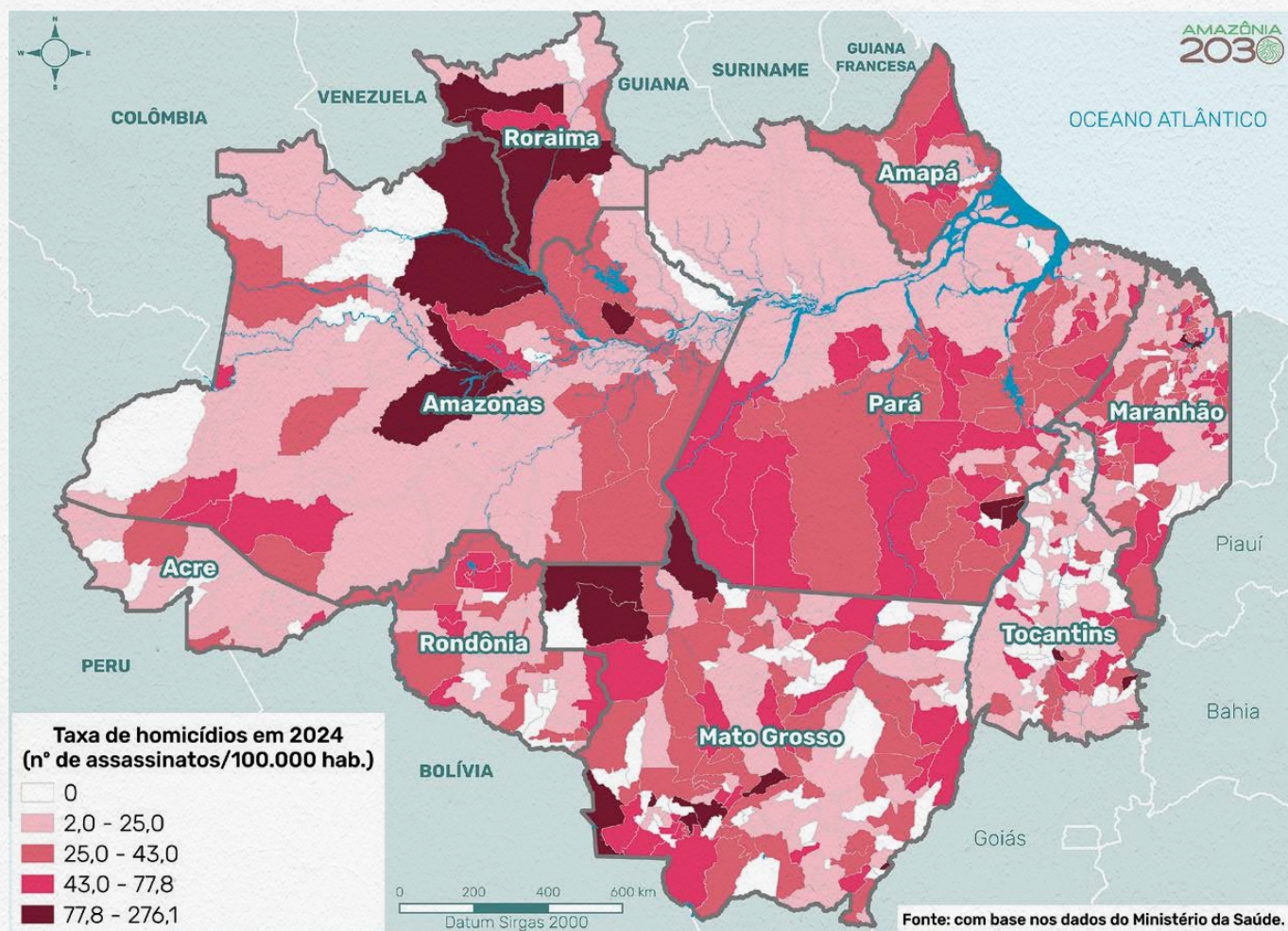
A Amazônia Legal é uma das regiões mais violentas do país. A taxa de homicídios saltou de menos de 20 no ano 2000 para quase 43 homicídios por 100 mil habitantes em 2017, recuando para 27,7 homicídios por 100 mil habitantes em 2024 (Figura 50). Vários municípios da Amazônia Legal possuíam taxas superiores a que 70 homicídios por 100 mil habitantes nesse mesmo ano (Figura 51) (MS, 2025; IBGE, 2025a).

Figura 50. Taxas brutas de mortalidade por homicídios (número de assassinatos por 100 mil habitantes) na Amazônia Legal e restante do Brasil, 2000-2024.



Fonte: com base nos dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Ministério da Saúde e EstimaPop, IBGE.

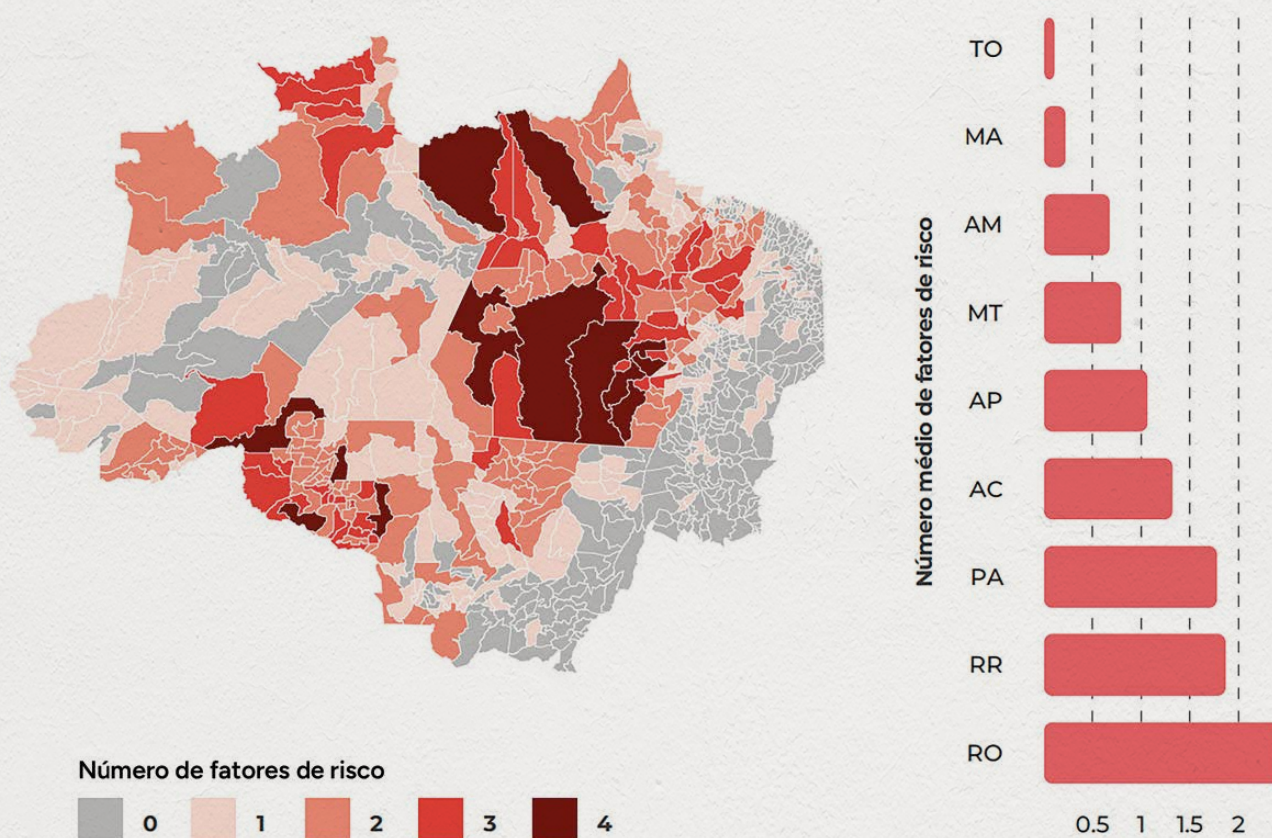
Figura 51. Taxas brutas de mortalidade por homicídios nos municípios da Amazônia Legal, 2024.



FATORES DE RISCO DE VIOLÊNCIA NA AMAZÔNIA

Estudo recente do AMZ2030 estimou a contribuição de quatro fatores de risco para o aumento nos homicídios na Amazônia: exploração ilegal de madeira, grilagem de terras, mineração ilegal de ouro e presença de facções ligadas ao tráfico. Esses fatores contribuíram para 18.367 homicídios entre 1999 e 2023 e explicam cerca de 60% do excesso de homicídios na região, distribuídos em todo o território (Pereira, L. *et al.*, 2026)^[48].

Exposição a fatores de risco na Amazônia Legal: presença de riscos acumulados



Fonte: adaptado de Pereira, L. *et al.* (2026).

^[48] Mais informações sobre este estudo do AMZ2030 em: <https://amazonia2030.org.br/da-exploracao-ilegal-de-recursos-naturais-ao-trafico-internacional-de-cocaina-padroes-de-violencia-na-amazonia-brasileira/>.



O PROGRESSO SOCIAL DA AMAZÔNIA

• O IPS Brasil

O Índice de Progresso Social^[49] (IPS) Brasil mede o desempenho social e ambiental dos 5.570 municípios brasileiros com base em três dimensões: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos do Bem-Estar e Oportunidades (Figura 52).

Figura 52. Estrutura de dimensões, componentes e perguntas orientadoras do IPS Brasil 2026 nos municípios.

NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS	FUNDAMENTOS DO BEM-ESTAR	OPORTUNIDADES
 Nutrição e Cuidados Médicos Básicos As pessoas têm comida suficiente para comer e recebem assistência médica básica?  Água e Saneamento As pessoas podem beber água e manter-se limpas sem ficarem doentes?  Moradia As pessoas têm moradia adequada com serviços básicos?  Segurança Pessoal As pessoas estão seguras?	 Acesso ao Conhecimento Básico As pessoas têm acesso à educação fundamental?  Acesso à Informação e Comunicação As pessoas podem acessar livremente ideias e informações de qualquer lugar do mundo?  Saúde e Bem-estar As pessoas vivem uma vida saudável?  Qualidade do Meio Ambiente O meio ambiente influencia o bem-estar social?	 Direitos Individuais Os direitos individuais das pessoas estão protegidos?  Liberdades Individuais e de Escolha As pessoas estão livres para fazer suas próprias escolhas?  Inclusão Social Ninguém está excluído da oportunidade de ser um membro contribuinte da sociedade?  Acesso à Educação Superior As pessoas têm acesso a níveis de educação superior?

Fonte: com base nos dados do IPS Brasil.

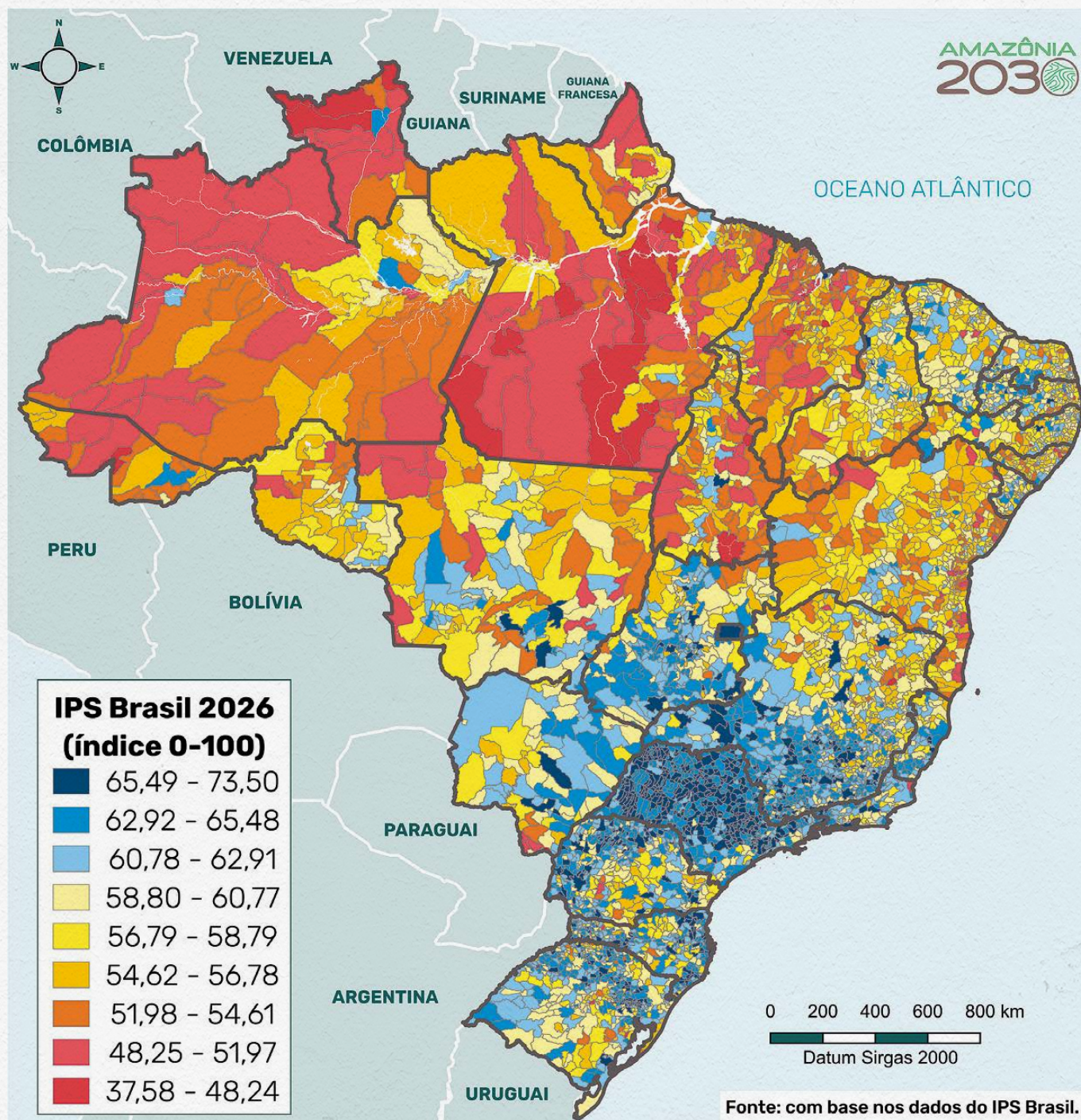
O IPS Brasil 2026 apresentou pontuações para todos os municípios brasileiros com base em 57 indicadores^[50]. Em geral, os municípios amazônicos possuem pontuações inferiores em relação às das regiões Sudeste e Sul do Brasil (Figura 53). No agregado, a Amazônia Legal possui uma pontuação de IPS Brasil 2026 igual a 58,18, enquanto o restante do Brasil apresenta melhor desempenho (64,21)^[51].

^[49] O Progresso Social é definido como “a capacidade da sociedade em satisfazer as necessidades humanas básicas, estabelecer as estruturas que garantam qualidade de vida aos cidadãos e dar oportunidades para que todos os indivíduos possam atingir seu potencial máximo”.

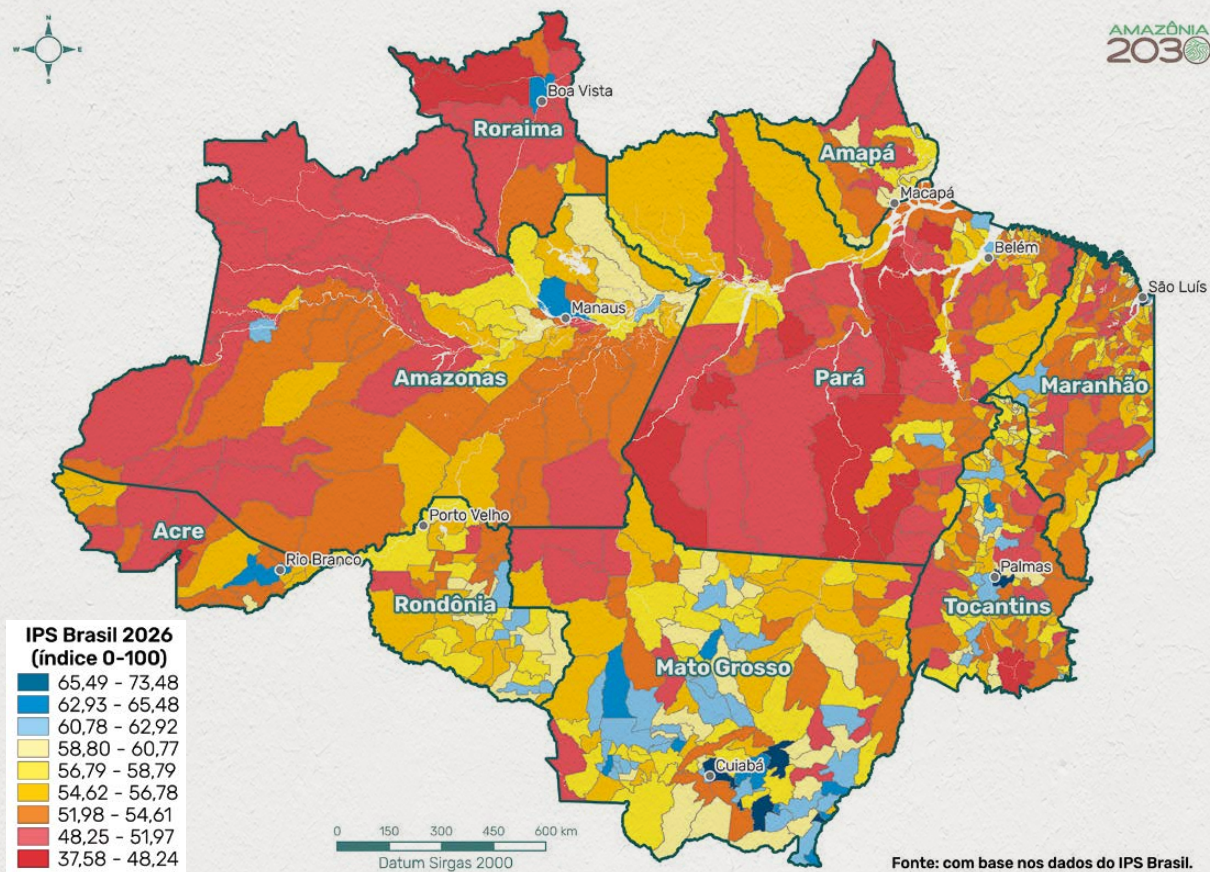
^[50] É possível conhecer as pontuações de IPS de todos os municípios brasileiros. Mais informações em: <https://ipsbrasil.org.br/>.

^[51] Pontuações calculadas por meio da média ponderada das pontuações de IPS Brasil 2026 com as populações residentes estimadas 2025 de cada município (IBGE, 2025a).

Figura 53. IPS Brasil 2026 dos municípios brasileiros.



IPS BRASIL 2026 E A AMAZÔNIA LEGAL



COMPARAÇÃO IPS BRASIL 2026 AMAZÔNIA LEGAL X RESTANTE DO BRASIL



Fonte: com base nos dados do IBGE e IPS Brasil (<https://ipsbrasil.org.br/>).

• Municípios amazônicos com melhores e piores desempenhos no IPS Brasil 2026

Tabela 29. Os 20 municípios da Amazônia Legal com maiores notas no IPS Brasil 2026.

Município	UF	Capital?	IPS Brasil 2026	Ranking Amazônia Legal
Palmas	TO	Capital	68,91	1
Cuiabá	MT	Capital	67,22	2
Araguainha	MT	Não	67,13	3
Primavera do Leste	MT	Não	66,89	4
Rondonópolis	MT	Não	66,50	5
São Luís	MA	Capital	65,64	6
Denise	MT	Não	64,87	7
Campo Verde	MT	Não	64,51	8
Boa Vista	RR	Capital	64,49	9
Alto Taquari	MT	Não	64,10	10
Manaus	AM	Capital	63,91	11
Belém	PA	Capital	63,90	12
Sapezal	MT	Não	63,74	13
São José do Povo	MT	Não	63,70	14
Dom Aquino	MT	Não	63,65	15
Ponte Branca	MT	Não	63,57	16
Colinas do Tocantins	TO	Não	63,54	17
Rio Branco	AC	Capital	63,44	18
Jauru	MT	Não	63,38	19
Pontal do Araguaia	MT	Não	63,37	20

Fonte: com base nos dados do IPS Brasil.

Tabela 30. Os 20 municípios da Amazônia Legal com menores notas no IPS Brasil 2026.

Município	UF	IPS Brasil 2026	Ranking Amazônia Legal
Marajá do Sena	MA	47,90	753
Cajari	MA	47,87	754
Paranã	TO	47,63	755
Anajás	PA	47,62	756
Oeiras do Pará	PA	47,57	757
Peritoró	MA	47,53	758
Cumaru do Norte	PA	47,43	759
Recursolândia	TO	47,39	760
São Félix do Xingu	PA	47,38	761
Bannach	PA	47,23	762
Trairão	PA	46,82	763
Uruará	PA	46,80	764
Santa Rosa do Purus	AC	46,70	765
Anapu	PA	45,91	766
Pacajá	PA	45,87	767
Amajari	RR	45,58	768
Portel	PA	45,42	769
Alto Alegre	RR	44,72	770
Jacareacanga	PA	44,32	771
Uiramutã	RR	42,44	772*

*Não inclui o município de Boa Esperança do Norte (MT), pois foi criado em 2025.
 Fonte: com base nos dados do IPS Brasil.



• Municípios com desmatamento recente e progresso social

A Amazônia já perdeu cerca de 21% da sua floresta original (Inpe, 2025a). Além disso, os 20 municípios com maior desmatamento recente revelam baixo progresso social (Tabela 31).

Tabela 31. Os 20 municípios da Amazônia Legal com maior desmatamento entre 2020 e 2025 (km²) e o IPS Brasil 2026.

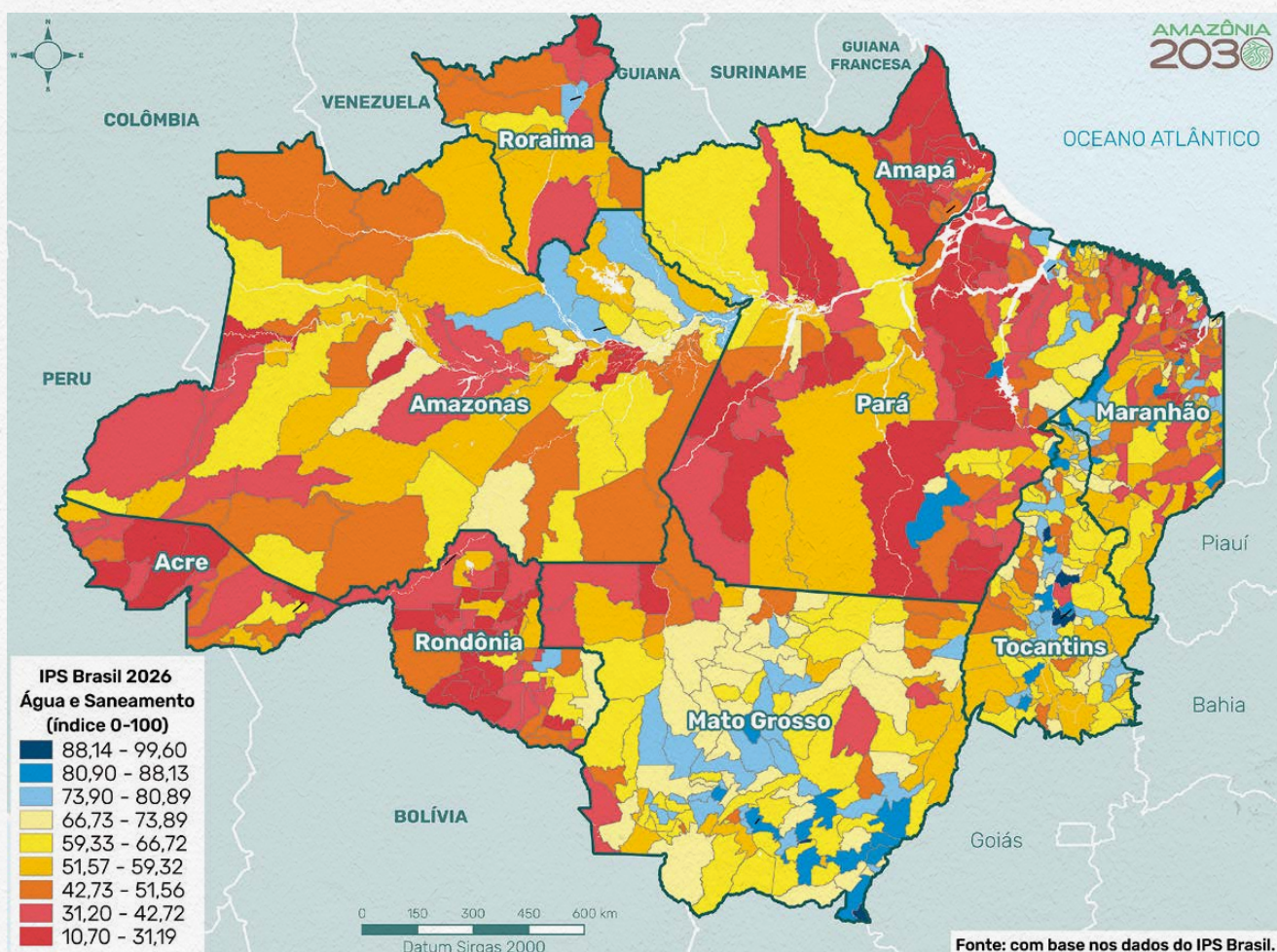
Município	UF	Desmatamento entre 2020 e 2025 (km²)	IPS Brasil 2026	Ranking Brasil	Tier
Altamira	PA	2.803,74	51,19	5.454	8
São Félix do Xingu	PA	2.359,90	47,38	5.558	9
Lábrea	AM	2.108,93	53,88	5.174	7
Porto Velho	RO	2.085,50	58,59	3.718	5
Apuí	AM	1.839,65	49,48	5.518	8
Itaituba	PA	1.334,42	51,27	5.450	8
Colniza	MT	1.309,54	48,85	5.533	8
Novo Progresso	PA	1.266,52	50,61	5.475	8
Portel	PA	1.151,07	45,42	5.567	9
Pacajá	PA	1.071,71	45,87	5.565	9
Novo Aripuanã	AM	974,17	54,24	5.112	7
Uruará	PA	782,08	46,80	5.561	9
Boca do Acre	AM	773,79	54,34	5.093	7
Manicoré	AM	679,87	53,45	5.233	7
Marcelândia	MT	671,03	55,10	4.938	6
Aripuanã	MT	668,60	51,11	5.456	8
Candeias do Jamari	RO	664,21	54,71	5.021	7
Humaitá	AM	661,04	55,99	4.709	6
Novo Repartimento	PA	658,65	49,43	5.519	8
Feijó	AC	618,05	49,20	5.525	8

Fonte: com base nos dados do IPS Brasil e Projeto Prodes, Inpe.

• Componentes do IPS Brasil 2026 para a Amazônia Legal

A Amazônia Legal enfrenta grandes desafios nos componentes Água e Saneamento^[52] (Figura 54) e Acesso ao Conhecimento Básico^[53] (Figura 55). No componente Qualidade do Meio Ambiente, um dos indicadores utilizados é a proporção de áreas verdes urbanas nos municípios. Em geral, as cidades amazônicas possuem as menores taxas de áreas verdes urbanas do Brasil, sendo que as capitais da região concentram as maiores áreas verdes urbanas em hectares (Tabela 32) (MapBiomias Urbano, 2025).

Figura 54. IPS Brasil 2026. Componente Água e Saneamento na Amazônia Legal.



^[52] Os indicadores deste componente são: Abastecimento de Água Via Rede de Distribuição (% de domicílios), Esgotamento Sanitário Adequado (% de domicílios), Índice de Abastecimento de Água (% da população) e Índice de Perdas de Água na Distribuição (% de volume de água perdido).

^[53] Os indicadores deste componente são: Abandono no Ensino Fundamental (% de alunos), Abandono no Ensino Médio (% de alunos), Distorção Idade-Série no Ensino Médio (% de alunos), Evasão no Ensino Médio (% de alunos), Ideb Ensino Fundamental (índice 0-10) e Reprovação Escolar no Ensino Fundamental (% de alunos).

Figura 55. IPS Brasil 2026. Componente Acesso ao Conhecimento Básico na Amazônia Legal.

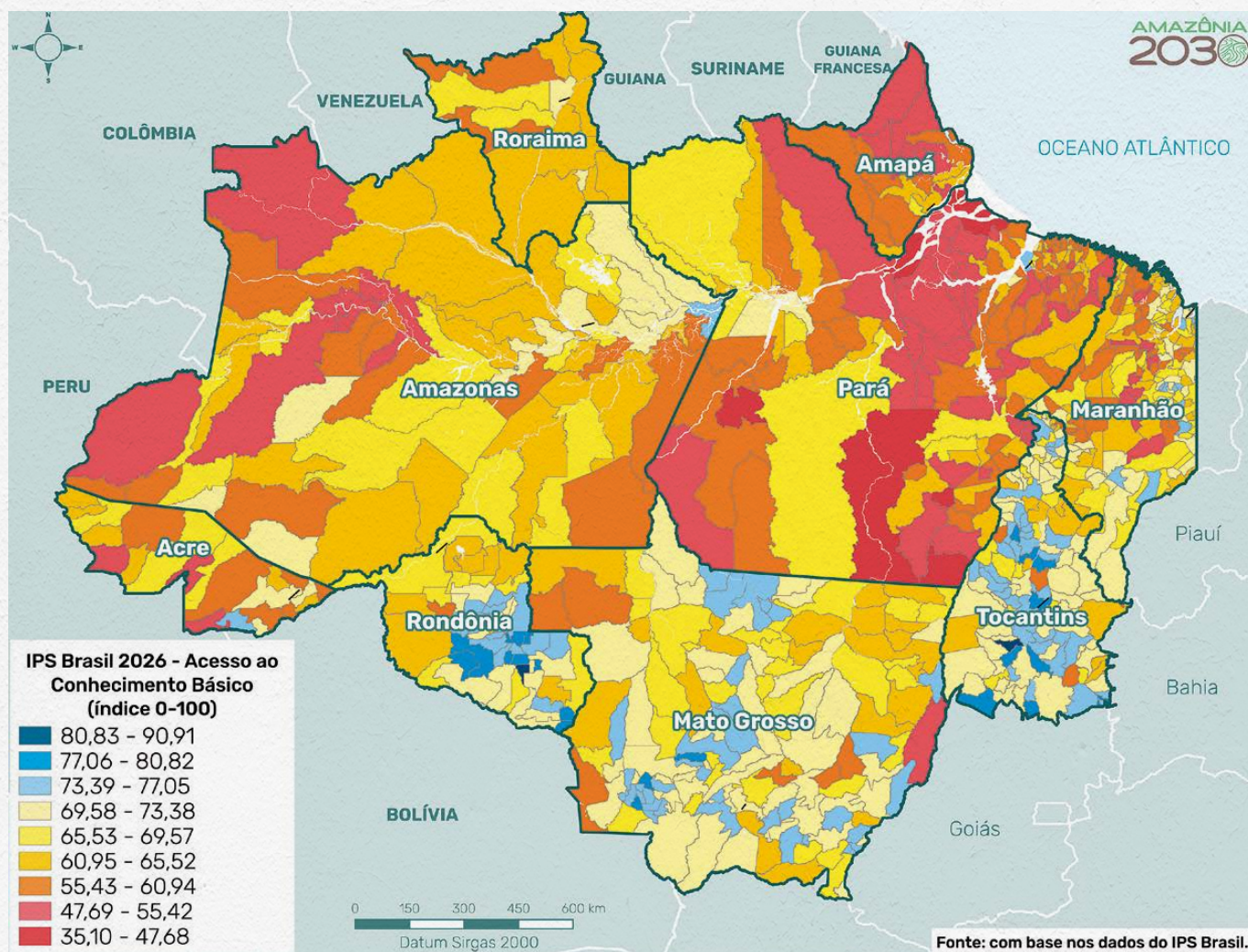


Tabela 32. Os dez municípios da Amazônia Legal com mais áreas verdes urbanas, 2022.

Município	UF	Áreas verdes urbanas (ha)	% de áreas verdes urbanas em relação à área urbana total
Manaus	AM	2.817,8	9,3
São Luís	MA	1.888,5	9,5
Belém	PA	1.466,6	9,0
Cuiabá	MT	1.306,5	7,7
Várzea Grande	MT	1.103,3	11,3
Palmas	TO	993,8	8,5
Imperatriz	MA	784,2	11,3
São José de Ribamar	MA	604,7	9,9
Porto Velho	RO	592,1	4,8
Rio Branco	AC	571,9	6,5

Fonte: com base nos dados do MapBiomas Urbano.

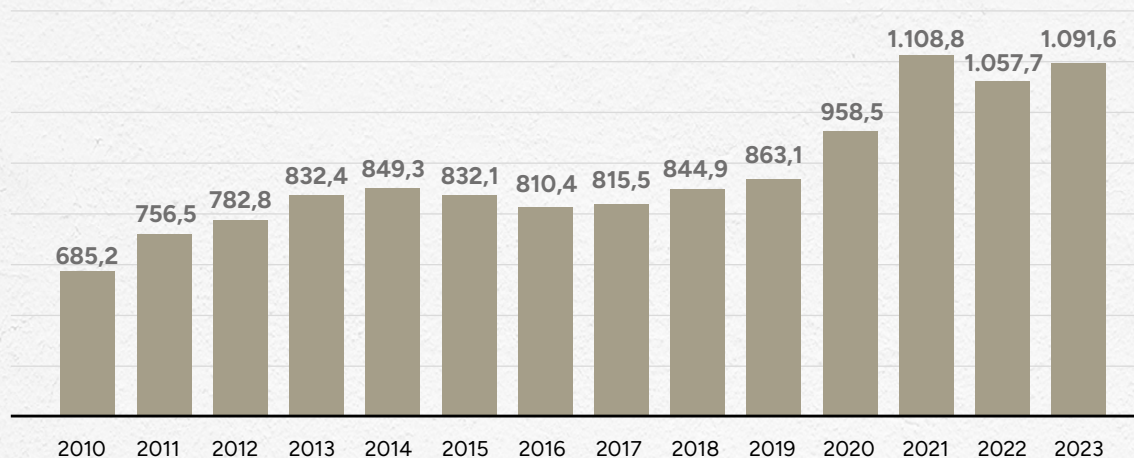


A ECONOMIA DA AMAZÔNIA

• Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB Real^[54] da Amazônia Legal totalizou R\$ 1 trilhão em 2023, uma queda em relação a 2021 (Figura 56), ou apenas quase 10% do PIB do Brasil^[55]. O estado de Mato Grosso (R\$ 285 bilhões) e o Pará (R\$ 266 bilhões) lideram o PIB regional (Figura 57, Tabela 33) (BCB, 2026; IBGE, 2026b).

^[54] Também chamado de PIB a preços constantes.
^[55] PIB Real calculado a partir do PIB Nominal (também conhecido como PIB a preços correntes) divulgado pelo IBGE e índice de inflação IPCA do Banco Central do Brasil (BCB) em relação ao ano 2023. Desse modo, o PIB Real pode variar em relação a outros métodos de cálculo utilizados (BCB, 2026; IBGE, 2026b).

Figura 56. PIB Real (R\$ bilhões) na Amazônia Legal, 2010-2023.

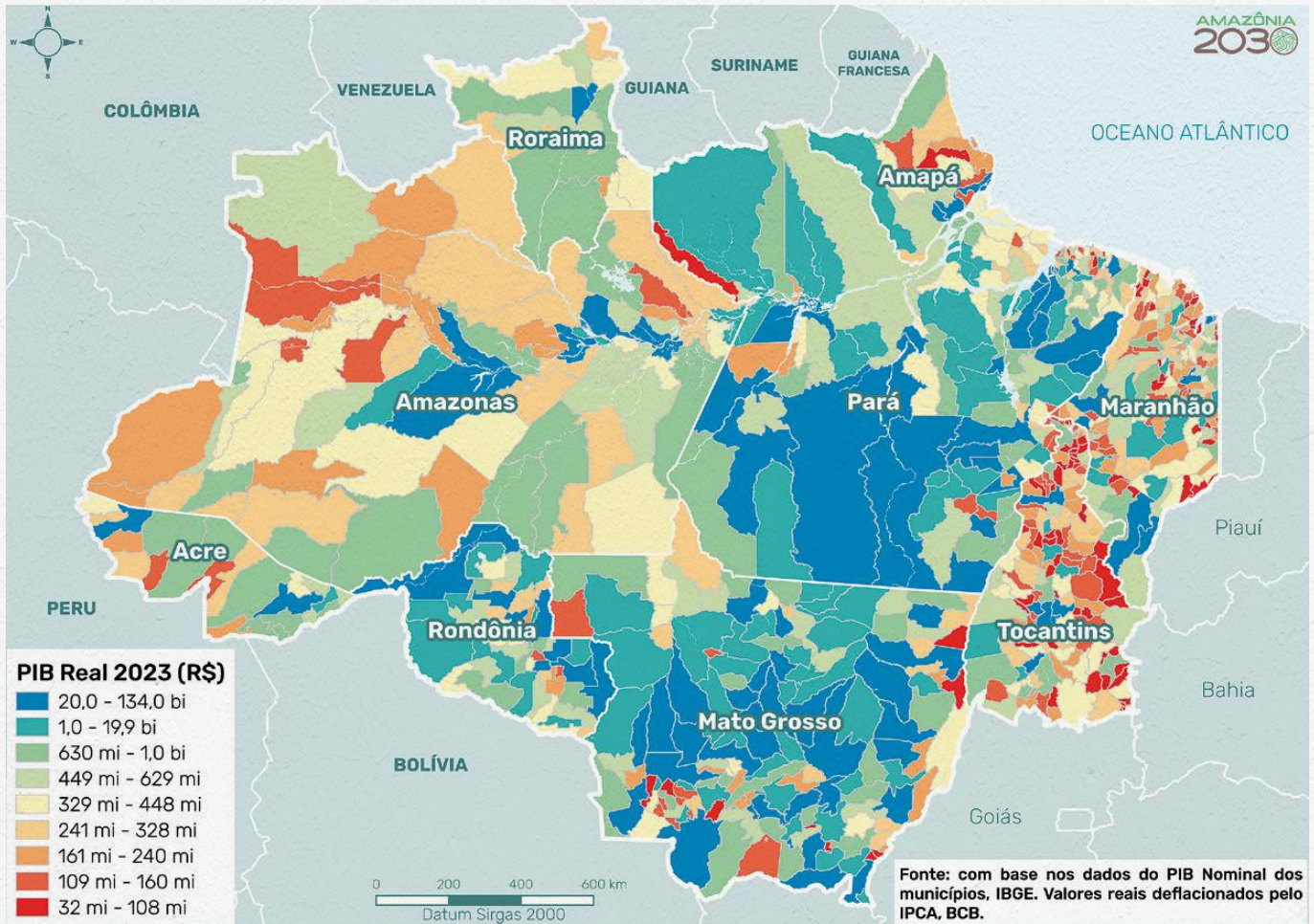
Fonte: com base nos dados do PIB Nominal dos municípios, IBGE.
Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

Tabela 33. PIB Real (R\$ bilhões) por estado da Amazônia Legal, 2002-2023.

Estado	PIB Real (R\$ bilhões)							
	2002	2005	2010	2015	2020	2021	2022	2023
Acre	11,1	12,1	18,7	22,7	21,0	26,0	26,2	27,5
Amapá	11,9	12,2	18,5	23,1	23,5	24,5	26,1	29,3
Amazonas	82,6	95,9	136,6	144,4	147,7	160,2	160,6	169,3
Maranhão	53,4	63,3	93,3	117,9	122,3	137,4	138,9	140,0
Mato Grosso	71,7	96,7	127,0	179,2	227,4	284,3	282,8	285,6
Pará	99,0	114,4	185,6	218,4	274,9	320,2	261,3	266,3
Rondônia	27,9	35,3	53,7	61,0	65,7	70,9	73,9	80,0
Roraima	8,9	9,0	14,9	17,1	20,4	22,2	23,3	26,3
Tocantins	19,9	21,8	36,8	48,3	55,6	63,1	64,4	67,3
Amazônia Legal	386,3	460,8	685,2	832,1	958,5	1.108,8	1.057,7	1.091,6
% do PIB do Brasil	6,9	7,5	7,9	8,3	9,9	10,1	9,5	9,5

Fonte: com base nos dados do PIB Nominal dos municípios, IBGE.
Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

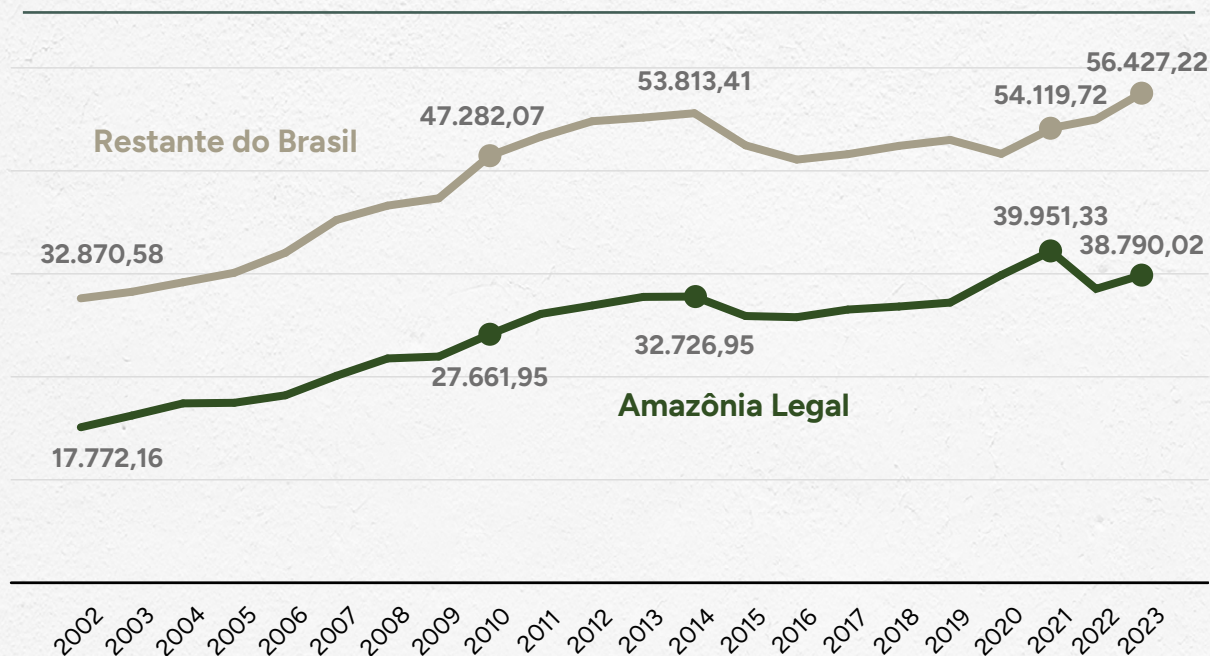
Figura 57. PIB Real (R\$) nos municípios da Amazônia Legal, 2023.



• O PIB *per capita* da Amazônia Legal

O PIB *per capita*^[56] da Amazônia Legal atingiu quase R\$ 39 mil por habitante em 2023 (Tabela 34), enquanto o restante do Brasil obteve R\$ 56,4 mil por habitante no mesmo ano (Figura 58) (BCB, 2026; IBGE, 2025a; IBGE, 2026b).

Figura 58. PIB Real *per capita* (R\$/habitante/ano) da Amazônia Legal e restante do Brasil, 2002-2023.



Fonte: com base nos dados do PIB Nominal dos municípios, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

^[56] PIB *per capita* da Amazônia Legal calculado a partir do PIB Real calculado pela população residente estimada pelo IBGE para cada ano.

Tabela 34. PIB Real *per capita* (R\$/habitante/ano) por estado da Amazônia Legal, 2010-2023.

Estado	PIB Real <i>per capita</i> (R\$/hab./ano)				
	2010	2020	2021	2022	2023
Acre	24.477	24.288	29.983	30.030	31.379
Amapá	26.915	29.933	30.957	32.855	36.684
Amazonas	38.479	35.840	38.513	38.248	39.917
Maranhão	16.907	21.093	23.636	23.853	24.022
Mato Grosso	41.063	62.968	77.533	76.002	75.594
Pará	24.101	32.475	37.586	30.495	30.908
Rondônia	33.796	38.131	40.966	42.617	45.964
Roraima	31.708	31.827	33.852	34.670	37.807
Tocantins	26.367	36.135	40.731	41.360	42.937
Amazônia Legal	27.662	34.794	39.951	37.846	38.790

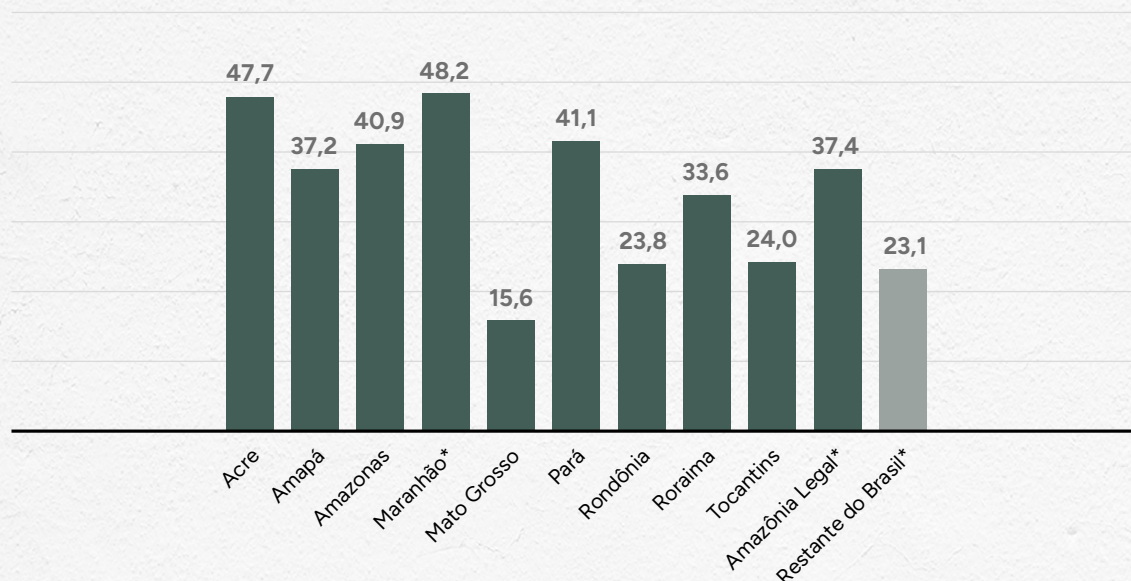
Fonte: com base nos dados do PIB Nominal dos municípios e população residente, IBGE. Valores reais deflacionados pelo IPCA, BCB.

• A pobreza na Amazônia

Cerca de 37% da população da Amazônia Legal encontrava-se em situação de pobreza em 2025 (Figura 59, Tabela 35)^[57] (Ipea, 2025a). A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do IBGE mediu a proporção de pessoas em situação de pobreza a partir da Paridade de Poder de Compra (PPC) de US\$ 4,20, proposta pelo Banco Mundial. Por esse critério, a Amazônia Legal possuía quase 14% de sua população abaixo da linha de pobreza em 2025 (Figura 60) (Ipea, 2025b).

^[57] Mais informações sobre as diferentes faixas de renda que definem pobreza e extrema pobreza disponíveis em: <http://bit.ly/42nJsao>.

Figura 59. Taxa de pobreza nacional (% da população) por estado da Amazônia Legal e restante do Brasil, 2025.



*Rendimento da Amazônia Legal e restante do Brasil referem-se à média ponderada entre os rendimentos dos estados e suas respectivas populações. Inclui todo o estado do Maranhão.

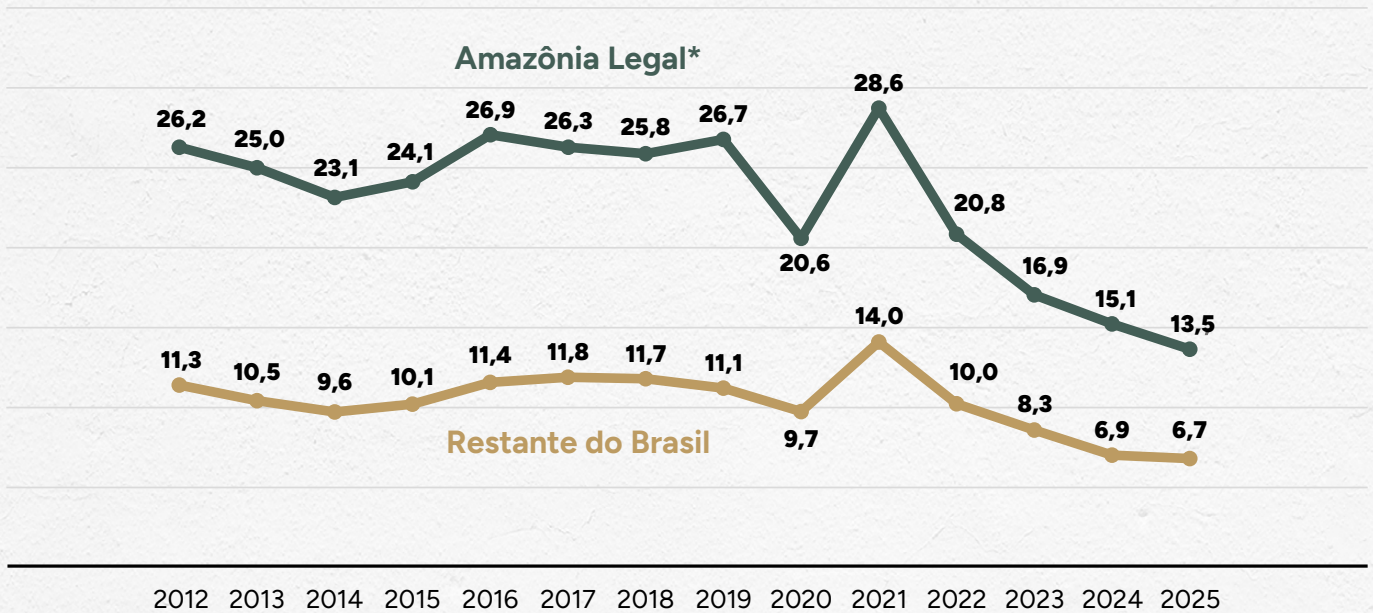
Fonte: com base nos dados do SIS, IBGE.

Tabela 35. Evolução da taxa de pobreza nacional (% da população) por estado da Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2025.

Estado	Taxa de pobreza nacional (% da população)			
	2012	2015	2020	2025
Acre	56,2	54,5	50,3	47,7
Amapá	55,1	51,2	51,2	37,2
Amazonas	55,7	55,1	55,3	40,9
Maranhão*	66,6	63,7	60,2	48,2
Mato Grosso	29,9	26,6	26,9	15,6
Pará	57,5	56,2	51,0	41,1
Rondônia	42,1	40,8	31,6	23,8
Roraima	44,3	41,0	51,5	33,6
Tocantins	50,9	46,1	42,4	24,0
Amazônia Legal*	54,6	52,4	49,2	37,4
Restante do Brasil*	34,1	31,0	31,0	23,1

*Rendimento da Amazônia Legal e restante do Brasil referem-se à média ponderada entre os rendimentos dos estados e suas respectivas populações. Inclui todo o estado do Maranhão.

Figura 60. Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (PPC US\$ 4,20), Amazônia Legal e restante do Brasil, 2012-2025.



* Rendimento da Amazônia Legal e restante do Brasil referem-se à média ponderada entre os rendimentos dos estados e suas respectivas populações. Inclui todo o estado do Maranhão.
Fonte: com base nos dados do PNAD-C, IBGE.

AS PRINCIPAIS INFRAESTRUTURAS DA AMAZÔNIA



A Amazônia possui aeroportos com terminais nas capitais e grandes cidades.



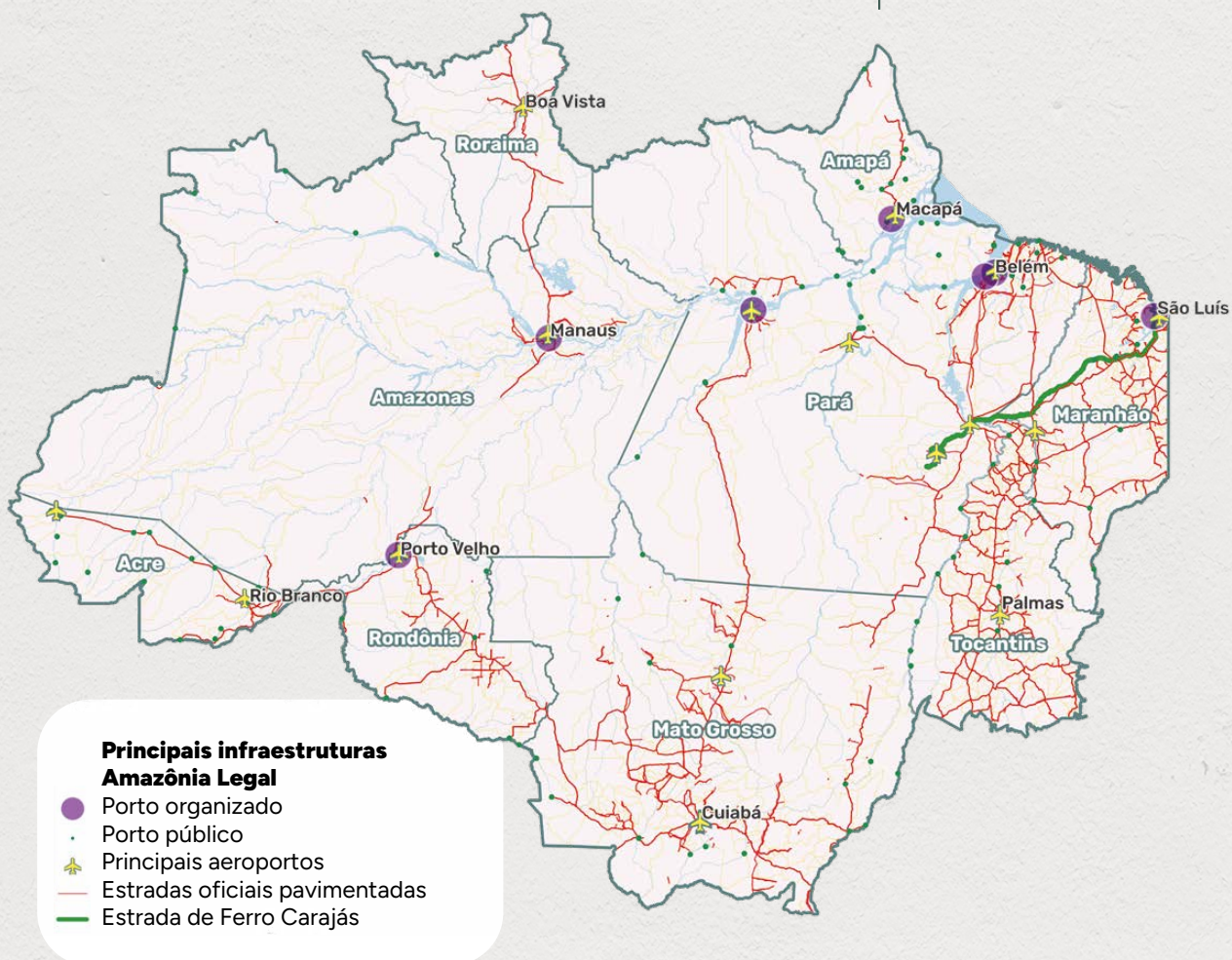
Há portos fluviais de grande porte nas principais cidades, tais como Belém, Manaus, Macapá, Santarém e São Luís.



A rede de estradas oficiais 100% pavimentadas chega a quase 38 mil km.



A Estrada de Ferro Carajás (EFC) conecta as áreas produtoras de minério de ferro no Pará até o Porto de Itaqui, em São Luís, Maranhão.

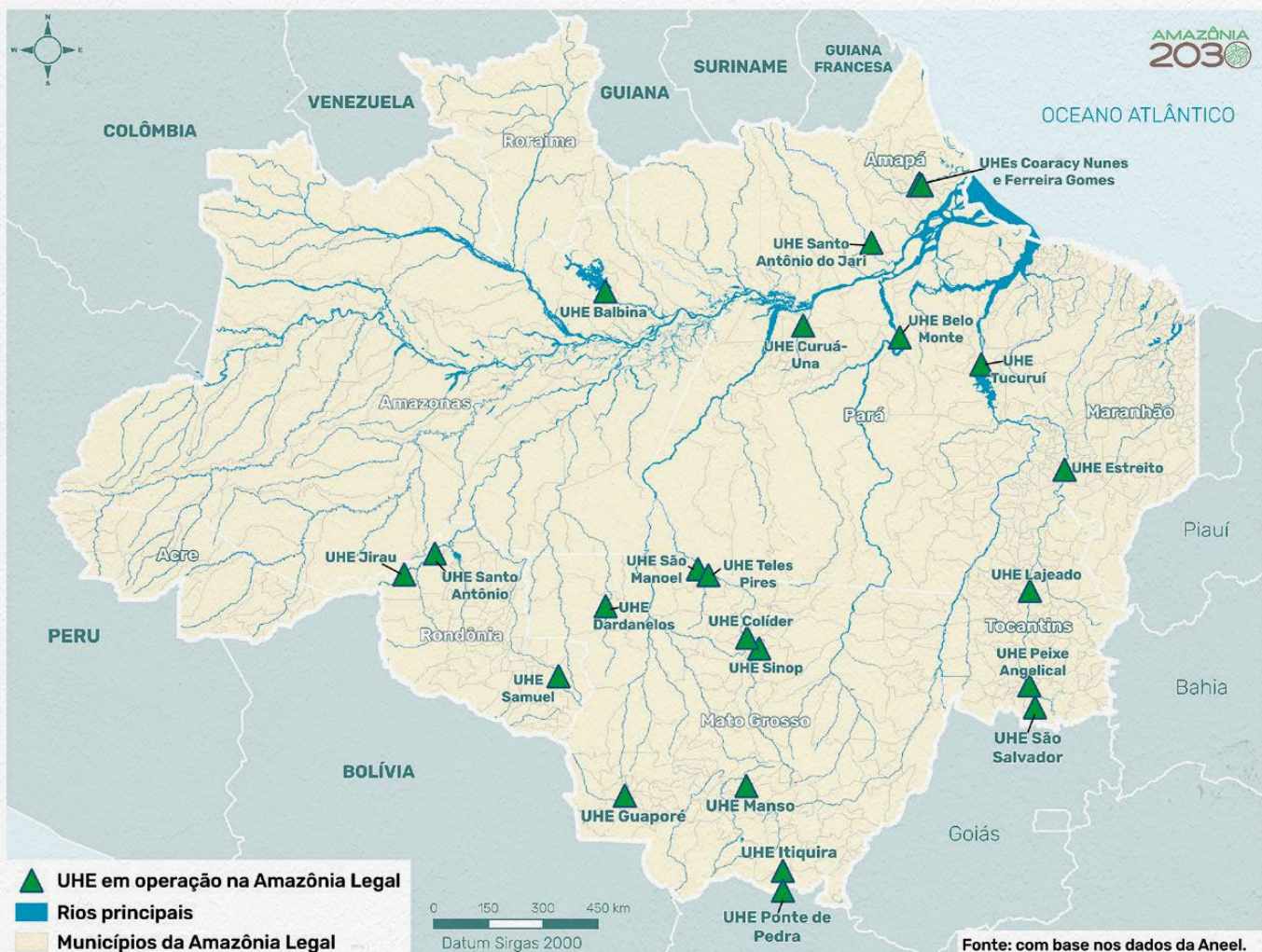


Fonte: DNIT (<http://bit.ly/4mmN7y1>), Anac (<http://bit.ly/4mAAnnK>)

• Energia hidrelétrica

A Amazônia Legal possui 23 hidrelétricas, das quais Belo Monte (11,2 GW), Tucuruí (8,5 GW), Jirau (3,8 GW) e Santo Antônio (3,6 GW) são as principais (Figura 61). A região reúne 34% de toda a potência hídrica brasileira (Aneel, 2025). Em 2023, a Amazônia Legal gerou 21% da energia do país e consumiu apenas 12%, ou seja, exportou energia elétrica para o restante do Brasil (Dutra e Romeiro, 2024).

Figura 61. Usinas hidrelétricas em operação na Amazônia Legal, 2025.





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfenas, Flávia, Francisco Cavalcanti e Gustavo Gonzaga. Mercado de Trabalho na Amazônia Legal: Uma Análise Comparativa com o Resto do Brasil. Amazônia 2030, 2020. <https://bit.ly/45HeX1m>

ANA (Agência Nacional de Águas). Base Hidrográfica Ottocodificada Multiescalas. 2023. <https://bit.ly/4bM7z65>

Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Base de Dados de Hidrelétricas. 2025. <https://bit.ly/3VpbBM2>

Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Hidrovias do Brasil por Tipo. 2024. <https://www.gov.br/antag/pt-br>

BCB (Banco Central do Brasil). Calculadora do Cidadão – Índice de Preços IPCA. 2026. <https://bit.ly/4ebuQQr>

Brasil. Lei no 9.985, de 18 de julho que Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e Dá Outras Providências, 2000. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm

Brito, Brenda, João Almeida, Priscila Gomes e Ricardo Salomão. Dez Fatos Essenciais sobre Regularização Fundiária na Amazônia. Imazon, 2021. <https://bit.ly/3XfRh0K>

Dutra, Joisa e Diogo Romeiro. Caminhos para a Transição Energética na Amazônia. Amazônia 2030, 2024. <https://bit.ly/3ErPILT>

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Base de Dados de Cobertura da Vegetação 1:250.000, no Recorte ao Milionésimo. 2021. <https://bit.ly/4c2HaRg>

IBGE. Censo Demográfico 2022. 2024a. <https://bit.ly/458nOb0>

IBGE. Censo Demográfico 2022: População por Cor ou Raça – Resultados do Universo. 2024b. <https://bit.ly/3VrvLot>

IBGE. População Residente Estimada: Estimativas de População – EstimaPop até 2025. 2025a. <https://bit.ly/3RkXdIX>

IBGE. Áreas Territoriais dos Municípios Brasileiros. 2025b. <https://bit.ly/4e5ojH3>

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). 2025c. <https://bit.ly/4e9svWo>

IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). 2025d. <https://bit.ly/45ecdHx>

- IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM). 2025e. <https://bit.ly/3KtKauk>
- IBGE. Censo Demográfico 2022: Etnias e Línguas Indígenas – Principais Características Sociodemográficas. 2025f. <https://bit.ly/4qxuOnU>
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C). 2025g. <https://bit.ly/3RIhAzp>
- IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Padrão de Vida e Distribuição de Rendimentos. 2025h. <https://bit.ly/3X9bBRv>
- IBGE. Macrocaracterização dos Recursos Naturais do Brasil: Províncias Estruturais, Compartimentos de Relevo, Tipos de Solos, Regiões Fitoecológicas e Outras Áreas. 2026a. <https://bit.ly/4gJUKOC>
- IBGE. Produto Interno Bruto dos Municípios até 2023. 2026b. <https://bit.ly/3wZ7SLR>
- Incrá (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Assentamentos Rurais e Terras Quilombolas. 2023. <https://bit.ly/4bHg16A>
- Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – Projeto Prodes. 2025a. <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/>
- Inpe. Monitoramento do Bioma Cerrado e Pantanal por Satélite – Projeto Prodes. 2025b. <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br>
- Inpe. Banco de Dados de Queimadas: Focos de Calor. 2026a. <https://data.inpe.br/queimadas/bdqueimadas/>
- Inpe. Banco de Dados de Queimadas: Área Queimada AQ1km. 2026b. <https://bit.ly/4gJVQtl>
- Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Taxa de Pobreza Nacional do SIS/IBGE. 2025a. <https://bit.ly/4xTJDs7>
- Ipea. Proporção de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza de PPC US\$ 4,20. 2025b. <https://bit.ly/4xTJDs7>
- ISA (Instituto Socioambiental). Áreas Protegidas: Shapefile. 2023. [Dados não publicados].
- Kuhn, Paulo A. F., Rodrigo L. G. Dallarosa, Euzébio B. Souza e Raimundo C. Senna. Hidrologia da Amazônia dos Rios da Amazônia. *Coleção Caderno da Amazônia*. Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, 2009. 80 p.
- Lopes, Cristina L. e Joana Chiavari. Bioeconomia na Amazônia: Análise Conceitual, Regulatória e Institucional. *Amazônia 2030*, 2022. <https://bit.ly/49VzUXc>
- MapBiomás. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo dos Países da Pan-Amazônia – Cobertura do Solo Classe Nível 1 Coleção 6. 2024. <https://bit.ly/4a239rt>
- MapBiomás. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – Mineração (Garimpo e Mineração Industrial) Classe Nível 1 Coleção 11 2025. 2026a. <https://bit.ly/4a239rt>
- MapBiomás. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – Cobertura do Solo Classe Nível 1 Coleção 11. 2026b. <https://bit.ly/3V7iZKM>
- MapBiomás Água. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – Superfície de Água Coleção 5. 2026. <https://brasil.MapBiomás.org/metodo-MapBiomás-água/>

MapBiomass Urbano. Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo do Brasil – MapBiomass Urbano com Uso de Sensor *Sentinel* 10 m. 2025. <https://bit.ly/3W8QzS4>

MS (Ministério da Saúde). Sistema de Informações de Mortalidade (SIM): Óbitos por Homicídios (Agressões). 2025. <https://bit.ly/4bHgSEk>

Pereira, Leila A. R., Rafael Pucci e Rodrigo R. Soares. Da Exploração Ilegal de Recursos Naturais ao Tráfico Internacional de Cocaína: Padrões de Violência na Amazônia Brasileira. *Amazônia 2030*, 2026. <https://bit.ly/4qBv9eg>

Pinto, Gustavo R. S. e João Pedro Arbache. Quando a Fonte Seca: As Ameaças do Desmatamento da Amazônia para a Economia Brasileira. *Amazônia 2030*, 2025. <https://bit.ly/4qDY4hK>

Raisg (Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada). *Amazônia: Floresta Estável 1985 – 2022*. 2024. <https://bit.ly/3UktqOi>

Rede Simex. Mapeamento da Exploração Madeireira na Amazônia - Agosto 2023 a Julho 2024. Belém: Imazon, Idesam, Imaflora e ICV. 2025. <https://bit.ly/4ggLDUO>

Santos, Daniel, Manuele Lima, Ágatha Vilhena, Arthur França, Caíque Silva e Beto Veríssimo. *Fatos da Amazônia. Amazônia 2030*, 2025. [Fatos da Amazônia – 2025 – AMZ2030](https://bit.ly/4gZ2030)

SEEG. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa. 2025. <https://bit.ly/4eIUP8b>

Schutze, Amanda e Rhayana Holz. Retrato da Energia na Amazônia Legal e a Democratização dos Dados. Climate Policy Initiative. 2023. <https://bit.ly/459ecwM>

Simineral. 2022. Boletim Indústria Mineral do Pará 2022. <http://bit.ly/4m09qbM>

Smeraldi, Roberto e Manuele Lima Santos. *A Década do Açaí. Amazônia 2030*. 2021. <https://bit.ly/3Gm0KgJ>

Soares, Rodrigo R., Pereira, Leila e Rafael Pucci. *Ilegalidade e Violência na Amazônia. Amazônia 2030*. 2021. <https://bit.ly/4d1KJsR>

Souza Jr. Carlos, Silva, S. R., Schirmbeck, L. W., Ribeiro, J., Ferreira, B., Brandão, I. e Cícero Augusto. *Desafios e Oportunidades para a Proteção, Conservação e Manejo de Áreas Úmidas do Bioma Amazônia*. 2025 Belém: Imazon. <https://bit.ly/4c6s2op>

Veríssimo, Beto, Juliano Assunção, Paulo Barreto. Manuele Lima e Daniel Santos. *As Cinco Amazonas: Bases para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal*. *Amazônia 2030*, 2022. <https://bit.ly/4cHxj4V>

Wilm, Melissa, Daniel Santos, Luana Coelho, Sérgio Marangoni, Ricardo Chaves Lima, Gabriel Gonçalves e Beto Veríssimo. *Índice de Progresso Social Brasil 2026*. *Amazônia 2030*, 2026. <https://bit.ly/4qtIeHk>

WWF. “Mapa dos biomas e ecótonos do Brasil”. In *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. Estação Liberdade & ISA, 2000.



ANEXOS

ANEXO 1 – DEFINIÇÕES DAS REGIÕES FITOECOLÓGICAS DA AMAZÔNIA LEGAL^[1]

Região Fitoecológica	Definição
Floresta Ombrófila Densa	Caracterizada por vegetação com afinidade por chuvas abundantes e constantes, com período de estiagem total muito curto (até 3 meses). Fisionomicamente, possui dossel fechado, contínuo e denso, com árvores de grande porte (de 30 a 40 m de altura), elevada densidade biológica, forte estratificação vertical e grande abundância de lianas (cipós lenhosos), epífitas (orquídeas e bromélias) e briófitas. Possui quatro subformações.
Floresta Ombrófila Aberta	Caracterizada por um dossel mais aberto e descontínuo em relação à Floresta Ombrófila Densa, a Floresta Ombrófila Aberta apresenta penetração direta de luz solar até os estratos inferiores, o que favorece o desenvolvimento de vegetação como palmeiras, bambus, cipós ou sororocas. Essa tipologia também possui quatro subformações.
Contato (Áreas de Tensão Ecológica)	Correspondem às zonas de transição florística e estrutural onde duas ou mais regiões fitoecológicas ou formações vegetais se encontram e se interpenetram. Na Amazônia Legal, representam faixas de transição espacial e ecológica nos biomas da região.

^[1] Adaptado do Manual Técnico da Vegetação Brasileira (IBGE, 2012; IBGE, 2026), disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf>.

Região Fitoecológica	Definição
Savana	Caracterizada por vegetação de fisionomia xeromorfa, composta por estrato contínuo herbáceo e estrato lenhoso descontínuo de árvores. Além disso, apresenta arbustos de tortuosidade marcante, com casca espessa, folhas coriáceas e raízes profundas, adaptadas ao clima com estação seca bem definida (até 6 meses).
Floresta Estacional Sempre-Verde	Possui tipologia florestal estacional que, apesar de estar submetida a um clima com período seco forte (até 5 meses), mantém sua folhagem predominantemente verde (perenifólia) ao longo de todo o ano. Ocorre na transição entre a Amazônia e do Cerrado no estado do Mato Grosso.
Campinarana	Região fitoecológica estritamente associada a solos arenosos, extremamente pobres em nutrientes, muito ácidos e mal drenados. Trata-se de uma vegetação típica do alto e médio rio Negro (Amazonas) e bacia do rio Branco (Roraima), apresentando alto grau de endemismo.
Formação Pioneira	Corresponde às áreas de vegetação de primeira ocupação que se desenvolvem sob condições ambientais extremas. Segundo o IBGE, incluem os mangues, as restingas, os campos salinos e as várzeas. Ocorrem principalmente no litoral do Amapá, Pará e Maranhão.
Floresta Estacional Decidua	Condicionada por duas estações bem definidas, essa vegetação apresenta mais de 50% das árvores de dossel perdendo suas folhas no período de estiagem (período seco prolongado superior a 4 ou 5 meses), adaptando-se fisiologicamente ao estresse hídrico severo.
Refúgio Vegetacional	Vegetações isoladas que abrigam remanescentes de formações pretéritas que sobreviveram a mudanças paleoclimáticas e geológicas, hoje confinadas a nichos ecológicos muito específicos. Ocorrem em áreas específicas do sul do Pará e norte de Mato Grosso.

ANEXO 2 – DEFINIÇÕES DA GEOMORFOLOGIA DA AMAZÔNIA LEGAL.^[2]

Geomorfologia	Definição
Depressões	Caracterizam-se por possuir uma forma de relevo plano ou suavemente ondulado, resultante de prolongados processos de erosão e denudação continental. Apresentam baixa altitude, planaltos circundantes e declividades geralmente suaves. Na Amazônia Legal, as depressões ocupam grande parte da superfície territorial, atuando como áreas de transição entre as calhas dos grandes rios e as bordas dos crátons e bacias sedimentares.
Planaltos	Definidos por apresentarem estrutura de relevo de topo plano, ondulado ou movimentado, onde os processos de erosão superam sensivelmente os de aggradação e sedimentação. São sustentados por rochas cristalinas ou sedimentares resistentes e delimitados por escarpas ou rampas de denudação. Na Amazônia Legal, os planaltos desempenham papel divisor de águas entre as principais bacias hidrográficas.
Planícies	Correspondem às áreas com superfície plana ou horizontal, onde os processos de aggradação (deposição de sedimentos recentes) superam os processos de erosão. Na Amazônia Legal, as planícies ocorrem em áreas de baixas altitudes, associadas aos sistemas fluviais, lacustres, estuarinos e litorâneos.
Patamares	Caracterizados por uma fisionomia de relevo em o degraus ou escalonada, constituída por degraus intermediários, posicionados entre níveis topográficos mais elevados (planaltos) e áreas rebaixadas (depressões ou planícies). Na Amazônia Legal, os patamares são observados principalmente nas bordas de transição de grandes rios e bacias sedimentares, como o rio Amazonas no norte do Pará e Amapá.

^[2] Adaptado do Manual Técnico da Geomorfologia Brasileira (IBGE, 2009; IBGE, 2026), disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66620.pdf>.

Geomorfologia	Definição
Tabuleiros	Possuem relevo plano ou suavemente ondulado, com topos aplainados desenvolvidos essencialmente sobre coberturas sedimentares pouco consolidadas. Essas formações são delimitadas por vales entalhados em 'V' ou encostas íngremes. Na Amazônia Legal, ocorrem com destaque no baixo Amazonas, na zona bragantina do Pará e ao longo do litoral do Amapá e do Pará.
Chapadas	Definidas por possuírem forma de relevo tabular de altitude elevada (300 ou 400 m), com topo plano ou horizontalizado, sustentado por rochas sedimentares e delimitado por escarpas íngremes e bem demarcadas. Na Amazônia Legal, as chapadas têm expressão marcante no domínio do cerrado amazônico e nas áreas de transição estrutural nos estados de Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.
Serra	Termo aplicado ao conjunto de cristas, alinhamentos montanhosos ou relevos movimentados com forte declividade, topos aguçados ou convexos e grande desnível topográfico em relação ao relevo do entorno. Em geral, é associada a falhamentos, dobramentos e intrusões rochosas de maior resistência erosiva. Na Amazônia Legal, as serras correspondem aos pontos de maior altitude do Brasil, situadas principalmente nos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso.

ANEXO 3 – DEFINIÇÕES DOS PRINCIPAIS SOLOS DA AMAZÔNIA LEGAL.^[3]

Solo	Definição
Argissolo	Solos constituídos por um nítido acúmulo de argila no horizonte B em relação aos horizontes superficiais, resultante de iluviação ou intemperismo diferencial. Geralmente são ácidos, de baixa fertilidade natural (distróficos ou alíticos) e suscetíveis à erosão quando desprovidos de cobertura vegetal, devido ao gradiente textural entre as camadas.
Latossolo	Solos minerais , profundos, bem drenados, altamente intemperizados e friáveis, com estrutura granular de exposição desenvolvida (microagregada, parecida com ‘pó de café’), e dominância de caulinita e óxidos de ferro e alumínio. Apesar da baixa fertilidade química natural, possuem excelentes propriedades físicas (alta permeabilidade, facilidade de mecanização e profundidade), sustentando grandes massas florestais e áreas agrícolas.
Neossolo	Solos pouco evoluídos, formados por material mineral ou orgânico, sem horizonte B diagnóstico desenvolvido. Decorrem da pouca atuação dos fatores de pedogênese (seja por reduzido tempo, natureza do substrato rochoso resistente ou drenagem restrita).
Plintossolo	Solos formados em condições de restrição temporária de drenagem (flutuação do lençol freático), caracterizados pela presença marcante de um horizonte com plintita – material constituído por segregações de ferro.
Gleissolo	Solos constituídos por material mineral, hidromórficos, caracterizados pela presença de redução do ferro (gleização), o que confere ao solo cores acinzentadas, esverdeadas ou azuladas, frequentemente com mosqueados. Na Amazônia Legal, sua ocorrência está restrita às áreas rebaixadas, tais como planícies fluviais, terraços baixos, igapós, várzeas e depressões de inundação.
Espodossolo	Solos minerais caracterizados pela presença do horizonte B com acumulação iluvial de matéria orgânica associada ao alumínio e/ou ferro. São solos arenosos, extremamente ácidos, muito intemperizados e fortemente lixiviados.

^[3] Adaptado do Manual Técnico de Pedologia (IBGE, 2015; IBGE, 2026), disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95017.pdf>.

Solo	Definição
Luvissolo	Solos minerais caracterizados pela presença de horizonte B com dominância de argilas de alta atividade. São solos raros, que ocorrem de forma pontual nas áreas periféricas da Amazônia, por exemplo, nas zonas de transição para o clima mais seco ou estacional do Maranhão e do Mato Grosso. Possuem boa fertilidade natural, mas são susceptíveis à secagem rápida e à erosão.
Cambissolo	Solos em estágio incipiente de evolução, caracterizados pelo baixo grau de intemperismo e associados a relevos mais movimentados e acidentados (encostas de serras e planaltos dissecados) ou sobre materiais rochosos mais recentes, com fragmentos de rocha (cascalho).
Nitossolo	Solos minerais , profundos e bem drenados, de coloração avermelhada ou brunada, caracterizados pela presença de um horizonte B com teor de argila elevado e uniforme. Com alta fertilidade, possuem ocorrência pontual e restrita na Amazônia Legal.





LISTA DE ESTUDOS AMZ2030

POR ORDEM DE LANÇAMENTO

Alfenas, Flávia, Francisco Cavalcanti e Gustavo Gonzaga. Mercado de trabalho na Amazônia Legal: Uma Análise Comparativa com o Resto do Brasil. Amazônia 2030, 2020. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202011.ed1.puc>

Coslovsky, Salo. Oportunidades para Exportação de Produtos Compatíveis com a Floresta na Amazônia Brasileira. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202104.ed2>

Santos, Daniel, Rodney Salomão e Adalberto Veríssimo. Fatos da Amazônia 2021. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202103.ed3>

Pinto, Andréia, Paulo Amaral, Rodney Salomão, Luís Oliveira Jr., Carlos Alexandre da Cunha e Lucas Figueiredo. Restauração Florestal em Larga Escala na Amazônia: O Potencial da Vegetação Secundária. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202104.ed4.imazon>

Brito, Brenda, Jeferson Almeida e Pedro Gomes. Legislação Fundiária Brasileira Incentiva Grilagem e Desmatamento na Amazônia. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202104.ed5.imazon>

Lima Filho, Francisco Luis, Arthur Bragança e Juliano Assunção. Um Novo Modelo de Negócios É Necessário para Aumentar a Produtividade da Pecuária na Amazônia. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202105.ed6.cpi>

Schutze, Amanda, Rhayana Holz e Juliano Assunção. Aprimorando a Zona Franca de Manaus: Lições da Experiência Internacional. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202106.ed7.cpi>

Gandour, Clarissa. Políticas Públicas para Proteção da Floresta Amazônica: O que Funciona e Como Melhorar. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202107.ed8.cpi>

Coslovsky, Salo. Como a Bolívia Dominou o Mercado Global de Castanha-do-Brasil? Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202108.ed9>

Alfenas, Flávia, Francisco Cavalcanti e Gustavo Gonzaga. Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal: Agropecuária. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202108.ed10.puc>

Barreto, Paulo. Políticas para Desenvolver a Pecuária na Amazônia sem desmatamento. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202109.ed11.imazon>

Smeraldi, Roberto. Conhecendo o Sistema Comida na Amazônia. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202110.ed12>

Gonzaga, Gustavo, Francisco Cavalcanti e Flávia Alfenas. Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal: Setor Público. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202110.ed13.puc>

Gonzaga, Gustavo, Francisco Cavalcanti e Flávia Alfenas. Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal: Serviços. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202110.ed14.puc>

Gonzaga, Gustavo, Francisco Cavalcanti e Flávia Alfenas. Dinamismo de Emprego e Renda na Amazônia Legal: Ocupações Qualificadas e de Liderança. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202110.ed15.puc>

Coslovsky, Salo, Roberto Smeraldi e Manuele Lima. Amazônia: Territórios da Comida. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202111.ed16>

Smeraldi, Roberto e Manuele Lima. A Década do Açaí. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202111.ed17>

Smeraldi, Roberto e Manuele Lima. Cacau Fino ou Commodity: Opções para a Amazônia. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202111.ed18>

Smeraldi, Roberto e Manuele Lima. Mandioca: Entre Subsistência e Negócio. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202111.ed19>

Rocha, Rudi, Marcela Camargo, Lucas Falcão, Mariana Silveira e Gabriela Thomazinho. Saúde na Amazônia Legal: Evolução Recente e Desafios em Perspectiva Comparada. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202111.ed20>

Smeraldi, Roberto e Manuele Lima. Menos Boi, Mais Carne. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202111.ed21>

Coslovsky, Salo. Estratégias para o Desenvolvimento da Amazônia Brasileira: Lições Aprendidas dos Arranjos Pré-Competitivos. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202111.ed22>

Santos, Daniel, Adalberto Veríssimo, Paulo Seifer e Marcelo Mosaner. Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira: IPS Amazônia 2021. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202112.ed23>

Cruz, Tássia e Juliana Portella. A Educação na Amazônia Legal: Diagnóstico e Pontos Críticos. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202112.ed24>

Cruz, Tássia e Juliana Portella. A Educação Profissional na Amazônia Legal. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202112.ed25>

Soares, Rodrigo R., Leila Pereira e Rafael Pucci. Ilegalidade e Violência na Amazônia. Amazônia 2030, 2021. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202112.ed26>

Costa, Carlos Eugênio, Valdemar Pinho Neto e Marcos Paulo F. Duarte. Finanças Públicas na Amazônia: Serviços e Resultados Educacionais. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202201.ed27>

Rocha, Rudi, Marcela Camargo, Lucas Falcão, Mariana Silveira e Gabriela Thomazinho. A Saúde na Amazônia Legal: Análise Qualitativa sobre Desafios e Boas Práticas. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202202.ed28>

Strassburg, Bernardo, Paulo D. Branco, Álvaro Iribarrem, Agnieszka Latawiec, Carolina Salcedo *et al.* Identificando Áreas Prioritárias para Restauração: Bioma Amazônia. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202202.ed29>

Moutinho, Paulo, Ane Alencar, Marcelo Stabile, Martha Fellows, Caroline Salomão *et al.* Destinação de Florestas Públicas: Um Meio de Combate à Grilagem e ao Desmatamento Ilegal na Amazônia. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202202.ed30>

Chein, Flávia e Igor Vieira Procópio. As Cidades na Amazônia Legal: Diagnóstico, Desafios e Oportunidades para Urbanização Sustentável. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202202.ed31>

Costa, Carlos Eugênio, Valdemar Pinho Neto e Marcos Paulo F. Duarte. Finanças Públicas na Amazônia: Sacrifícios e Bem-estar. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202203.ed33>

Turra, Cássio, José Irineu R. Rigotti, Fernando Fernandes e Renato Hadad. A Dinâmica Demográfica da Amazônia Legal: População e Transição Demográfica na Região Norte do Brasil. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202203.ed32>

Guimarães, Jayne, Paulo Amaral, Andréia Pinto e Rodney Salomão. Oportunidades para a Restauração Florestal em Larga Escala no Bioma Amazônia Priorizando a Vegetação Secundária. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202203.ed34.imazon>

Rocha, Rudi, Marcela Camargo, Lucas Falcão, Mariana Silveira e Gabriela Thomazinho. A Saúde na Amazônia Legal: Uma Agenda para Ação. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202203.ed35>

Gonzaga, Gustavo e Francisco Cavalcanti. Desigualdades no Mercado de Trabalho por Gênero: Evidências para a Amazônia Legal. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202204.ed36.puc>

Rigotti, José Irineu R., Cassio M. Turra, Renato Hadad e Fernando Fernandes. A Dinâmica Demográfica da Amazônia Legal: Migrações na Amazônia Legal. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202204.ed37>

Souza, Maria Lucimar, Ane Alencar, Erika Pinto, Isabel Castro, Caroline Salomão *et al.* Assentamentos Rurais da Amazônia: Diretrizes para a Sustentabilidade. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202205.ed38>

Araújo, Rafael, Arthur Bragança e Juliano Assunção. Acessibilidade na Amazônia Legal: Mensurando o Acesso a Mercado. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202205.ed39.cpi>

Araújo, Rafael, Arthur Bragança e Juliano Assunção. Acessibilidade na Amazônia Legal: Delimitação da Área de Influência e Riscos Ambientais. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202205.ed40.cpi>

Araújo, Rafael, Arthur Bragança e Juliano Assunção. Acessibilidade na Amazônia Legal: Soluções Digitais. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202205.ed41.cpi>

Gonzaga, Gustavo e Francisco Cavalcanti. Desigualdades no Mercado de Trabalho por Raça: Evidências para a Amazônia Legal. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202206.ed42.puc>

Brito, Brenda. Regularização Fundiária em Áreas Federais na Amazônia Legal: Lições, Desafios e Recomendações. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202206.ed43.imazon>

Pietracci, Breno, Julia Paltseva, Steve Schwartzman e Ruben Lubowski. Oportunidades Financeiras para o Brasil com a Redução do Desmatamento na Amazônia. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202206.ed44>

Holz, Rhayana, Amanda Schutze e Juliano Assunção. A Atuação do BNDES na Amazônia Legal. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202206.ed45.cpi>

Brito, Brenda e Pedro Gomes. Propostas para um Ordenamento Territorial na Amazônia que Reduza o Desmatamento. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202206.ed46.imazon>

Turra, Cássio M., Irineu Rigotti, Fernando Fernandes e Renato Hadad. Os Dividendos Demográficos na Amazônia Legal. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202206.ed47>

Cruz, Tássia e Juliana Portella. A Educação na Amazônia Legal: Políticas de Educação Profissional. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202207.ed48>

Santos, Daniel, Manuele Lima e Beto Veríssimo. Fatos da Amazônia: Meio ambiente e Uso do Solo. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202208.ed49>

Veríssimo, Beto, Juliano Assunção e Paulo Barreto. O Paradoxo Amazônico. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202209.ed50>

Lopes, Cristina e Joana Chiavari. Bioeconomia na Amazônia: Análise Conceitual, Regulatória e Institucional. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202209.ed51.cpi>

Veríssimo, Beto, Juliano Assunção, Paulo Barreto, Manuele Lima e Daniel Santos. As Cinco Amazônias: Bases para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal. Amazônia 2030, 2022. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202211.ed52>

Santos, Daniel, Beto Veríssimo e Manuele Lima. Fatos da Amazônia: Socioeconomia. Amazônia 2030, 2023. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202301.ed53>

Treccani, Girolamo, Aianny Monteiro, Dauana Ferreira, Brenda Brito e Pedro Gomes. Combate à Grilagem de Terras em Cartórios no Pará: Uma Década de Avanços e Desafios. Amazônia 2030, 2023. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202301.ed54>

Coslovsky, Salo. Oportunidades para Aprimoramento da Cacaucultura na Amazônia Brasileira. *Amazônia 2030*, 2023. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202303.ed55>

Gandour, Clarissa, Beto Veríssimo e Juliano Assunção. Desmatamento Zero e Ordenamento Territorial: Fundamentos para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. *Amazônia 2030*, 2023. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202304.ed57>

Smeraldi, Roberto e Saulo Jennings. *Soft power*, gastronomia e Amazônia. *Amazônia 2030*, 2023. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202305.ed57>

Coslovsky, Salo. Mesas Executivas de Exportação e o Fomento aos Produtos Compatíveis com a Floresta na Amazônia. *Amazônia 2030*, 2023.

<http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202306.ed58>

Fajardo, Washington, André Luiz Pinto, Tatiana Maia Lins e Victor Barone. Cidades Amazônicas: Um Chamado à Ação. *Amazônia 2030*, 2023. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202307.ed59.consultoria>

Santos, Daniel, Manuele Lima, Melissa Wilm, Paulo Seifer e Beto Veríssimo. Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira: IPS Amazônia 2023. *Amazônia 2030*, 2023. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202307.ed60>

Assunção, Juliano e José Alexandre Scheinkman. Carbono e o Destino da Amazônia. *Amazônia 2030*, 2023. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202309.ed61.cpi>

Barreto, Paulo, Ritaumaria Pereira e Arthur José da Silva Rocha. Da Escassez à Abundância: O Caso da Pecuária Bovina na Amazônia. *Amazônia 2030*, 2024. <http://doi.org/10.59346/report.amazonia2030.202402.ed62.cpi>

Santos, Daniel, Manuele Lima, Beto Veríssimo e Caíque Silva. *Fatos da Amazônia 2024*. *Amazônia 2030*, 2024. http://doi.org/10.59346/fatos_da_amazonia_2024

Wilm, Melissa, Daniel Santos, Beto Veríssimo, Marcelo Mosaner, Paulo Seifer *et al.* Resumo Executivo - Índice de Progresso Social Brasil 2024 (IPS Brasil 2024). *Amazônia 2030*, 2024. http://doi.org/10.59346/ips_brasil_2025

Veríssimo, Beto, Brenda Brito, Clarissa Gandour, Daniel Santos, Joana Chiavari, Juliano Assunção, Manuele Lima, Paulo Barreto e Salo Coslovsky. *Amazônia 2030: As Bases para o Desenvolvimento Sustentável*. *Amazônia 2030*, 2024. <http://doi.org/10.59346/978-65-89617-18-1>

Pinto, Gustavo R. S., João Arbache, Luiza Antonaccio e Joana Chiavari. (Des)matando as Hidrelétricas: A Ameaça do Desmatamento na Amazônia para a Energia do Brasil. *Amazônia 2030*, 2024. http://doi.org/10.59346/des_matando_hidreletricas_2024

Mourão, João, Priscila Souza e Marcelo Sessim. Assentamentos em Foco: Combate ao Desmatamento e Conservação na Amazônia. *Amazônia 2030*, 2024. http://doi.org/10.59346/assentamentos_em_foco_2024

Frischtak, Cláudio R. Ferrogrão (EF-170): Lições para o Planejamento de Infraestrutura na Amazônia. *Amazônia 2030*, 2024. http://doi.org/10.59346/ferrograo_ef_170_2024

Lopes, Cristina Leme, Ana Flávia Corleto e Joana Chiavari. Bioeconomia no Novo Governo Lula: Avanços Regulatórios e Institucionais. *Amazônia 2030*, 2024. http://doi.org/10.59346/bioeconomia_novo_governo_lula_2024

Lentini, Marco W. e Maryane Andrade. O Manejo de Florestas Naturais e o Setor Madeireiro da Amazônia Brasileira: Situação Atual e Perspectivas. Amazônia 2030, 2024. http://doi.org/10.59346/manejo_florestas_naturais_2024

Lopes, Cristina L., Gabriel Cozendey e Joana Chiavari. Restauração em Terras Públicas: Concessões Florestais e Outros Modelos de Parcerias. Amazônia 2030, 2024. http://doi.org/10.59346/restauracao_terrass_publicas_2024

Dutra, Joisa e Diogo Lisbona. Caminhos para a Transição Energética na Amazônia. Amazônia 2030, 2024. http://doi.org/10.59346/caminhos_transicao_energetica_amazonia_2024

Pereira, Leila, Rafael Pucci e Rodrigo R. Soares. Aterrizando na Água: Interdição Aérea, Tráfico de Drogas e Violência na Amazônia Brasileira. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/mecanismo_florestas_tropicais_2024

Barreto, Paulo, Arthur Rocha, Amintas Brandão, Ritaumaria Pereira e Gabriel Salles Barreto. Lições da Expansão da Pecuária Bovina no Brasil (2000-2023) para uma Produção Sustentável e Eficiente. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/licoes_expansao_pecuaria_2025

Guimarães, Jayne, Paulo Amaral, Andréia Pinto e Rodney Salomão. A Vocação da Restauração Florestal na Amazônia com Base na Vegetação Secundária. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/vocacao_restauracao_florestal_2025

Pinto, Gustavo R. S. e João Pedro F. Arbaché. O Desmatamento Corta a Luz: Itaipu, Belo Monte e o Preço da Floresta Perdida. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/desmatamento_corta_luz_2025

Cozendey, Gabriel e Joana Chiavari. Garimpo Legal do Ouro na Amazônia: Recomendações para um Adequado Controle dos Impactos Socioambientais. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/garimpo_legal_ouro_2025

Chiavari, Joana, Gabriel Cozendey e Luiza Antonaccio. Amazônia no Novo PAC: Recomendações para Impulsionar a Infraestrutura Sustentável. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/amazonia_novo_2025

Santos, Daniel, Manuele Lima, Agatha Vilhena, Beto Veríssimo e Caíque Silva. Fatos da Amazônia – 2025. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/Fatos_Amazonia_2025

Wilm, Melissa, Daniel Santos, Beto Veríssimo, Marcelo Mosaner, Ricardo Chaves Lima, Paulo Seifer, Sérgio Marangoni e Luana Coelho. Índice de Progresso Social – Brasil – 2025. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/ips_brasil_2025

Lopes, Cristina L., Ana Flávia Corleto, Nina Didonet e Joana Chiavari. Restauração Florestal na Amazônia: Qual é o Papel das Políticas Públicas Estaduais? Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/restauracao_florestal_amazonia_2025

Lopes, Cristina Leme, Ana Flávia Corleto e Joana Chiavari. Biotecnologia da Biodiversidade: Desafios Regulatórios e Institucionais. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/biotecnologia_biodiversidade_amazonia

Pinto, Gustavo R. S. e João Pedro Arbaché. Quando a Fonte Seca: As Ameaças do Desmatamento da Amazônia para a Economia Brasileira. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/desmatamento_rios_voadores_amazonia

Santos, Daniel, Manuele Lima, Ágatha Vilhena, Arthur França, Caíque Silva e Beto Veríssimo. Fatos da Amazônia – Edição COP30. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/fatos_amazonia_cop30

Barreto, Paulo, Ritaumaria Pereira, Arthur José da Silva Rocha, Amintas Brandão e Gabriel Salles Barreto. Como a Pecuária Pode Liderar a Ação Climática do Brasil. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/pecuaria_acao_climatica_amazonia

Assunção, Juliano, Beto Veríssimo, Gabriela Zangiski, Joana Chiavari e Giovanna de Miranda. O Nexso Floresta-Clima para a Amazônia Brasileira. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/nexo_floresta_clima_amazonia

Coslovsky, Salo, Manuele Lima e Amanda Martins. Mesas Executivas de Exportação: O Panorama do Açaí. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/mesas_executivas_panorama_acai

Coslovsky, Salo e Beto Veríssimo. Para Proteger a Floresta Amazônica, Precisamos Rematar as Áreas Desmatadas. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/rematamento_amazonia_brasileira_npp

Araujo, Rafael, Vítor Possebom e Gabriela Sett. Combate ao Desmatamento Reduz a Criminalidade na Amazônia. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/combate_desmatamento_reduz_violenca_amazonia

Pereira, Leila A. R., Rafael Pucci e Rodrigo R. Soares. Da Exploração Ilegal de Recursos Naturais ao Tráfico Internacional de Cocaína: Padrões de Violência na Amazônia Brasileira. Amazônia 2030, 2026. http://doi.org/10.59346/exploracao_ilegal_recursos_trafico_violenca_amazonia_brasileira

Gonzaga, Gustavo e Vinicius Sá. As Portas de Entrada do Emprego Formal na Amazônia. Amazônia 2030, 2026. http://doi.org/10.59346/portas_entrada_emprego_amazonia

Coslovsky, Salo e Beto Veríssimo. Rematamento Produtivo, Conservação e Desenvolvimento Econômico na Amazônia Brasileira. Amazônia 2030, 2025. http://doi.org/10.59346/rematamento_produtivo_desenvolvimento_amazonia_brasileira

Wilm, Melissa, Daniel Santos, Luana Coelho, Sérgio Marangoni, Ricardo Chaves Lima, Gabriel Gonçalves e Beto Veríssimo. Índice de Progresso Social Brasil 2026. Amazônia 2030, 2026. http://doi.org/10.59346/IPS_Brasil_2026

Barreto, Paulo, Ritaumaria Pereira e Gabriel Barreto. Agricultura na Amazônia Legal: Condições de Produtividade, Riscos Climáticos e Propostas para Produzir Melhor em Áreas já Abertas. Amazônia 2030, 2026. http://doi.org/10.59346/agricultura_amazonia_legal_propostas



AGRADECIMENTOS

Salo Coslovsky (NYU); Júlia Ribeiro, Carlos Souza Jr., Ritaumaria Pereira, Verônica Oki, Brenda Brito, Andréia Pinto, Camila Damasceno, Ives Brandão (Imazon); Tasso Azevedo, Júlia Costa, Juliano Schirmbeck, Mayumi Hirye (MapBiomas Brasil); Gustavo Nascimento, Alexandre Mansur (O Mundo Que Queremos); Melissa Wilm, Luana Coelho (Instituto IPS); e Rodney Salomão.

Palavras-chave

Amazônia, Amazônia Legal, Meio Ambiente, Demografia, Indígenas, Economia, Desmatamento, Progresso Social, Segurança Pública.

AUTORES

Daniel Santos

Engenheiro ambiental e consultor
danielsantos.86@outlook.com

Arthur França

Assistente de projetos do Centro de
Empreendedorismo da Amazônia

Manuele Lima

Coordenadora de projetos do Centro de
Empreendedorismo da Amazônia

Agatha Vilhena

Assistente de projetos do Centro de
Empreendedorismo da Amazônia

Beto Veríssimo

Cofundador do Imazon, Diretor do Centro de
Empreendedorismo da Amazônia, Diretor Geral
do IPS Brasil e um dos Coordenadores do Projeto
Amazônia 2030

Citação sugerida

Santos Daniel, Arthur França, Manuele Lima, Agatha
Vilhena e Beto Veríssimo. Fatos da Amazônia 2026.
Projeto Amazônia 2030, 2026.

ASSESSORIA DE IMPRENSA E INFOGRAFIA

O Mundo que Queremos

amazonia2030@omundoquequeremos.com.br

Jornalista responsável

Gustavo Nascimento/O Mundo Que Queremos

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Luciano Silva (Kattu Birô Design)

REVISÃO DE TEXTO

Tatiana Corrêa Veríssimo



O projeto Amazônia 2030, uma iniciativa de pesquisadores brasileiros, busca um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal. Nosso objetivo é oferecer condições para que a região possa alcançar um patamar maior de desenvolvimento econômico e humano e atingir o uso sustentável dos recursos naturais.

Fatos da Amazônia 2026 está baseado em dados secundários de diversas instituições de pesquisas públicas e da sociedade civil. A finalidade da publicação é sintetizar as informações ambientais, sociais e econômicas mais recentes da Amazônia.

www.amazonia2030.org.br

Apoio

INSTITUTO
ITAUSA





Aponte a câmera do seu celular
para o QR Code e visite agora
a nossa página oficial!

www.amazonia2030.org.br

